

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**Área de Concentração: História e Política**

**ALEF GUILHERME ZANGARI DA SILVA**

**Política de Imigração e colonização no Brasil Imperial: Um estudo sobre a Colônia Thereza  
Christina-PR (1847-1875)**

**Dissertação de Mestrado**

**Maringá**  
**2019**

ALEF GUILHERME ZANGARI DA SILVA

**Política de Imigração e colonização no Brasil Imperial: Um estudo sobre a Colônia  
Thereza Christina-PR (1847-1875)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

**Área de Concentração:** História e Política.

**Linha de Pesquisa:** História Política.

**Orientador:** Prof. Dr. Ângelo A. Priori

**Maringá  
2019**

ALEF GUILHERME ZANGARI DA SILVA

**Política de Imigração e colonização no Brasil Imperial: Um estudo sobre a  
Colônia Thereza Christina-PR (1847-1875)**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Estadual  
de Maringá para a obtenção do título  
de Mestre em História

**Área de Concentração:** História  
Política

**Orientador:** Prof. Dr. Ângelo A.  
Priori

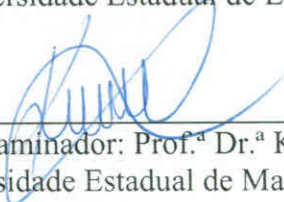
**BANCA EXAMINADORA**



Orientador: Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



1º Examinador: Prof. Dr. Gilmar Arruda  
Universidade Estadual de Londrina (UEL)



2º Examinador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karla M. da Silva  
Universidade Estadual de Maringá (UEM/CRV)

Maringá, 29 de Julho de 2019.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586p

Silva, Alef Guilherme Zangari da

Política de imigração e colonização no Brasil Imperial : Um estudo sobre a Colônia Thereza Christina-PR (1847-1875) / Alef Guilherme Zangari da Silva. -- Maringá, PR, 2019.

145 f. figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Imigração - Paraná. 2. Paraná - Lei de Terras. 3. Paraná - História - Colônia Thereza Christina - (1847-1875). 4. Paraná - Colonização - (1847-1875). I. Priori, Ângelo Aparecido, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.62

Ademir Henrique dos Santos - CRB-9/1065

## **AGRADECIMENTOS**

Em meio a tantos obrigados, gostaria de iniciar agradecendo a Deus que me deu força, coragem e inteligência para concluir mais essa etapa em minha vida.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori, que além de toda sua contribuição intelectual, dedicação e estímulo para a construção dessa pesquisa, permitiu que eu seguisse meu próprio caminho e fosse encontrando as melhores formas para o desenvolvimento da pesquisa. Essa liberdade que me proporcionou, tornou o processo todo desafiador e estimulante. Ao mesmo tempo, suas orientações geravam sempre muita reflexão, contribuindo muito para o bom desenvolvimento do trabalho, que além de toda essa contribuição, foi extremamente paciente e atencioso, fazendo, na maioria das vezes, o papel de um grande amigo.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lucia, pelo carinho, e principalmente pelo aprendizado e lição de vida. E ao Prof. Dr. Leandro que desde os tempos de graduação me conduziu pelo caminho da pesquisa.

Sou grato aos professores membros da banca de qualificação e defesa, professores Dr. Gilmar e a Dr.<sup>a</sup> Karla, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

Ao Programa de Mestrado de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, em especial a Márcia, por todo apoio e confiança.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que me concebeu bolsa de estudos durante o mestrado, porque sem este recurso tudo teria sido muito mais difícil.

Agradeço também a minha namorada Caroline Becher, por todo o companheirismo e apoio ao longo desses três anos. Muito obrigado por estar sempre por perto nos momentos difíceis e pela compreensão quando as incertezas se faziam presentes nesta etapa de minha vida.

Aos meus amigos e amigas do mestrado que de alguma forma ou de outra estiveram presentes durante a realização deste trabalho. Em especial Ana, Felipe, Liliana e Manoel os quais ouviram todas minhas lamúrias incessantemente, obrigado por todo carinho e atenção. Agradeço

também aos amigos e amigas que fizeram parte da minha história de vida, e que, de alguma forma, contribuíram para eu estar onde estou hoje, pela construção das minhas ideias, conhecimentos, práticas, vivências e sonhos. Vocês são muitos e seria injusto listar aqui o nome de alguns poucos.

Por fim, agradeço a toda minha família, em especial, à minha querida mãe e minha tia, que, em que toda a minha vida, me incentivaram e apoiaram nos estudos, nas minhas escolhas, sempre respeitando que eu pudesse trilhar os caminhos que eu acreditava serem os melhores para mim.

*“Cada pessoa que passa na nossa vida, passa sozinha, porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada pessoa que passa pela nossa vida passa sozinha, não nos deixa só, porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.”*

*Charles Chaplin*

SILVA, Alef Guilherme Zangari. **Política de Imigração e colonização no Brasil Imperial: Um estudo sobre a Colônia Thereza Christina-PR (1847-1875)**. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Ângelo A. Priori. Maringá, 2019.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos políticos, culturais e econômicos da Colônia Thereza Christina-PR entre os anos de 1847-1875. Para isto, tomamos como estudo as políticas de colonização adotadas no governo Imperial e Provincial. Para dar sustentação ao nosso objeto, utilizamos como fonte os relatórios dos diretores da Colônia, dos Presidentes da Província do Paraná, dos documentos encontrados na Câmara Municipal de Guarapuava e também do viajante Thomas Plantagenet Bigg-Wither, que esteve na Colônia entre os anos de 1873 a 1875. Além disso, buscamos pesquisar jornais da época que falassem da Colônia. Em sua maior parte, a historiografia que se dedicou aos estudos referentes a essa temática manteve seu foco em retratar a Colônia como pioneira no processo de cooperativismo no país, porém, ao longo desse trabalho, buscamos apresentar que esse modelo de colonização não ocorreu de forma isolada, pois fazia parte de um projeto de colonização defendida pelo governo Imperial e Provincial. Ainda dentro das engrenagens responsáveis pelo fluxo imigratório, o enfoque recai sobre a Lei de Terras (1850), que buscamos compreender até que ponto essa lei beneficiou os imigrantes ou os grandes latifundiários. Ao analisar as características da Colônia Thereza Christina, deparamos com a importância dos nacionais para o desenvolvimento deste núcleo, mesmo a historiografia apresentando os imigrantes franceses como os protagonistas.

**Palavras-chaves:** Colonização; Lei de Terras; Colônia Thereza Christina.



SILVA, Alef Guilherme Zangari. **Política de Imigração e colonização no Brasil Imperial: Um estudo sobre a Colônia Thereza Christina-PR (1847-1875)**. 145 f. Dissertation (Master in History) – State University of Maringá. Supervisor: Ângelo A. Priori. Maringá, 2019.

### ABSTRACT

The objective of this work is analyzes the political, cultural and economic aspects of the Thereza Christina-PR Colony between the years 1847-1875. For this, we use as study the policies of colonization adopted in the government. To support our purpose, we used as a source of information, reports from colony directors, the Presidencies of the Province of Paraná, the documents found in the City Hall of Guarapuava and also from the documents of the traveler Thomas Plantagenet Bigg-Wither, who was in the colony between the years from 1873 to 1875. In addition, we sought the newspapers of the time that spoke of the colony. In the most part, a historiography that dedicated itself to the studies on the theme of its process of attention in portraying a colony as a pioneer in the process of cooperativism in the country, however, throughout the work, we sought to present the model of colonization that did not occur in an isolated way, since part of a project of colonization defended by the Imperial and Provincial government. There in the gears measures by the immigrant currency, the focus falls on the Law of Land (1850) that we seek to understand to what extent this law has benefited immigrants or large landowners. In analyzing the characteristics of the Thereza Christina Colony, they find the importance of the results for the development of the nucleus, even a historiography representative of the French immigrants as the protagonists.

**Keywords:** Colonization; Land Law; Thereza Christina Colony.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>1. O CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO GOVERNO IMPERIAL DO SÉCULO XIX</b>	<b>22</b>
1.1 Os primeiros incentivos do governo Imperial aos imigrantes europeus na primeira metade do século XIX	22
1.2 A pressão externa para o fim do tráfico negreiro	26
1.3 A estrutura agrária do Brasil: da independência à Lei de Terras (1822 a 1850)	28
1.4 O papel do império na política de imigração no século XIX	39
1.5 A imigração francesa e as frustrações das autoridades	49
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>2. AS IMIGRAÇÕES NA METADE DO SÉCULO XIX NO CONTEXTO DA PROVÍNCIA PARANAENSE</b>	<b>54</b>
2.1 O processo de emancipação da Província Paranaense e suas políticas de imigração	54
2.2 O percurso da imigração francesa e a presença dos nacionais na formação da Colônia Thereza Christina	67
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>3. CAPÍTULO III- COLÔNIA THEREZA CHRISTINA: ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E A COLONIZAÇÃO EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRAS</b>	<b>78</b>
3.1 A influência de Jean-Maurice Faivre na formação da Colônia Thereza Christina	78
3.2 A Colônia Thereza Christina a partir de uma análise dos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná referente aos anos de 1854-1875	83
3.2.2 A escassez alimentícia na Província do Paraná	100
3.2.3 A posse e uso da terra na Colônia Thereza Christina	105
3.3 A ótica do viajante estrangeiro com relação ao território do Vale do Rio Ivaí	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>120</b>
<b>FONTES</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>128</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>133</b>

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a construção da Colônia Thereza Christina<sup>1</sup> entre os anos de sua formação em 1847 até 1875, estabelecida às margens do rio Ivaí, no atual Estado do Paraná<sup>2</sup>. Tal assunto ainda é pouco conhecido na historiografia. Iniciaremos este estudo trazendo para o campo do debate as discussões teóricas referentes à questão agrária e a Lei de Terras. Em 1850, o governo imperial elaborou a primeira legislação agrária que ficou conhecida como a Lei de Terras de 1850. Essa intervenção do Império na “questão da terra” ocorreu no bojo das grandes transformações que, nesse período, impulsionaram a sociedade brasileira, ainda escravista, nos rumos da modernidade.

A Lei de Terras visava promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra em benefício aos grandes proprietários de terras. Tradicionalmente, a lei de 1850 tem sido vista como um ato complementar à Lei Eusébio de Queiroz que proibiu o tráfico negreiro e lançou no horizonte a perspectiva do fim da escravidão. Essa possibilidade relançou a polêmica sobre as possibilidades de substituição da mão de obra cativa. Em nosso entender, essa interpretação da lei é perfeitamente válida, pois com o fim do tráfico de escravos a mão de obra torna-se livre, mas a terra se torna uma mercadoria para permanecer nas mãos dos grandes latifundiários. Portanto, pretendemos incorporar esta interpretação em nossa análise sobre a construção da Colônia Thereza Christina.

Neste trabalho, procura-se analisar o contexto político da formação da Colônia, destacando que este projeto não ocorreu de forma isolada e também não foi pioneiro no processo de desenvolvimento do cooperativismo como defende a historiografia local como “Civilização e barbárie no território paranaense: (1820-1875)” (2000), Colônia Thereza Christina: uma experiência socialista de Jean-Maurice Faivre no centro do Paraná (2009), “O cooperativismo em suas raízes: a formação da colônia agrícola Tereza Cristina no Paraná do século XIX” (2011), “Dr. Faivre e o berço do cooperativismo” (2012), “Socialismo utópico na selva paranaense” (2015), “Municipalismo libertário” (2014), “Colônia Tereza Cristina: um sonho socialista a beira do Ivaí” (2016).

---

<sup>1</sup> Com o aval do Governo Imperial, Jean-Maurice Faivre fundou a Colônia Thereza, depois passou a se chamar Therezina, e, finalmente, Thereza Christina, atual nome.

<sup>2</sup> Quando a Colônia foi fundada, pertencia à Quinta Comarca da Província de São Paulo. Em 1853, houve a emancipação da Província de São Paulo com o Paraná, com isso a Colônia passou a pertencer ao território paranaense. Atualmente, é distrito do município de Cândido de Abreu (Paraná), nomeado em homenagem à Imperatriz Thereza Christina Bourbon.

Esse modelo de colonização seguia os padrões da política de colonização adotada no Segundo Reinado. Considera-se que a Colônia Thereza Christina foi um grande empreendimento particular projetado e implementado pela administração do governo Imperial, portanto, a formação da Colônia fazia parte das políticas de colonização e não de um modelo utópico.

O estudo se concentra, principalmente, no período de desenvolvimento da Colônia a partir de 1853 até 1869. A trajetória desta pesquisa teve início em 2015, quando iniciamos um trabalho pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Regional de Ivaiporã/PR. Tratou de uma atividade desenvolvida com discentes de 9º (nono) ano do ensino fundamental do Colégio Estadual Antônio Diniz Pereira, na cidade de Ivaiporã-PR. Este trabalho buscava retratar conteúdos que tratavam sobre a História do Paraná.

Referente à recolonização deste Estado, buscamos trabalhar com as primeiras colônias, desde antes da emancipação em 19 de dezembro de 1853, quando a Província do Paraná era pertencente à comarca de São Paulo, onde encontramos em suas terras algumas colônias, como foi o caso da Colônia Rio Negro (1829), a Colônia Thereza Christina (1847) e a Colônia Superaguy (1852). Daríamos maior ênfase nos estudos da Colônia Thereza Christina, por estar localizada na região do Vale do Rio Ivaí-PR, pois os alunos demonstrariam maior interesse por se tratar também da colonização da sua região. Porém, durante as preparações das aulas, não conseguimos encontrar material suficiente para discutirmos os aspectos desta colônia. Levamos o tema para sala de aula, grande parte dos alunos mostrou interesse em saber sobre o assunto e também despontaram amplas curiosidades pela história desta colônia em particular. Sem dúvidas, a falta de estudos sobre a Colônia Thereza Christina e o interesse dos alunos pelo tema instigou-me como pesquisador e levou-me a realizar um estudo mais aprofundado sobre esta colônia. Assim, com as indagações cada vez mais intensas, este objeto de estudo se tornou um pré-projeto de mestrado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A emancipação do Paraná em 1853 se deu devido aos habitantes desta região buscarem maior representatividade política, além disso, destacava-se por suas terras férteis e seu clima parecido ao europeu, por isso, era um dos lugares mais adequados para receber imigrantes, que aqui o colonizaram e levariam a província à modernização da agricultura.

Tudo isso seria possível graças a uma política intervencionista de colonização, com grandes expectativas dos governantes em relação aos imigrantes que nela se instalariam. Porém, esse trabalho busca mostrar outras realidades sobre esse processo de colonização e, apesar do

imigrante europeu ser bem visto no projeto de colonização, o número de brasileiros que se inseriram e contribuíram no desenvolvimento da Colônia ao longo de sua formação foi considerado expressivo, superando o de imigrantes.

É no contexto intervencionista da política de colonização que a Colônia Thereza Christina foi formada. Jean-Maurice Faivre<sup>3</sup> foi seu fundador, deu o nome de sua colônia em homenagem a Imperatriz<sup>4</sup> Tereza Cristina Bourbon. Pouco se sabe sobre a trajetória da Imperatriz em terras brasileiras. Uma das poucas vezes que veio procurar manter acesa a lembrança dos feitos da Imperatriz foi o historiador Aniello Angelo Avella com o livro intitulado “Tereza Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos 1843-1889”. É interessante ressaltar que a produção historiográfica brasileira valorizou outras imperatrizes e muito pouco se falou sobre Teresa Cristina, embora ela tivesse vivido por quase meio século em terras brasileiras.

A Imperatriz tinha uma paixão pela arqueologia que era algo incomum para os padrões de comportamento feminino vigentes na sociedade implacavelmente patriarcal do Segundo Reinado. Mesmo longe de sua pátria natal, procurou informar-se sobre os trabalhos das escavações realizados no Reino de Nápoles, passando a fazer um intercâmbio de peças de artesanato indígena por antiguidades clássicas. Entre os achados enviados pelo rei Ferdinando II, destacam-se dois afrescos, verdadeiras preciosidades, que mostram figuras marinhas pintadas sobre fundo escuro, provenientes do templo de Ísis, em Pompéia. (AVELLA, 2014).

---

<sup>3</sup> Foi um médico francês que chegou ao Brasil em 1826. Esse país havia conseguido a independência há pouco tempo o qual procurava se firmar como Estado independente. Havia vários movimentos separatistas nesse período, trazendo insegurança e instabilidade para o governo monárquico de D. Pedro I. Faivre chega ao Brasil em um período de instabilidade política. No Ceará, por exemplo, a fome era tal que a população ficou reduzida a um terço, já em Pernambuco passava-se uma guerra civil e no sul do país ocorria a Guerra da Cisplatina (1825/1828), que foi um conflito armado contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. Com 30 anos de idade, Faivre desembarca na capital do Brasil e, logo começa a desenvolver suas atividades na área da saúde. Formado em medicina, inicia um trabalho no Hospital Militar da Corte. Pouco tempo depois, assumiu a chefia da 7ª Enfermaria e passou a atender pacientes em seu consultório e nas próprias residenciais. Outro ponto de contato de Faivre com a sociedade carioca era o movimento maçônico. Com várias participações políticas na história do Brasil, a maçonaria havia se fixado no Rio de Janeiro a partir de 1801. No âmbito dessa sociedade, o Dr. Faivre conhece brasileiros ilustres, como o próprio imperador D. Pedro I. (FERNANDES, 1996). O exercício da medicina no Brasil, após sua independência, necessitaria da presença de um órgão institucional para que pudessem trocar informações através de pesquisas realizadas pelos colegas de profissão para contribuir no avanço da medicina e da ciência, pois também precisavam auxiliar as autoridades governamentais sobre higiene e saúde pública. Faivre renova o pensamento médico do recente império brasileiro, simpatizante de uma medicina social mais ativa, passando a defender significados e propósitos de sua concepção de saúde pública. Diante disso, Faivre e mais quatro amigos resolveram fundar uma entidade científica, com o dever de aprimorar os conhecimentos e auxiliar as autoridades e a própria população sobre saneamento básico. Em 28 de maio de 1829, foi realizada a primeira reunião da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Esse órgão ainda existe e se chama Academia Nacional de Medicina (ANNAES..., 1829, S/P).

<sup>4</sup>A Imperatriz também foi homenageada com o nome de algumas outras cidades como: Teresina, capital do Estado do Piauí, Santo Amaro da Imperatriz em Santa Catarina, Cidade da Imperatriz no Maranhão, Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro.

Consolidando-se uma relação de enorme significação cultural e simbólica, as antiguidades do velho mundo transportavam para a América e vice-versa.

A Imperatriz havia crescido neste meio e, por isto, o interesse, trouxe consigo em meio a sua bagagem para o Brasil, muitas caixas cheias de objetos arqueológicos de Pompéia. Segundo Avella (2014), as trocas de artefatos entre Itália e o Brasil iniciou-se em 1856 com a chegada de centenas de terracotas, 60 bronzes, 30 peças em vidro, cerca de 60 vasos e 10 painéis de pintura da época romana. Em 1888, foram enviadas mais peças para a Imperatriz como o busto de Antínoo originário da Roma Antiga e, também uma escultura em mármore de Paros e vários outros objetos. Todas estas peças estão expostas na Academia de Belas Artes do Rio.

A Imperatriz Tereza Cristina interessava-se por arqueologia, grande parte deste material que estava no Brasil foi obtido por ela. Graças a ela, o Brasil possuía a maior coleção de arqueologia clássica da América Latina, rica em mais de setecentas peças provenientes de Nápoles que estavam expostas no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista do Rio de Janeiro.

Durante o andamento dessa pesquisa, o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista foi tomado por um grande incêndio no dia 2 (dois) de setembro de 2018, ele era o principal e mais antigo museu do país. Estima-se que muitas dessas coleções sintetizadas acima foram destruídas. As perdas são incalculáveis, o acervo do Museu Nacional afeta o desenvolvimento científico, esse trabalho é um deles, pois Gustavo Rumbelsperger - que foi diretor da Colônia Thereza Christina entre 1858-1869 - pediu exoneração para trabalhar no Museu Nacional como naturalista, cargo que exerceu até 1892 e, deste modo, levando informações, documentos ou até objetos diretamente ligados a essa pesquisa.

As políticas imigratórias do século XIX aparecem como eixo central de discussão neste trabalho. Importante destacar que a imigração foi um fenômeno de interesse coletivo e por isso houve a intervenção do Estado. A Europa e a América apresentaram condições para que os deslocamentos e fixações se efetuassem: a Europa, servindo como elemento de “repulsão”, passou a dar origem a levadas colossais de emigrantes que buscavam na América a sua fixação, constituindo-se, desta forma, em um elemento de atração ao imigrante europeu.

O aumento demográfico da Europa, junto com outros fatores secundários e particulares, determinou a saída de muitos europeus para terras que lhes apontassem oportunidades mais desejáveis. Estas oportunidades foram oferecidas principalmente pelo Novo Mundo, devido às grandes extensões de terras a serem ocupadas e exploradas. Em 1808, com a chegada da família Real no Brasil, foram estabelecidas medidas para que os imigrantes não só participassem da ocupação dos “espaços vazios” e aumento da população, como também se constituíssem em

frente à mão de obra para todos os serviços, principalmente para agricultura, seja para as grandes lavouras de café ou para pequenos grupos de colônias.

Ainda no período colonial, o governo tomou poucas medidas que pouco ou nada resultaram em favor das políticas de imigração. A política de colonização ganhou fôlego no governo de D. Pedro I e durante as regências, a situação tomou um rumo um tanto negativo uma vez que, momentaneamente, o governo deu por encerrado o projeto de políticas imigratórias. Mas com a maioridade de D. Pedro II, e conseqüentemente a implantação do segundo Reinado, a política de imigração e colonização do Brasil tiveram novos impulsos.

Tal projeto se intensifica após abertura dos portos, independência do Brasil e fim do tráfico negreiro. Aos poucos, a entrada de imigrantes no país foi ganhando novos fôlegos.

Um dos maiores desafios do Segundo Reinado foi a colonização para suprir a carência que existia da falta de mão de obra, não somente no setor agrícola, mas também em vários outros setores da economia nacional. Com isso, as políticas de colonização foram ganhando mais incentivo por parte do governo Imperial e Provincial, porém o maior desafio do projeto de imigração era fazer com que o imigrante permanecesse nos destinos que fossem destinados.

Para a fixação do imigrante, é necessário que o país tenha a capacidade de absorção que não pode ser medida pela extensão do seu território, mas que depende muito mais dos meios de comunicação, transporte, financiamento, mercados de consumo, nível de salário, empregos, qualidade de terras e produção industrial. Ao se a fixar o imigrante, encontrava o desafio da adaptação às novas condições geográficas, sociais e culturais.

Boa parte dos imigrantes que foram destinados as três primeiras colônias da Província do Paraná não permaneciam muito tempo nelas, pelo fato de não se adaptarem às novas condições. Pouco tempo depois da formação da Colônia Thereza Christina pelos franceses em 1847, a Colônia já não era considerada uma vila de imigrantes europeus, pois os brasileiros eram a maioria. O primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góis Vasconcelos, no ano de 1854, a descreve como uma colônia “Franco-brasileira”, ou seja, um dos nossos objetivos foi analisar os relatórios dos Presidentes da Província do Paraná. Através deste estudo, podemos perceber que não foram somente os imigrantes europeus que protagonizaram o processo de colonização do Paraná, pois também contou com a participação efetiva de brasileiros.

Os dados estatísticos apresentados pelo primeiro presidente da província comprovam a presença majoritária de brasileiros nas três colônias, Rio Negro (1829), Thereza Christina (1847) e Superaguy (1852). Zacarias de Góis Vasconcelos descreve: “eis o que são as colônias,

que há na província, as quais chamei d'“estrangeiros, porém que, em verdade, contêm em seu seio muitos brasileiros” (VASCONCELLOS, 1854, p.59).

Mesmo o governo Imperial e Provincial tendo conhecimento da insuficiência do projeto de colonização, era necessário continuar investindo neste empreendimento. Ainda mais quando se viu em Estado de guerra contra o Paraguai durante os anos de 1864 a 1870, com a necessidade de consolidar seus territórios políticos e geográficos. Nesse sentido, travou-se uma luta em defesa do espaço territorial, dando ênfase a uma política de conquista de seus próprios territórios, uma vez que fronteiras até então não haviam sido totalmente definidas. A política de colonização tinha por objetivo colonizar os sertões meridionais, o que incluía o Paraná; havia, portanto, a necessidade de desbravar os sertões desconhecidos e defender suas fronteiras. Nesse caso, a colonização por todo o país seria uma forma de expandir algumas fronteiras e estabelecer outras.

A formação da Colônia Thereza Christina (1847) serviu estrategicamente como apoio para colonização das regiões mais centrais do Brasil. Segundo o presidente da Província André Fleury (1865), seu desenvolvimento seria muito importante para a Província, pois “sem duvida a navegação não só aproximará o centro do imperio a sua provincia mais remota, estabelecendo com ella uma communição interna, como desenvolverá as relações de commercio entre este e as de Matto Grosso, S. Paulo, Goyaz e Minas Gerais” (FLEURY, 1865, p.30).

Naquele contexto, observava-se o interesse em povoar o Paraná, para que isso ocorresse utilizam de um discurso pré-elaborado que o índio era muito “primitivo” e que havia então a necessidade de civilizá-lo e torná-lo trabalhador, legitimando assim o etnocentrismo, desvalorizando a diversidade da cultura indígena ali presente. O imigrante traz consigo o conhecimento da disciplina do trabalho, e o cruzamento da raça faria com que o índio aos poucos fosse adquirindo outras características predominantes do branco.

As viagens de mapeamento ao oeste paranaense foram se tornando cada vez mais comuns para conquista e mapeamento do território, pois para os olhos de quem via se colocava como uma possibilidade de conquistas. Essas questões são pertinentes para o contexto do século XIX, com a interiorização como política do governo.

As pretensões do Império eram de mapear as regiões do país e levar para a Europa a propaganda do Brasil enquanto maravilhoso e promissor, com a intenção de desapropriar o índio e territorializar os chamados sertões que poderiam oferecer muitas riquezas, além de haver a necessidade de defender as fronteiras do país. Nesse caso, a colonização por todo o país seria uma forma de expandir algumas fronteiras e estabelecer outras. Isso possibilita entender o



interesse do governo em financiar viagens e também a vinda de muitos estrangeiros na busca pelo desconhecido<sup>5</sup>.

Segundo Emília Viotti da Costa (1998), a ocupação dos sertões era tarefa penosa que encontrava poucos adeptos, pois não era qualquer um que tinha interesse em colonizar o último ponto de ocupação.

Durante muito tempo, o espaço que atualmente pertence ao Estado do Paraná teve como faixa de ocupação apenas a região do litoral<sup>6</sup>, sendo que as regiões do interior recebiam maior atenção quando havia ameaças nas regiões de fronteira. Dessa forma, é a partir do século XIX que disputas fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina delineiam outra fase da história do Paraná.

Segundo José de Souza Martins (2009, p. 133), a fronteira “é essencialmente o lugar da alteridade. (...) à primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro”. Nesse sentido, durante a metade do século XIX, a Colônia Thereza Christina representou a fronteira entre a civilização e os sertões desconhecido da Província do Paraná.

A necessidade de definir as fronteiras dos sertões era um interesse do Estado. O governo tinha a função de “desbravar” o sertão, ou seja, possibilitar a ocupação. O que justificaria as ações de empresas de capital estrangeiro como a de Thomas Plantagenet Bigg-Wither<sup>7</sup>, para trazer ao sertão o progresso e a “civilidade”.

Dessa forma, nossa discussão partilha o conceito de que a terra é a maior responsável pelos conflitos entre os brancos contra os indígenas e caboclos que, para José de Souza Martins, “a teoria da fronteira é, no meu modo de ver, basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital” (MARTINS, 2009, p.157).

A busca por expansão da fronteira brasileira e também contra os invasores espanhóis, são os pontos principais em estabelecimentos de colônias na fronteira. Segundo Marta Amoroso (1998), percebe-se uma conexão com estes empreendimentos através das cartas do Frei Timotheo de Castelnovo, escritas ao Presidente da Província do Paraná em janeiro de 1886.

---

<sup>5</sup> Os imigrantes foram atraídos pela propaganda de que o Brasil se colocava no cenário mundial como uma grande potência geradora de riquezas.

<sup>6</sup> Somente em 1889 com a fundação da colônia militar em Foz do Iguaçu (de onde se originou a cidade), é que teria havido a concepção da região oeste, por exemplo. A Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi criada com a finalidade de proteger as fronteiras do Paraná com a Argentina, e posteriormente criou-se a ideia de Oeste.

<sup>7</sup> Formado em engenharia, esteve no Brasil por mais de três anos investigando os campos e florestas do país, principalmente no Estado do Paraná.

Estas colônias não foram criadas para catequese. A catequese foi um acessório às mesmas; mas sim (foram criadas) para servirem de apoio à estrada de Mato Grosso; e para os grandes transportes para aquela Província de militares, e trens bélicos, antes da Guerra do Paraguai. Aquelas grandes despesas que muitas figuram como despesas das colônias, nada com elas as colônias lucravam. (PARANÁ, apud AMOROSO 1998, p. 14).

A própria historiografia ressalta o caráter estratégico dos aldeamentos, criados com o intuito de defesa da região sul. O contexto desse período foi caracterizado por uma preocupação com o preenchimento populacional do território e de expansão para dentro do Império do Brasil, o que fica demonstrado pela política de catequese e civilização dos índios.

Dentro desse projeto, havia um sentido de modernização do Estado e, por outro, promovia a retirada destes nativos em regiões estratégicas, funcionando como um projeto de desocupação dessas áreas. Os aldeamentos se constituíram, assim, fruto da política imperial de expansão econômica. Como também, as políticas imigratórias que foram mecanismos centrais de constituições das principais colônias estabelecidas no Paraná, dentre elas a Colônia Thereza Christina.

Esse projeto de colonização também tinha por objetivo introduzir no país novas e produtivas técnicas agrícolas destinadas ao abastecimento interno. Boa parte das políticas imigratórias desenvolvidas no século XIX foram decorrências de uma série de problemas e de mudanças sociais que afetaram a economia brasileira. A falta de produtos alimentícios foi devido à produção em grande escala utilizando toda mão de obra cativa e visando o mercado externo.

Dessa forma, concentraram grande parte da mão de obra na economia cafeeira, fazendo com que prejudicasse o próprio desenvolvimento do mercado interno. Se por um lado produzia-se um produto em grande escala para ser comercializado, por outro, faltavam braços trabalhadores que se dedicassem à produção dos mais variados gêneros alimentícios. Diante dessa situação, em vários períodos, buscaram-se soluções que diversificassem a economia e garantissem a alimentação da população.

Segundo Caio Prado Júnior (1998), o impasse constituído pelo fim do sistema escravista proporcionou novos fôlegos para incentivo da imigração e da colonização. No caso paranaense, é possível que este problema não fosse tão saliente, na medida em que a economia local não estava alicerçada unicamente na mão de obra escrava. Conforme a elite local, só o braço estrangeiro, proprietário e livre, conseguiria desenvolver a província. O Paraná era uma província que recebera sua emancipação política há pouco tempo e que via na ocupação territorial uma forma de garantir seu espaço político.

No período que antecede a Lei de Terras<sup>8</sup> de 18 de setembro de 1850 e a Lei Eusébio de Queiróz de 4 de setembro de 1850, a Colônia Thereza Christina já havia sido delineada com todos esses aspectos. Mesmo sendo fundada três anos antes dessas leis, suas características já representavam a regularização territorial e a colonização com mão de obra livre, conceitos que representavam o fio condutor dessas leis. Em 1844, Faivre inicia seu projeto com a Corte para construção de uma vila agrícola com a utilização da mão de obra livre, segundo ele “os escravos são proibidos na colônia Thereza” (FAIVRE, 1844-1846, p. 4).

No caso da Colônia Thereza Christina, desde logo, quase todos os colonos franceses dali se retiraram. Pelo fato de não se adaptarem às novas condições geográficas, sociais e culturais daquele lugar, a Colônia sobreviveu com povoadores chamados de “nacionais”, considerados também como “caboclos”<sup>9</sup> procedentes de Guarapuava, Castro e Ponta Grossa. Para o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither (1875-1875), a Colônia foi colonizada por apenas alguns pobres caboclos e que não passaram de um amontoado de cabanas.

O historiador Wilson Martins, em sua obra “Um Brasil diferente”, reproduz um pensamento parecido com o viajante Bigg-Wither. Para o autor, a miscigenação ocorrida na Colônia seria seu principal aniquilamento, pois somente nas colônias de “unidade étnica” é possível originar benefícios a si e ao Brasil. O autor explica que as “colônias mistas”, formadas na Província do Paraná, não tinham dado qualquer resultado satisfatório, principalmente comparadas às colônias somente de estrangeiros, pois “há entre o imigrante e o brasileiro aquela diferença de idade cultural” (MARTINS, 1989, p. 117). Os estudos sobre os relatórios dos Presidentes da Província da Colônia Thereza Christina compreenderam que mesmo sendo uma “colônia mista”, tiveram sua contribuição na produção agrícola dos grandes centros daquela região. Portanto, a Colônia abrigou vários caboclos e indígenas, os quais fizeram oposição aos políticos locais que ali continuaram a viver na terra e da terra.

Apesar do relatório de viajante expressar seu caráter político, também está implícito o caráter pessoal de cada viajante, e isso é algo que não deve ser desconsiderado, pois estamos

---

<sup>8</sup> A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas doações de terras como foi durante o regime de sesmarias (MOTTA, 2010).

<sup>9</sup> Segundo Silva (2010), o termo caboclo se originou junto à concepção social e étnica dos trabalhadores camponeses no cenário brasileiro. “Com substantivo de dois gêneros, designa os(as) mestiços(as) de ascendências indígena e branca (...). Por muito tempo, teve sentido pejorativo de sujeito atrasado, ignorante, preguiçoso e portador de maus hábitos (...). Assim, a identidade social agrária que surgia no Brasil, sob o signo de caboclo fora, por um lado, uma imposição dos colonizadores e, por outro, uma nova significação social dos próprios habitantes nativos aos conterrâneos. Eram os indígenas que não mais se identificavam com valores socioculturais próprios, embora continuassem a viver da terra, em habitações rústicas, dispersas na mata (florestas, campos, cerrados) e nos roçados” (p. 69).

lidando com o que eles escreveram, com o que consideraram importante, o que significa ser uma parte do todo, não o todo. (CARNEIRO, 2001).

Segundo Henrique Carneiro (2001, p. 233), esses documentos são muito importantes para a historiografia, desde que o pesquisador saiba problematizar essas informações, pois tudo que o viajante registra não se classifica apenas como deslumbramento e encantamento.

(...) o primeiro texto sobre o Brasil, é um relato de viagens, e ao longo de sua história, esse gênero que, mais do que simplesmente “literário”, também é científico, político, econômico e moral, representa uma boa parte das chamadas “fontes primárias”, que documentam visões da época que trazem, além dos testemunhos, imagens não somente coloniais, mas colonizadoras, produzidas a partir de uma impressão e de um interesse externo.

Esses estudos feitos sobre os viajantes no Brasil durante o século XIX são relevantes para o entendimento das interpretações referente a Colônia Thereza Christina. Principalmente assuntos relacionados aos indígenas, que diz respeito ao interesse de catequizá-lo.

Para o desenvolvimento do trabalho, também fizemos uma revisão bibliográfica, apresentando muitas alternativas em um projeto de pesquisa, já que sempre uma reflexão científica começa de uma reflexão pré-concebida. O mais comum ao iniciarmos um trabalho é analisarmos o que já se tem escrito sobre o conteúdo, mesmo que seja para criticá-lo (BARROS, 2009).

A revisão da literatura já existente sobre determinado assunto poderá contribuir precisamente para apontar lacunas que o pesquisador poderá percorrer de maneira inovadora, além de funcionar como fonte de inspiração para o delineamento de um recorte temático original (BARROS, 2009, p. 104).

É importante que verifiquemos o que a historiografia nos oferece sobre tal tema, pois por meio disso poderemos contribuir com argumentos que até então não foram mencionados.

Os recentes estudos sobre a colonização paranaense trouxeram à discussão uma história marcada pelo protagonismo da colonização europeia. Dessa forma, encaminhamos a análise a partir desta perspectiva referente às fontes dos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, que também demonstraram os brasileiros como importantes para colonização da província, e não somente os imigrantes.

Quando analisamos um documento, ele se apresenta como uma memória, uma prova histórica, um testemunho escrito ou não sobre o passado. De acordo com Jacques Le Goff (1990), ao analisar um documento deve ser feita uma crítica radical, levando em consideração vários aspectos que estão relacionados à fonte. Só por meio de uma análise crítica que se percebe a natureza e a intencionalidade do documento, já que "o documento não é qualquer

coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (LE GOFF, 1990, p. 545).

A partir dos anos de 1930, a historiografia passou a valorizar e a considerar diversos tipos de fontes, das mais variadas naturezas, o que diversificou as possibilidades de pesquisa. Quando refletimos sobre o que são os documentos, devemos percebê-los como sendo os registros de ações humanas, deixados no tempo e no espaço e que revelam o contexto histórico de uma dada época e de uma sociedade em particular, pois podem sublinhar os costumes, os sentimentos, as ideologias e os valores (NASCIMENTO, 2006).

A partir disso, cabe ao historiador fazer a sua crítica ao documento, pois muitas vezes ele foi deixado intencionalmente para mostrar o que não estava acontecendo e, sendo assim, deve-se “fazer a ponte” entre o documento e o contexto de criação para averiguar se o que está dito condiz com o que acontecia na época (LE GOFF, 1990).

Os documentos deixados ao longo do tempo se tornam verdadeiras representações, vestígios de um passado morto. A partir disso, o historiador assume o papel de um sujeito neutro que tenta ficar o mais próximo da verdade absorvendo todas as informações que estão presentes em um documento. Cabe a nós, historiadores, fazermos a chamada crítica documental, submetendo o documento a uma série de perguntas e interrogações, já que temos o compromisso de buscar a verdade e não podemos desprezá-la. Além disso, é preciso relacionar o documento com o seu passado, pois ele não é algo isolado, ele sofre influências do contexto histórico em que é produzido (SALIBA, 2009).

As fontes mais importantes são as cartas escritas por Faivre entre os anos de 1844 a 1858, nas quais ele começa descrevendo os aspectos da Colônia antes mesmo de fundá-la. Nessa pesquisa, também constam relatórios de província e depoimentos de viajantes. A maior concentração de documentos encontrados sobre a Colônia foi no Arquivo Público do Paraná e na Câmara Municipal de Guarapuava.

Para realizar esta pesquisa, partimos dos pressupostos metodológicos propostos pela história política. A história política foi deixada de lado por muito tempo em razão da renovação historiográfica empreendida pela historiografia francesa ao longo do século XX. No final da década de 1970, a história política se renova e passa a surgir a Nova História Política, que tem como objetivo realçar os diversos atores esquecidos pela historiografia. Esse novo conceito de História Política possibilitou ao pesquisador romper com o tradicionalismo que visava apenas às questões como política, economia e raramente alguma coisa do social, uma vez que a história procurava sempre registrar apontamentos referentes a reis, heróis ou grandes personalidades,

documentados de cima para baixo. Percebe-se assim que a história política tradicional interessasse somente pela minoria, a quem detém o poder, pois para ela, a massa popular, é esquecida, não é um agente construtor de história (FALCON, 1997).

Esse trabalho está dividido em três capítulos. Propomo-nos a discutir no primeiro capítulo as políticas de imigração no período imperial. O século XIX testemunhou o aumento exponencial dos movimentos migratórios de europeus para as Américas. Nesse trabalho, buscamos mais especificamente estudar a relação de imigração entre França e Brasil, discutindo fatores condicionantes, reflexos internos e externos, contradições e particularidades. Ainda dentro das engrenagens responsáveis pelo fluxo migratório, o enfoque recai sobre a Lei de Terras (1850) que tinha por objetivo promover o ordenamento jurídico da propriedade de terra, porém buscamos compreender até que ponto essa lei beneficiou os imigrantes ou os grandes posseiros, pois a formação da lei em 1850 não se caracterizou pela eficácia do Estado em ação regulamentadora a respeito da apropriação do solo.

No segundo capítulo, buscamos discutir, a partir da historiografia regional, as características da formação da Província do Paraná e os incentivos as políticas de imigração e sua formação no século XIX pelo governo provincial. Neste processo de formação da Província do Paraná, destacamos a importância da formação dos pequenos núcleos rurais, denominados como Colônias, enfatizando o processo de formação da Colônia Thereza Christina. Neste processo, ressaltamos a importância dos nacionais para o desenvolvimento dos núcleos coloniais da província, mesmo a historiografia apresentando como protagonistas os imigrantes franceses e europeus.

No último capítulo, fizemos um panorama sobre os aspectos econômicos, políticos, culturais e geográficos da Colônia Thereza Christina, referente aos relatórios dos Presidentes da Província. Buscamos também discutir como a Lei de Terras (1850) e a Lei Eusébio de Queiroz (1850) influenciaram no contexto histórico da Colônia. Partiu-se da análise do uso e posse das terras da Colônia, sua formação, expansão e costumes, a fim de conhecer melhor seus colonos. Através das pesquisas realizadas na Câmara Municipal de Guarapuava, podemos perceber um forte interesse dos políticos locais nas terras pertencentes a Colônia Thereza Christina. Apresentamos também uma abordagem dos relatórios do viajante Bigg-Wither. Por último, problematizamos a questão da escassez alimentícia na Província do Paraná, e apresentamos a mão de obra livre como um fator determinante para alta produção agrícola da Colônia. Este sistema tornou a produção agrícola mais exitosa do que regiões escravistas conhecidas, como Ponta Grossa, Castro e Guarapuava.

## CAPÍTULO 1

### O CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NO GOVERNO IMPERIAL DO SÉCULO XIX

#### 1.1 Os primeiros incentivos do governo Imperial aos imigrantes europeus na primeira metade do século XIX.

As regularidades para a introdução de estrangeiros como membros viabilizadores da colonização tiveram início no Brasil no século XIX em um período denominado joanino<sup>10</sup>, tendo o decreto de 25 de novembro de 1808 o qual permitia a concessão de sesmarias<sup>11</sup> aos estrangeiros residentes no Brasil, ou seja, simbolizando o primeiro ato regular de colonização de estrangeiros no país. Em 1818, na data de 06 de maio, houve outro importante decreto que ordenava a formação de uma colônia<sup>12</sup> de suíços no Rio de Janeiro, oficialmente criada com o objetivo de povoar e fazer produzir terras desabitadas e fornecer alimentos para a cidade do Rio de Janeiro que estava crescendo e que, constantemente, era castigada por crises de produtos agrícolas (MACHADO, 1999).

---

<sup>10</sup> Corresponde à chegada da Família Real no Brasil em 1808, causando uma imensa gama de transformações sociopolíticas e econômicas no Brasil. A partir de então, Portugal deixaria de agir como intermediário nas transações comerciais, da mesma forma que os impostos deixariam de ter como destino final a metrópole europeia. Em outras palavras, a economia no Brasil se adensou com a vinda da Corte portuguesa e o setor de negócios seria o mais beneficiado até então. Os negociantes que aqui se encontravam se beneficiariam com o novo estatuto do comércio, uma vez que Lisboa deixaria de atuar como intermediária entre a colônia e o comércio europeu (DIAS, 2009).

<sup>11</sup> Foi um sistema jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinada à produção agrícola. Lígia Osório Silva explica o significado da palavra sesmaria, afirmando que “as terras distribuídas eram chamadas de sesmaria porque o agente que repartia as terras devolutas era o sesmeiro, uma espécie de magistrado municipal, escolhido entre os “homens bons” da localidade, integrante do sesmo ou colégio de seis membros, encarregados de distribuir o solo entre os moradores” (SILVA, 1996, p.38). Afirma também que a palavra sesmeiro em Portugal “era o componente de uma comissão que fiscalizava as terras para obrigar o seu cultivo ou distribuir as terras incultas aos arrendatários.” (SILVA, 1996, p.116). No Brasil, sesmeiro era a pessoa que recebia terras de sesmaria, tendo como regra o compromisso de fazê-las produzir, senão a terra voltava ao domínio da Coroa. A primeira forma que assumiu ordem jurídica das terras brasileiras foi a do regime de concessão de sesmarias. Essas concessões de sesmaria, entretanto, não representaram o resultado de processo interno de evolução de formar anteriores de apropriação. Resultaram da transposição as terras descobertas de um instituto jurídico existente em Portugal, ou seja, as primeiras normas reguladoras de terras no Brasil originaram-se de suas condições de colônia portuguesa (SILVA, 1996).

<sup>12</sup> Esse grupo de colonos suíço foram destinados para regiões próximas da capital do Império entre 1819 e 1820. Este acordo previa a introdução de cem famílias de suíços, as condições estabilizadas entre o governo português e representantes suíços simbolizava largas vantagens para os colonos como pagamento das passagens, alojamentos, terras, sementes, animais, alimentos e ajuda de custo diária para cada colono, entre outros benefícios.

Após a independência do Brasil em 1822, os projetos de colonização por meio da imigração<sup>13</sup> avançariam, com Dom Pedro I e seus ministros procurando estimular a introdução de estrangeiros brancos não-portugueses para a formação de núcleos coloniais.

Nesse contexto, iniciam os primeiros passos para a política de colonização do Império. A Constituição de 1824<sup>14</sup> estabelecia que o imperador era o responsável pela colonização por meio da imigração e, com isso, núcleos coloniais começam a ser formados. No Rio Grande do Sul, especificamente em São Leopoldo, os imigrantes alemães que haviam sido seduzidos pelo governo foram destinados à província rio-grandense, sob a responsabilidade do presidente da província José Feliciano Fernandes Pinheiro, que garantiu ofertar os mesmos direitos dados aos suíços no Rio de Janeiro (IOTTI, 2001).

Na região que atualmente é conhecida como atual Estado do Paraná<sup>15</sup> também foi formado um núcleo colonial de alemães, a Colônia Rio Negro<sup>16</sup>, em 1829. Porém, esse grupo não encontrou o mesmo sucesso de São Leopoldo. Entre 1824 a 1830, ingressaram 5.350 alemães na Província do Rio Grande do Sul (MACHADO, 1999).

Antes mesmo do Paraná se emancipar de São Paulo em 1853, também foram formados mais dois núcleos, a Colônia Thereza Christina<sup>17</sup> em 1847, e a Colônia Superagui em 1852. Ambas as colônias formadas no território paranaense surgiram da iniciativa particular, com seus próprios fundadores convidando seus conterrâneos europeus a emigrar. Apesar de apresentarem-se como empreendimentos particulares, esses núcleos puderam contar também com algum auxílio do governo provincial paranaense, que do ponto de vista político, tinha muito interesse no sucesso dessas colônias.

Com a falta de recursos dos governos provinciais, a parceria com iniciativa privada para a criação de núcleos e o apoio à atuação de companhias de colonização era considerada vantajosa para essas autoridades (MACHADO, 1999). No Paraná, após sua emancipação em

---

<sup>13</sup> Ao nos referimos à imigração, ressaltamos a ideia de Caio Prado Júnior: “(...) pode-se considerar toda a história brasileira como um fenômeno de imigração”. A maioria da população existente no Brasil é de imigrantes, sejam eles europeus e africanos. Aqui, o ponto que sustenta essa afirmação é uma questão de cronologia e de contexto histórico. Quando falamos de imigrantes, estamos nos referindo a um termo específico de europeus vindos durante o século XIX e começo do século XX, por motivos totalmente diferentes dos portugueses e dos africanos que vieram para o Brasil em períodos anteriores”. (PRADO JR., Caio, 1975, p. 233).

<sup>14</sup> A Constituição de 1824 foi a primeira e única constituição do Brasil Imperial. Ela surgiu da necessidade de legitimar o novo império e de formalizar um equilíbrio entre as várias classes sociais que disputavam o poder político após o fim do regime português.

<sup>15</sup> Nesse período, ainda não emancipada, pertencendo à região meridional de São Paulo.

<sup>16</sup> O Barão de Antonina foi quem tomou frente no estabelecimento de uma colônia para receber alemães na região conhecida por Sertão da Mata. Em 1829, os primeiros imigrantes ali se estabeleceram e, ao longo de sua existência, o núcleo receberia também imigrantes espontâneos, vindos de colônias catarinenses. Esse núcleo se dispersou e a população alemã que ali permaneceu acabou se confundindo com a população local.

<sup>17</sup> A formação da Colônia será discutida no terceiro capítulo deste trabalho.



1853, a formação e o progresso de colônias de estrangeiros para povoar e produzir se tornou um tema central para as autoridades.

Essa política de colonização serviria para assegurar o território nacional em regiões fronteiriças e também seria apontada como solução para os problemas enfrentados pela agricultura. Luiza Iotti descreve a fala do Imperador D. Pedro I, na Assembleia Geral no dia 3 de maio de 1829:

Convido auxiliar o desenvolvimento de nossa agricultura, é absolutamente necessário facilitar a entrada e promover a aquisição de colonos prestadios, que aumentem o número de braços, de que tanto carecemos. Uma lei de naturalização acomodada às nossas circunstâncias, e de um bom regulamento para a distribuição das terras incultas, cuja data se acha paralisada, seriam meios conducentes para aquele fim (RIO DE JANEIRO, *apud* IOTTI, 2001, p. 86-87).

Em um primeiro momento, a chegada desses imigrantes foi para subvencionar aos serviços públicos. À medida que se expandiam as plantações de café no Sudeste, mais difícil e cara tornava-se a obtenção de trabalhadores para construção e conservação das estradas, reparo de pontes e outros serviços públicos. Os fazendeiros alugavam seus escravos, mas os custos eram cada vez mais altos. Havia africanos livres, mas não o suficiente para satisfazer as necessidades da administração. Dessa forma, foi se moldando o pensamento governamental sobre os estrangeiros como alternativa de mão de obra, pois tais políticas enfrentavam obstáculos por parte da elite brasileira (IOTTI, 2001).

Todo esse processo de iniciativa sobre a política de colonização foi desenvolvido no Período Joanino e mantido no Primeiro Reinado, porém a política de imigração foi encerrada antes mesmo da abdicação de Dom Pedro I, que sofreu uma “derrota imposta pela elite política do País” (MACHADO, 1999, p. 21).

Mesmo com a Independência do Brasil em 1822, a circunstância em que se encontrava o cenário político foi mantido. A elite brasileira não apoiava as políticas de imigração e buscava incentivar o tráfico negreiro, com isso, as políticas imigratórias foram deixadas de lado. Segundo Décio Freitas, "feita a Independência, nada ameaçava internamente a ordem escravista. A ameaça vinha de fora - dos interesses ingleses empenhados na abolição do tráfico, primeiro passo para a extinção da própria escravatura" (FREITAS, 1982, p. 86). O tráfico de escravos continuou sendo um problema para os ingleses<sup>18</sup> que desejavam o seu fim.

---

<sup>18</sup> Em 1807, a Inglaterra aboliu o tráfico de escravos nas suas colônias. Depois desse feito iniciou uma verdadeira luta contra ele. Foi sob sua influência, muitas vezes usada de forma diplomática, outras vezes não, que o tráfico foi aos poucos sendo abolido em todos os países do mundo (PRADO JR, 1998). O interesse da Inglaterra era que com a existência de escravos, nas regiões coloniais, tornava quase que impraticável a expansão de mercados consumidores e também a modernização dos métodos de produção, ou seja, seu interesse era no setor econômico. Porém também temos que levar em considerações as ideias que difundiram a partir da Revolução Francesa, em

Segundo Théo Piñeiro (2002), em 1826, a Inglaterra estabeleceu prazos para convenção sobre a questão do tráfico no Brasil, propôs um prazo de três anos para que a prática fosse suprimida por completo no país. Essa medida aceita pelo Imperador acarretou fortes oposições na Câmara, onde a maioria seria de representantes do setor de proprietários de terras e escravos, ou seja, a oposição ao monarca aumentava, deixando-o cada vez mais isolado politicamente, fator que culminou alguns anos depois em sua abdicação em 7 de abril de 1831.

Desse modo, não ocorreu o fim do tráfico no Brasil em 1830 como desejava a Inglaterra<sup>19</sup> e em contrapartida a elite política também era contrária ao financiamento da colonização. Foram responsáveis por aprovarem uma lei orçamentária que não previa nenhum gasto com colonização estrangeira nos anos de 1831 e 1832.

Essa redução no projeto de imigração visando a colonização seguiria durante quase todo o Período Regencial<sup>20</sup>. Pinheiro Machado (1999) cita o exemplo no Rio Grande do Sul, em que nesse período não foi registrada a entrada de nenhum imigrante, bem como nenhuma colônia foi criada no Brasil durante essa década.

O vácuo gerado pela abdicação de D. Pedro I em 1831 permitiu o aparecimento de partidos políticos envolvendo os diversos segmentos da sociedade brasileira. Diversas rebeliões eclodiram em todo o território nacional. Para consolidar-se no poder, a classe dominante precisava afastar todas as forças políticas e sociais que ameaçavam a sua frágil hegemonia. Para pacificar o país foi necessário que a maioria de D. Pedro II fosse antecipada.

Já no Segundo Reinado<sup>21</sup>, iniciou-se também um período de maior estabilidade política, que possibilitou a retomada da política de colonização ao Brasil. Aqui, a política de imigração estava ligada tanto à “questão da mão de obra para a grande lavoura, à questão de terras, quanto ao incremento e diversificação do mercado interno brasileiro” (MACHADO, 1999, p. 64). Mesmo com fortes incentivos, a política de imigração do Brasil do Segundo Reinado continuou

---

que “o pensamento iluminista abraçou a ideia de progresso e buscou ativamente romper com a tradição, procurando desmistificar e dessacralizar o conhecimento para libertar os seres humanos. Esse pensamento era permeado por um otimismo desenfreado na ciência e no conhecimento como meios fundamentais para produzir liberdade, igualdade e progresso humano” (SAUER, 2010, p.150). As ideias iluministas e a possibilidade de aumento da produção economia contribuíram para que a Inglaterra decretasse o fim do tráfico de escravos no Atlântico.

<sup>19</sup> O acordo, no entanto, foi considerado uma lei “para inglês ver”, de onde a expressão tornou-se comum até os dias de hoje, indicando uma atitude só de aparência. O tráfico continuou e novas revoltas e rebeliões de escravos surgiram por toda parte. Os dois países que mais resistiram às pressões inglesas foram Portugal e o Brasil (PRADO JR, 1998).

<sup>20</sup> Período entre abdicação de D. Pedro I e a posse de D. Pedro II entre os anos de 1831 a 1840. Os regentes ficaram no governo de transição que administraria o país enquanto o imperador ainda não tivesse idade suficiente para governar.

<sup>21</sup> Esse período corresponde entre os anos de 1840 a 1889 governado por D. Pedro II.

convivendo com o incômodo sistema escravista, pois conceber sua extinção de uma hora para outra poderia significar a ruína econômica.

Portanto, diante das constantes críticas ao governo imperial e do desinteresse das elites escravocratas, o estabelecimento de estrangeiros livres na primeira metade do século XIX caminhou a passos lentos. Mesmo com a independência do Brasil, o modelo escravista se manteve enraizado na sociedade, fazendo com que aumentasse a pressão externa da Inglaterra ao Brasil.

## **1.2 A pressão externa para o fim do tráfico negreiro**

Em 1845, Inglaterra e Brasil entraram numa grave crise de relações. No ano seguinte, chegava ao fim o prazo de quinze anos após a abolição legal do tráfico (decretada em 1831), prazo máximo ofertado pela Inglaterra ao fim do tráfico negreiro. Depois desse período, os tratados vigentes, validavam o direito de a Inglaterra fiscalizar os navios em alto-mar suspeitos de comércio ilegal. (PRADO JÚNIOR, 1998)

Emília Viotti da Costa (1985, p.144) explica que no ato aprovado no Parlamento inglês ficava estabelecido que "declara-se lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico. Os infratores ficavam incurso em crime de pirataria e eram julgados pelos tribunais de Almirantado".

Segundo Caio Prado Júnior (1998, p. 171), esse ato foi considerado um absurdo pela elite brasileira. Explica o autor que, "este ato, aberrante de todas as normas internacionais, foi recebido com enérgico protesto do governo brasileiro; o que não impediu que se tornasse efetivo, iniciando-se então uma perseguição ao tráfico sem paralelo no passado".

A Inglaterra buscou reverter esta situação, colocando o fim do tráfico no Atlântico, estabelecendo ordens severas para suas embarcações. Segundo Caio Prado Júnior (1998), as embarcações de guerra inglesas não respeitaram as águas brasileiras, nem as praias e nem os portos do país. Mesmo em terra, os condutores de escravos eram perseguidos e os presos que estivessem em suas posses eram tomados.

A situação correspondia a um quase estado de guerra, pois a autonomia brasileira foi desrespeitada constantemente. A Inglaterra só visava a sua inadiável decisão de extinguir o tráfico de qualquer forma. Se preciso, os ingleses não hesitariam em declarar guerra. Essa ameaça era evidente, foi discutida várias vezes no Parlamento britânico.

Em 1850, a política brasileira cedeu às pressões inglesas no que condiz aceitar o fim do tráfico. Foram adotadas medidas efetivas para combatê-lo, o combate não ficou somente nas legislações, mas também nas ações severas que o governo inseriu contra os traficantes de escravos. Como nos mostra Caio Prado Junior (1998, p. 152-153):

No ano anterior, a introdução de africanos no Brasil fora de 54.000 indivíduos; já naquele ano desce para menos de metade: 23.000, caindo em seguida (1851) para pouco mais de 3.000. Em 1852 ainda entram no país 700 e poucos escravos, para cessarem em seguida completamente.

Esses dados apontaram que a Lei Eusébio de Queiroz<sup>22</sup> provocou rápidas mudanças nas questões do tráfico negreiro no Brasil. Quatorze dias antes do Império decretar o fim do tráfico negreiro, o governo criou a Lei de Terras<sup>23</sup> em 1850, foi uma lei que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do segundo reinado.

A lei de 1850 veio, entre outras coisas, para vedar essa forma de aquisição direta de terras devolutas pelos particulares e fazer voltar o sistema de concessão de terras, outorgadas pelo Estado-agora não mais concessões de sesmarias, mas venda de lotes coloniais. Desse modo, o Estado procurava afirmar a exclusividade dos seus direitos sobre as terras vagas (conforme o artigo 1º da lei de 1850: Ficam proibido as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja a compra) (SILVA, 1996, p. 321).

O objetivo da lei foi promover o ordenamento jurídico da propriedade para obter o controle sobre as terras devolutas<sup>24</sup>, que desde o fim do regime de concessão de sesmaria em 1822, estava passando de forma livre e desordenada para o patrimônio particular.

Outros historiadores como Roberto Smith (1990) e Lígia Osorio Silva (1996) também ressaltam que as discussões parlamentares sobre o projeto de Lei de Terras de 1850 eram discutidas na Câmara desde 1843, ou seja, ambos os autores apontam que a regularização das terras deveria acontecer mesmo sem a formação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que pôs fim ao tráfico negreiro.

Roberto Smith (1990) demonstra que no Nordeste as terras encontravam-se apropriadas desde o período colonial, em São Paulo e no Rio de Janeiro as fronteiras estavam abertas, sem

<sup>22</sup> A lei proibia o tráfico de escravos para o Brasil.

<sup>23</sup> Essa lei foi implantada em 18 de setembro de 1850 e sua regulamentação pelo decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, com nove capítulos e 108 artigos, que possibilitava a posse da terra para qualquer indivíduo, independentemente de sua nacionalidade. Eusébio de Queirós Coutinho Mattozo foi ministro da Justiça em 1850. Neste cargo, coube a ele à assinatura do Código Comercial Brasileiro, da Lei de Terras e das leis que vieram a eliminar e reprimir com mais seriedade o tráfico de escravos (MOTTA, 2010).

<sup>24</sup> Esse termo será melhor esclarecido no segundo capítulo.

refreamento jurídico ao apossamento de terras e isso gerou certo conflito por parte dos sesmeiros e posseiros.

A historiadora Lígia Osório Silva (1996) observa ainda que a historiografia, de maneira geral, preocupou-se apenas em avaliar a Lei de Terras sob a ótica da substituição da mão de obra escrava por trabalhadores que não teriam acesso à terra. Em seu estudo, procurou “resgatar uma outra dimensão da lei (...) que consistia na sua intenção de demarcar as terras devolutas e normatizar seu acesso por parte dos particulares” (SILVA, 1996, p. 14).

Nesse sentido, Lígia Osório Silva (1996) destaca o papel importante dos políticos do Rio de Janeiro nas propostas sobre a questão das terras apresentadas em 1842-1843, pois lá o problema foi sentido de forma mais aguda pelos plantadores, levando-os a apoiarem a ideia da regulamentação territorial sugerida pelos burocratas da corte.

Com o fim do tráfico negreiro, povoar o território brasileiro tornou-se uma das preocupações do governo imperial. Inicialmente, os fazendeiros do café buscaram aliviar o impacto da diminuição de escravos provocado pela Lei Euzébio de Queiroz, pelo tráfico interprovincial, o que se tornou uma solução a curto prazo, pois isso gerou um grave problema de abastecimentos de gêneros alimentícios nas províncias de onde provinham esses escravos, inclusive no Paraná. Por ser uma região periférica do império e de economia não especializada, a remoção de muitos escravos gerou grandes preocupações em relação à mão de obra e ao abastecimento agrícola da província.

Podemos concluir que a Inglaterra teve uma efetiva participação no decreto do fim do tráfico negreiro no país, porém aprovação da Lei Eusébio de Queiroz (1950) não influenciou decisivamente na formação da Lei de Terras (1850), pois a regularização da terra já era discutida na Câmara desde 1843.

### **1.3 A estrutura agrária do Brasil: da Independência à Lei de Terras (1822-1850)**

O marco relevante que assinala a transformação da condição jurídica da propriedade no Brasil é a Lei de Terras, promulgada em 1850. Este é o surgimento de um marco arbitrário, isso não significa que a partir de uma lei as condições de sociabilidade tendessem a se restaurar. Depois de levantada essa hipótese, pretendemos primeiro descrever como foi formada a estrutura rural do Brasil no século XIX.

O sistema de sesmarias antecedeu a Lei de Terras em 1850, pois foi um modelo de lei designado em Portugal<sup>25</sup>. A Lei de Sesmarias foi uma tentativa de contornar a crise de abastecimento pela qual passava o país, como também uma medida para reintegrar ao campo o povo que havia migrado para as cidades, expelidos pelo sistema feudal ou em busca de alternativas de sobrevivência. Em Portugal “a sesmaria gerou a pequena propriedade, e no Brasil, ao contrário, foi a causa principal do latifúndio brasileiro” (SILVA, 1996, p.39).

O sistema de sesmaria foi transplantado para cá com as mesmas características de Portugal, o que causou vários transtornos, pois a realidade da Colônia era completamente diferente em todos os sentidos. No Brasil, havia a imensidão das terras vagas, não ocupadas ou habitadas apenas pelos indígenas que não conheciam nenhuma forma de apropriação, até o termo terra devoluta que, no sistema de Portugal, significava terras ociosas, não cultivadas. Podemos considerar que no Brasil seu sentido foi distorcido, passando a significar terra vaga e passível de ser ocupada (SILVA, 1996).

As sesmarias eram distribuídas a quem tivesse condições econômicas para cultivá-las. Aos trabalhadores cabia vender sua força de trabalho ou viver como agregados (moradores de favor) ou como posseiros, que produziam para subsistência. A posse da terra passa a ser atividade exclusiva de proprietários ricos, pois eram estes que detinham a mão de obra escrava nas grandes lavouras.

Desde a independência do país, os grandes latifundiários representavam um papel importante dentro desse sistema hierárquico da política brasileira. Nota-se que o objetivo de Portugal nunca foi combater a grande propriedade ou o escravismo, mas retomar o controle do processo de apropriação de terras que escapou de suas mãos. No início do século XIX, a situação da propriedade de terras, do ponto de vista do seu ordenamento jurídico, era caótica.

Nesse período, a maioria dos ocupantes das terras os sesmeiros ou posseiros não possuíam um título legítimo de domínio da terra. A partir daí o desejo dos latifundiários era obter o título de proprietário da terra e ter sua liberdade de produção. Isso tudo contribuiu significativamente, para a ruptura dos vínculos coloniais, fazendo com que a suspensão do regime de concessão de sesmarias chegasse ao fim com a independência do país em 1822.

No momento em que havia ficado claro que o projeto para a recolonização do Brasil estava na pasta da Corte de Lisboa, ocorreria uma aliança entre diversos grupos proprietários de terras e de escravos para emancipação política do país. Pode-se dizer que, em certa medida,

---

<sup>25</sup> Essa concessão de sesmaria iniciou-se em Portugal e foi adaptado ao Brasil.

a história política do Primeiro Reinado<sup>26</sup> foi a história da tensão entre o Império e a de proprietários de terras e de escravos (DIAS, 2009).

Com a Independência do Brasil em 1822, nada se modificou do ponto de vista da economia brasileira, em relação à forma de produção, ao regime de posse da terra e muito menos ao sistema de trabalho servil<sup>27</sup>. A manutenção das condições vigentes até então no sistema produtivo explica até certo ponto porque a questão da terra não sofreu alterações profundas logo após a emancipação política.

Para Lúcia Osório Silva (1996), a posse conquistaria um certo reconhecimento por parte das autoridades, principalmente a partir da resolução que decretou o fim da sesmaria com a independência do país. A concessão de sesmarias foi suspensa em 1822, a partir daí, o regime de apossamento de terras representou um quadro que o Estado praticamente saiu de cena, na questão da distribuição legal da apropriação da terra. No período entre 1822 e 1850, a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história de apropriação territorial esse período ficou conhecido com a “fase áurea do posseiro”.

As anotações feitas por José Bonifácio de Andrade e Silva contribuíram para a elaboração do projeto que continha a resolução de julho de 1822, que suspendia a concessão de sesmarias transferida para a assembleia geral constituinte à procura de uma solução para a situação de indefinição que imperava no campo brasileiro. Como descreve Lúcia Osório Silva (1996):

1) Todos os possuidores de terras, que não tem título legal, perderão as terras, que se atribuem, excepto num espaço de 650 jeiras (263ha), que se lhe deixará, caso tenham feito algum estabelecimento oi sítio. 2) todos sesmeiros legítimos, que não tiveram começado ou feito estabelecimento nas suas sesmarias, serão obrigados a ceder a Coroa as terras, conservando 1,300 jeiras (526 ha) para si, com a obrigação de começarem a formar roças e sítios dentro de seis anos. 3) haverá uma caixa em que se recolhera o produto destas vendas das terras que será empregado nas despesas de estradas, canais e estabelecimento de colonização européia, índios, mulatos e negros forros. 4) Não dar sesmarias sem que os donos sigam novo método de cultura a europeia (BONIFACIO DE ANDRADE, *apud* SILVA, 1996, p. 82-83).

José Bonifácio de Andrade e Silva foi um naturalista, estadista e poeta luso brasileiro mais relevante da elite intelectual envolvendo o fim do absolutismo português e na gestação do novo cenário nacional. Seus projetos não tiveram ênfase, pois nenhuma dessas normas foram

<sup>26</sup> O primeiro período corresponde entre 1808 a 1821 foi governado por D. João VI, já sobre o segundo período é referente entre os anos de 1822 a 1831 comandado por D. Pedro I.

<sup>27</sup> Nada foi alterado, pois a ruptura com a metrópole deveria acontecer com o mínimo de abalo possível ao poder político. Para isso a manutenção do regime monárquico era uma solução atraente.

levadas adiante. Outros projetos apresentados por outros autores como por Nicolau Campos Vergueiro, em 14 de julho de 1823, na Assembleia Constituinte, sugeriam; “1) que se suspendam as datas de sesmarias. 2) Que a Comissão de Agricultura proponha um projeto de lei sobre terra públicas, contendo providências para o pretérito e regras para o futuro” (VERGUEIRO, *apud* SILVA, 1996, p. 83). Vergueiro também não obteve sucesso, ambos autores tentaram resolver o problema agrário do país, porém nenhum teve sequência na constituição brasileiro, isso porque buscava solucionar a questão agrária do país.

Segundo Roberto Smith (1990), a revogação de normas referente à estrutura agrária nesse período põe em evidência um processo de amplo apossamento de terras que caracterizou o avanço do grande latifúndio ao pequeno posseiro em algumas áreas.

Segundo Lígia Osório Silva, o momento político não era propício à discussão do ordenamento jurídico da questão da terra, pois era um tema muito delicado. As discussões sobre esse assunto só vieram ocorrer em 1840. Em síntese, as alterações que produziram condições favoráveis a retomada da questão da terra foram ocasionadas pela riqueza gerado pelo ciclo do café<sup>28</sup>. O café forneceu os recursos financeiros necessários para a consolidação do Estado nacional. A expansão cafeeira da primeira metade do século XIX teve repercussões imediatas na questão da apropriação territorial.

A riqueza do café concentrou-se na área do Rio de Janeiro e nas regiões vizinhas de São Paulo e Minas. Depois, o café encontrou as condições particularmente favoráveis do vale do Paraíba<sup>29</sup>, as plantações ocuparam todo o vale em meados do século XIX (SILVA, 1996).

Segundo Lígia Osório Silva (1996), o Rio de Janeiro era uma região que desde o século XVIII proporcionava uma ocupação e uma densidade populacional relativamente alta se comparada a outras regiões do Brasil. A autora chega a citar a observação feita por João Carlos Vianna Presidente da Província do Rio de Janeiro em 1843, referente à desordem jurídica sobre a posse da terra, em que afirma ser natural que esse agrupamento de interesses e de população derivasse em confusões que envolvia a questão da terra.

Terrenos devolutos quase todos tem sido há doze anos a esta parte explorados, invadidos e apossados por um aluvião de pessoas e convertidos em fazendas e situações com diversos gêneros de cultura. Maravilham os inúmeros estabelecimento agrícolas de todos os portes que por este meio tem-se formado (...) Um germe

<sup>28</sup> Segundo Lígia Osório Silva (1996), “entre as décadas de 1821-1830 e 1841-1850, o volume de café exportado pelo Brasil quintuplicou. Como a principal receita do Estado eram os impostos de importação e exportação, é possível avaliar a importância do café como esteio econômico desse processo de consolidação do Estado” (SILVA, 1996, p. 87).

<sup>29</sup> Segundo Caio Prado Junior (1998), o vale do Paraíba “tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população” (PRADO JR. 1998, p. 166).



fecundíssimo de desordens e de crimes tem sido a confusão dos limites das propriedades rurais, tanto as adquiridas por sesmarias primitivamente, como as havidas por título de posse com cultivos efetivos. As divisas principalmente dessas últimas só são firmadas e respeitadas por armas de fogo desfechadas de emboscadas de trás dos grossos troncos de nossas arvores seculares (VIANNA, *apud* SILVA, 1996, p. 90).

Dessa forma, podemos considerar que os proprietários de terras tanto os sesmeiros quanto os posseiros não estavam sentindo-se seguros com a sua propriedade. A necessidade de regulamentação da propriedade da terra era o interesse de todos proprietários de terras<sup>30</sup>.

Lígia Osório Silva (1996) levanta a hipótese de que, nos anos 1840, o problema foi sentido com agudeza pelos plantadores do Rio de Janeiro e regiões vizinhas, levando-os a apoiarem a ideia da regulamentação da propriedade territorial, sugeridos pelos burocratas da corte.

Quando as doações de terras foram suspensas em 1854 através da Lei de Terras, a desordem fundiária já havia se instalado. Os apossamentos de terras já “corriam livres”, desde a independência do país em 1822 a 1854 período que passou a sancionar a Lei de Terras, ou seja, antes dessa lei entrar em vigor as pessoas conseguiam terras através da posse. Provavelmente quem tivesse o maior número de escravos era beneficiado, pois tinha mão de obra suficiente para abranger o maior número de terras possíveis. Autores como Emília Viotti da Costa (1985), Roberto Smith (1990) e Lígia Osório Silva (1996), dentre outros, afirmam que esse período de 1822 a 1854 representou o maior agravante da situação agrária no país. Afinal, foram 32 anos em que as posses de terras eram marcadas a olho nu, tomando como limites naturais (rios, córregos, montanhas) o fim da propriedade.

O interregno que vai de 1822 a 1850 põe em evidência um processo de amplo apossamento de terras, que caracterizará, no país, a formação do latifúndio, na sua forma mais acabada. O latifúndio avançará sobre as pequenas posses, expulsando o pequeno posseiro em algumas áreas, num deslocamento constante sobre as fronteiras de terras abertas (SMITH, 1990, p. 304).

Todo esse avanço dos grandes proprietários de terras tem a ver com uma profunda mudança no quadro da economia brasileira, o café passou a ser a mercadoria mais comercializada no país. Os novos ricos que compunham o partido liberal obtiveram suas terras, não pelas antigas sesmarias, mas pela tomada das terras devolutas. Esses grandes posseiros

---

<sup>30</sup> O problema da necessidade da regulamentação da terra não foi sentido por todos proprietários, pois variava em diferentes regiões. Regiões com maior número populacional necessitavam a regulamentação da terra.

passaram a exigir a consumação de seus projetos e a formação da Lei de Terras de 1850 serviria para beneficiar esses detentores (SMITH, 1990).

A Lei de Terras foi elaborada em meio a uma disputa de forças entre os conservadores e liberais. Ambos buscavam benefícios que defendiam seus interesses e nenhum deles queria abrir mão de seus privilégios. Os liberais, defendendo a prática da posse ilegal, já os conservadores eram favoráveis à reforma fundiária (SMITH, 1990).

Do ponto de vista político, eram os liberais que deveriam ter os pensamentos mais modernos. Na verdade, foi um grupo de cafeicultores que se aglutinaram no Partido Liberal somente para defender seus interesses em nome de um liberalismo que destoava completamente dos princípios originais desse movimento que nasceu na Europa.

Emília Viotti da Costa (1985) explica que o liberalismo europeu teve um tipo de conotação distinta do Brasil. A realidade de um sistema era diferente do outro. Na Europa, a Revolução Industrial já estava avançada e a luta era contra o absolutismo e pela igualdade de direitos. Aqui, combatia-se sobretudo as restrições econômicas que o Império impunha, que impedia os proprietários de terras, os grupos hegemônicos, de exercerem plenamente suas atividades econômicas.

O liberalismo desenvolvido no Brasil se expressou no sentido de construir a nação e esteve diretamente vinculado aos interesses da classe dominante composta de proprietários de terras e escravos. O liberalismo entrara no Brasil com o intuito de auxiliar na luta pela separação apenas da Metrópole.

Os ditos liberais queriam manter a estrutura de produção (monocultura e escravista). Nesse aspecto, eles não clamavam por mudanças, queriam mesmo era mais poder na Assembleia Legislativa e restrição do poder real, jamais abrir mão de seus privilégios de elite rural. Portanto, o liberalismo desenvolvido no Brasil esteve diretamente vinculado aos interesses dos proprietários de terras e escravos.

O primeiro projeto da Lei de Terras apresentado em 1843 pelos conservadores não agradou aos liberais, fazendo com que rejeitassem uma série de cláusulas do Projeto de Lei além de travar uma discussão para defender os seus pontos de vista, o que não contribuiu para andamento das votações no Senado (SMITH, 1990). É importante ressaltar que nem os conservadores e nem os liberais buscaram beneficiar os imigrantes.

Em relação às políticas de benefícios aos latifundiários, ganha destaque a abolição do imposto territorial em 1843. Fator que não beneficiava a política de imigração, pois o governo viu-se sem essa fonte alternativa de recursos, esse imposto tinha como objetivo principal

financiar a imigração, não instituindo o imposto territorial, o governo não teria recursos financeiros para atrair novos imigrantes.

Varnhagem, em 1856, fez um projeto adicional a Lei de Terras em que propunha a criação de um imposto territorial devendo atingir todos que possuísem mais de 250.000 braços quadrados (121 há, que era, lembramos, o tamanho dos lotes que o governo pretendia vender para a colonização). O imposto seria de 4.500 réis por légua quadrada, o que ele considerava “demasiado módico”, mas já seria alguma coisa. O projeto de Varnhagem surgiu no mesmo ano que a Câmara estava discutindo a questão dos créditos para a imigração. O imposto poderia ter sido uma forma de os proprietários arcarem com uma parte das despesas, que estavam correndo por conta do Tesouro (SILVA, 1996, p. 144).

Era necessário instituir um imposto dessa natureza, pois a ganância dos proprietários de terras em se apropriar de terrenos que jamais teriam condições de aproveitar produtivamente não pararia. Lígia Osório Silva (1996) explica que mesmo aqueles colonos que vieram para trabalhar nas fazendas tiveram o direito de comprar terras após certo período dos fazendeiros. Seria necessário que os fazendeiros tivessem dispostos para comercializar a terra, mas isso só seria possível caso as terras incultas lhe custassem algo.

Desde que o fazendeiro tenha que pagar o imposto sua propriedade inculta, que, agora, se nada lhe rende, também nada lhe custa, então certamente ele de pronto se prestará a vender o que não pode ele próprio com vantagem administra, ou deixará cair em devolução ao Estado; e, reduzido a menor território, ele mudará pouco a pouco o sistema atual de cultura exaustiva por um sistema de exploração agrícola racional (HAMDELMANN *apud* SILVA, 1996, p. 145).

Em 1844, desfez-se o grupo de conservadores e o projeto defendido foi engavetado. Quando os conservadores voltaram ao poder, após anos de debate, a Lei de Terras foi aprovada em 18 de setembro de 1850, beneficiando os dois partidos. A partir de 1856, passaram a ser cobrados tributos sobre a terra, tais medidas poderiam facilitar o imigrante a comprar terras não cultivadas dos fazendeiros, porém não foi isso que aconteceu. A terra passou a ter um valor nunca visto antes, os altos preços tornavam a compra pouco atraente para os imigrantes. Os fazendeiros também pressionaram o governo para aumentar o preço das terras públicas, pois pretendia-se impedir o acesso a terra dos imigrantes pobres.

Para José de Souza Martins (2013, p. 49), “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”. A formação dessa estrutura agrária e suas relações de produção, em um sistema que apenas inverteu a ordem, libertaram a mão de obra e tornaram a terra cativa. Ainda assim, estamos principalmente, mas não exclusivamente, em face da renda capitalizada na terra e não apenas em face a capital constante:

Muitos fazendeiros passaram a ter preferência pela abertura de fazendas em terras novas, recém-desmatadas, onde a produtividade do cafeeiro era imensamente maior do que em regiões ocupadas há mais tempo, como nas esgotadas terras do Vale do Paraíba. Fazendeiros deslocavam-se para novas regiões em busca de terras mais férteis. O capital que antes era pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros que, com base em documentos falsos, depois de 1854, apossaram-se de extensas áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, revendendo-as a novos e potenciais fazendeiros. A principal fonte de lucro do fazendeiro da frente pioneira, como a de Ribeirão Preto e da Mogiana, foi, nos anos da expansão, a renda diferencial da terra produzida pela maior fertilidade natural das terras novas, algo que não dependia de investimentos de capital. (MARTINS, 2013, p. 51)

Podemos perceber que a Lei de Terras não foi somente elaborada para atrair o imigrante como aborda a maioria da historiografia, “esta e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso” (MARTINS, 2013, p.51). Essa lei também teve grande importância no benefício dos grandes latifundiários (posseiros), pois seriam os mais beneficiados, pois conseguiram registrar extensas áreas de terras em seus nomes. Sobre os camponeses pobres, que ocupavam pequenos lotes, passaram a ser considerados como “intrusos” e inconvenientes, podendo receber punições, caso ocupassem as terras públicas ou particulares<sup>31</sup>.

De forma breve, busco expor os principais dispositivos constantes da Lei: se tornaram proibidas terras devolutas por qualquer outro título que não fosse de compra, as terras devolutas passaram, então, a serem aquelas que não estariam aplicadas a algum uso público ou particular. As terras que não tinham título seriam necessárias legitimasse, pois para aquelas que tivessem alguma produção ou moradia seriam legitimadas. O Governo determinaria o prazo para a “legalização” das terras, podendo as províncias prorrogá-lo. A terra não medida no prazo perderia seu título de posse e o possuidor ficaria sem a posse de toda a terra inculta que antes estava sobre seu poder (MOTTA,1998).

Com esse panorama sobre a lei nº 601 de 1850, podemos perceber que a Colônia Thereza Christina se encontrava adequada perante a legislação, pois foi formada em 1847, antes mesmo do decreto da lei, e suas terras eram produtivas, ou seja, não deveriam preocupar-se com as ameaças dos “grileiros”.

Em 30 de janeiro de 1854, foi autorizado o regulamento para execução da lei de nº 601 de 18 de setembro de 1850. O regulamento tinha por principal aspecto a regularização das

---

<sup>31</sup> Discussão apresentada no terceiro capítulo.

terras, através do registro por todos seus possuidores. Como as paróquias eram as “Instituições” que mais estavam presentes nas distintas extensões territoriais, ficaram estas encarregadas de receber as declarações de terras dos proprietários e, posteriormente, encaminhá-las aos órgãos criados pelo Governo Central.

Estes registros – os chamados Registros Paroquiais de Terra – tornaram-se obrigatórios para “todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade ou posse”. Eram os vigários de cada freguesia os encarregados de receber as declarações para o registro de terras. Cada declaração deveria ter duas cópias iguais, contendo: “o nome do possuidor, designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida; e seus limites (MOTTA, 1998, p. 161).

O regulamento ficou dividido em nove capítulos, os quais discorriam principalmente sobre as atividades e forma de atuação dos responsáveis nas províncias pela fiscalização da regularização da posse de terras. Um aviso editado em 1857 pelo governo imperial estipulou que o prazo não poderia exceder a um ano, na realidade esses prazos foram sendo dilatados durante todo o período imperial (MOTTA, 1998).

O último item do regulamento dizia respeito ao registro das terras possuídas e ficou conhecido como o Registro do Vigário<sup>32</sup>. Não obstante a aparente insignificância desse dispositivo diante dos demais mecanismos previstos na regulamentação da Lei de Terras, seu significado foi deturpado com o passar do tempo e seus efeitos perduraram por um largo período, celebrizando-se nas disputas de terras.

Lígia Osório Silva (1996) buscou compreender qual objetivo era tido em mente pelos legisladores do Império com o Registro do Vigário. Esclarece que tal objetivo era somente saber quais as terras apropriadas, para um levantamento estatístico<sup>33</sup> e para fins de hipoteca<sup>34</sup>. A maioria dos especialistas em questões de terras entende que estava claro na lei e no regulamento, que a simples declaração do possuidor, para fins de registro, não conferia a ele nenhum título sobre a terra.

Diz a respeito Messias Junqueira: o registro paroquial foi uma simples tentativa de obter o governo do Império a relação sistemática de todos os possuidores de terras do país. Não teve a intenção de cadastro, nem outro objetivo que não fosse o simples

<sup>32</sup> Os registros paroquiais foram uma aplicação da Lei de Terras, que confirmou e legitimou as terras que já haviam sido ocupadas, por compra, por herança, por sesmaria, por doação e até por posse.

<sup>33</sup> Provavelmente, a maneira mais eficaz e mais fácil que o governo encontrou para fazer um balanço das terras que ainda se encontravam desocupadas foi exigir o registro dos imóveis rurais nos chamados “livros do vigário”. Cada declarante deveria se apresentar à sua freguesia para inscrever o seu imóvel.

<sup>34</sup> A Lei n° 601, possibilitou que o vigário de cada freguesia fosse o encarregado de receber as declarações dos proprietários de terra e as registrasse em um livro, cobrando dois réis por letra, conforme art. 103 (SILVA, 1996).

conhecimento estatístico das terras na propriedade ou na posse privada, conhecimento este de alcance prático manifesto (JUNQUEIRA *apud* SILVA, 1996, p.174).

A partir da decretação da lei, entretanto, o Registro do Vigário tem sido apresentado como uma prova de domínio de particulares sobre terras, em geral, devolutas. Como demonstra Manuel Linhares de Lacerda:

(...) Dizia-se, então que o registro assim feito, referindo-se a título que posteriormente era exibido, valia como prova de propriedade. Engano, pois o que valia como prova de propriedade, não era o registro em si, mas o título de propriedade existente em separada. Quando, porém, o possuidor não tinha título, nem a Lei lhe houvesse por disposição especial, dispensado de título, aí então o Registro do Vigário, não tinha e não tem até agora, absolutamente nenhum valor como título de domínio, ou prova de domínio (...). Dizer-se que o registro de uma posse, haviada em 1840 ou antes, em qualquer época anterior a Lei de 1850, vale como título, é heresia. (LACERDA *apud* SILVA, 1996, p.174).

Segundo Lígia Osório Silva (1996), a prática transformou o Registro do Vigário em “fonte perene de perplexidade para nossos tribunais e instituto por excelência para a perpetuação dos famosos “grilos” de terras que tem tumultuado os trabalhos da União e dos Estados, na apuração do seu patrimônio devoluto” (SILVA, 1996, p. 175).

Dessa forma, os “grileiros” passaram usar somente esse documento para legitimar suas posses, usavam contra aqueles que principalmente não tivessem atualizados seus registros com o Vigário de sua freguesia. Embora a lei fosse clara no sentido de negar-lhe a validade como título porque “seria sobre modo estranho que ao particular se conferisse a liberdade de criar seu próprio domínio sobre determinada porção do território pátrio” (SILVA, 1996, p. 175). O governo imperial reconhecia que somente o Registro do Vigário não era documentação suficiente para provar a posse da terra, porém mesmo assim, os “grileiros” agiam se beneficiando de alguma forma.

O Registro do Vigário teve uma importância que talvez nenhum outro dispositivo da Lei de Terras igualou. Seus efeitos perduraram por mais de cem anos, pois em 1956, quando se quis instalar a capital da República no seu sítio atual, a União teve que disputar nos tribunais seu direito as terras, que um particular afirmava serem suas, exibindo um Registro do Vigário (SILVA, 1996, p.175).

Muitos dos registros de terras foram escritos por pessoas sem o devido preparo para isso, com redação amadora, imprecisa, não constando a forma de aquisição, a extensão, a data da declaração e, muitos, sem a assinatura do vigário no final dos registros. Em 1873, vendo que a situação de ilegalidade das terras piorava em vez de melhorar, o governo imperial expediu o

aviso, que permitia aos posseiros comprarem as terras que tivessem ocupado depois de 1854<sup>35</sup>. Era ainda uma esperança de que assim o governo finalmente saberia quais eram as terras devolutas que lhe sobravam.

Os grandes latifundiários aproveitaram a formação da Lei de Terras para regularizar as imensas áreas como suas propriedades, tanto no caso das posses quanto no caso das sesmarias. Tratava-se, portanto fundamentalmente da grande propriedade e não do caso de pequenos lavradores, “os posseiros vendiam as possessões como se fossem legítimos proprietários, com escritura passada de mão. Depois de algum tempo, se o comprador descobrisse a falcatrua, alegava boa fé e a justiça muitas vezes lhe era favorável”. (SILVA, 1996, p. 206)

Essa lei não conseguiu balizar um ordenamento, do ponto de vista sócio territorial da questão agrária, tornando-se, na prática, pouca efetiva para os imigrantes. Por outro lado, marcou profundamente o domínio da estrutura agrária brasileira, uma vez que os grandes latifundiários conseguiram manter suas posses.

A Lei de Terras foi gestada em uma sociedade em conflitos pelo controle das terras. Os grandes posseiros, produtores de alguns gêneros de exportação e senhores de escravos temiam as mudanças, pois poderiam perder suas terras conquistadas e todo o desmoronamento daquele sistema de produção agrícola.

Desde a Independência, os conservadores e os liberais alternavam-se, como maioria, no poder. Cada segmento defendia seus próprios interesses, às vezes concordavam sobre decisões mais urgentes, como aprovarem medidas para abolir o tráfico em 1850, mas não a escravidão, ou seja, sempre buscando aprovar medidas que os beneficiassem.

O governo precisava dar rumo à questão fundiária. Para isso, uma nova legislação era imprescindível, mas, na realidade, a Lei de Terras, tal como foi elaborada e aprovada, significou uma imposição das oligarquias agrárias, sem qualquer discussão com os outros segmentos sociais, muito menos com os pequenos agricultores como camponeses que moravam de favor, pequenos posseiros, homens pobres e livres.

---

<sup>35</sup> O governo continuava criando órgãos. “Em 1874, criou a comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas, que foi extinto sem nada ter alcançado. Finalmente, em 1876, criou a Inspeção de Terras e da Agência Oficial de Colonização. Nas províncias, o mesmo decreto que instituiu inspetorias especiais encarregadas da fiscalização das colônias e das comissões de medição extinguiu as repartições especiais (SILVA, 1996, p.181). A partir do regulamento de 1876, que modificava o de 1854, simplificando os mecanismos da demarcação, “o governo adotou uma atitude mais consequente. Concentrou esforços – quer dizer, recursos financeiros e humanos – nas áreas onde, de um modo ou de outro, por meio do seus inspetores-gerais, conseguiu saber que existiam terras devolutas apropriadas para a colonização. (SILVA, 1996, p.182). Portanto a invasão dos terrenos devolutos continuava e o máximo que o governo imperial conseguia fazer, era cobrar dos posseiros uma indenização pelas terras que ocupavam depois de 1854 (SILVA, 1996).

Portanto, depois de entendermos a queda de braço entre o governo liberal e os conservadores sobre a formação da Lei de Terras, podemos perceber que ambos os grupos apenas buscavam benefícios próprios. Essa lei possibilitou que os sesmeiros e os posseiros se regularizassem em terras irregulares diante o poder judiciário a continuidade da posse mesmo após a lei impediu o sucesso da política de colonização para a pequena propriedade, que não era do agrado da maioria dos fazendeiros.

#### **1.4 O papel do Império na política de imigração no século XIX**

O governo Imperial, na segunda metade do século XIX, embasava seu projeto de colonização na valorização da mão de obra do imigrante na agricultura, sempre tendo em mente que o negro não era a mão de obra mais adequada para tal atividade, acreditava-se que o imigrante europeu detinha mais conhecimento sobre as práticas agrícolas e que, portanto, contribuiria para o avanço deste setor no país. A partir deste entendimento, o trabalhador escravo estava sendo substituído pelo trabalhador livre e branco<sup>36</sup>. Diante dessa compreensão, as políticas de imigração ganharam força e as ações do governo e de particulares passaram a incentivar ainda mais, a vinda de colonos estrangeiros.

No ano de 1855, o governo autorizou por decreto a incorporação e aprovou os estatutos da companhia Associação Central de Colonização. Essa questão residia na preferência por famílias de agricultores, que viriam para o Brasil espontaneamente ou subsidiadas. Essa companhia estabeleceu sede no Rio de Janeiro. Ao menos na teoria, essa empresa de colonização dava corpo a um amplo programa de imigração, pois pretendia:

- 1) Promover e auxiliar a emigração, convidando, engajando, transportando, e tratando de estabelecer os colonos, e encarregando-se da encomenda dos que tiverem de vir por conta do governo, companhias, ou particulares, mediante contratos.
- 2) Abrir correspondência com negociantes nos países estrangeiros, e com as companhias e sociedades de emigração e colonização aí estabelecidas; e entender-se com os proprietários, negociantes ou quaisquer habitantes do Império.
- 3) Ter à bem dos interesses da colonização agentes nos diferentes países, donde convenha atrair emigração, e bem assim em qualquer ponto do Império, dando a uns e outros as instruções convenientes, segundo a natureza das respectivas comissões.
- 4) Solicitar ao governo imperial as necessárias providências para que tais agentes sejam coadjuvados pelos empregados diplomáticos e consulares brasileiros, ou pelas autoridades do país.
- 5) Procurar mediante o auxílio do mesmo governo conceituar a emigração para o Brasil, e combater as hostilidades e os obstáculos que injustamente possa sofrer.
- 6) Comprar ou aforar terras devolutas ou outras, pertencentes ao domínio

---

<sup>36</sup> Outro ponto a ser destacado em relação ao programa imigratório é sobre a chamada política de branqueamento. A teoria do branqueamento do Brasil baseava-se na presunção da superioridade da raça branca, nesse sentido, o incentivo da imigração europeia reforçaria a predominância branca.



público ou particular, para colonizá-las, distribuindo-as a colonos por meio de arrendamento, aforamento e venda, com a condição de em prazo determinado povoá-las com gente livre. 7) Estabelecer navegação para o transporte dos colonos dos portos de partida até o desembarque definitivo nos lugares de seu destino, comprando, encomendando e fretando, no todo ou em parte, embarcações que possam melhor preencher esse fim. 8) Ter em lugar apropriado para desembarque dos colonos acomodações precisas, onde sejam recebidos à sua chegada, e tratados convenientemente enquanto não acharem destino, dando-lhes casa e comida por preço razoável, aconselhando-os, dirigindo-os, e promovendo, ou facilitando o seu pronto emprego no país por todos os meios que estiverem ao seu alcance (GONÇALVES, 2008, p. 141-140)<sup>37</sup>

A companhia Associação Central de Colonização era de natureza comercial, organizada com capital privado. Seus objetivos eram explícitos, desenvolver serviços ligados à emigração e lucrar com isso, ou seja, recrutar, transportar, alojar, alocar emigrantes, contando, inclusive, com subvenção estatal.

Com este panorama, ficaram evidentes os incentivos em relação à imigração por parte dos cafeicultores que necessitavam urgentemente de mão de obra para a grande lavoura, evidenciados, por exemplo, pelo estabelecimento da Lei de Terras (1850).

Segundo Zuleika Alvim (1998), os grandes latifundiários representavam as iniciativas particulares de imigração para o trabalho nos cafezais, já o Império concebia as iniciativas públicas de criar núcleos coloniais de povoamento no Sul, devido aos contínuos conflitos com seus vizinhos em defesa do território nacional.

No entanto, dentro do quadro da política imigratória, o panorama aqui descrito significava a opinião de parte do governo; o outro lado do binômio imigratório, o dos fazendeiros que desejavam perpetuar a grande propriedade e o comércio de exportação, não estava nem um pouco interessado na introdução de pequenas proprietários, mas na de imigrantes em larga escala que pudessem minorar a escassez de escravos iniciada a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro. (ALVIM, 1998, p. 233).

Por serem mais fortes tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico, os grandes latifundiários não encontraram obstáculos para impor regras referentes à colonização. Ao contrário dos colonos que chegavam para colonizar o Sul, os imigrantes em São Paulo, movidos pelo mesmo desejo de possuir um pedaço de terra, tiveram outro panorama. Os cafeicultores estavam interessados em atrair mão de obra barata para as plantações como nos mostra Zuleika Alvim;

Desejosos de substituir os escravos em suas fazendas, eles não mediram esforços. Assim, com o intuito de facilitar a realizações de tais objetivos, uma infra-estrutura

---

<sup>37</sup> Decreto n°. 1584 de 02 de abril de 1855.

sem precedentes foi montada, envolvendo passagens gratuitas arrematadores em toda Europa, colocação de colonos nas fazendas, construção de uma hospedaria em São Paulo para abrigar os recém-chegados até sua ida para as plantações de café, uma forma de pagamento que conjugava salários com os resultados da venda de produtos das lavouras (1998, p.250).

Como no Sul, os motivos que levaram os imigrantes a trabalharem nas fazendas de café foram os anseios de possuírem um pedaço de terra e, assim, manter a autonomia camponesa. Segundo Zuleika Alvim (1998), os imigrantes destinados para essas fazendas puderam contar com uma infraestrutura que permitiu momentos mais confortáveis do que os imigrantes destinados para colonizar os sertões no Sul do país.

A panfletagem foi muito utilizada pelos governantes para atrair os imigrantes ao Brasil. Nos panfletos, apresentava-se um Brasil ideal para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Descreviam o cotidiano do Brasil como um lugar em que:

Crescem árvores que 10 homens não conseguem derrubar durante um dia. Sobre seus tocos, uma carroça pode fazer a volta e o homem não precisa suar, porque no Brasil existem máquinas que ceifam essas árvores (...) A lenha? Há tanta lenha que bastará para os filhos, netos (...) e a casa situar-se-á em meio a terreno limpo, em cujo derredor a mulher cultivará repolho, batata e tudo o que se faz necessário para a alimentação, como verduras, centeio, trigo, cevada, aveia, bem como haverá um eito de terra destinado ao pasto das vacas. (HEMPEL *apud* ALVIM, 1998 p. 218)

Uma das influências para o processo de imigração para o Brasil caracterizou-se pela atração de mão de obra. Nas praças italianas, ouvia-se cantar “vamos para América, naquele belo Brasil, aqui ficam os nossos ricos senhores, a trabalhar a terra com a enxada (...)” (FRAZINA *apud* ALVIM, 1998, p.218). Todo esse incentivo do governo em propagar o nome do país na Europa estava atrelado ao fim do tráfico negreiro, com intuito de não deixar faltar trabalhadores nas plantações de café.

Segundo Zuleika Alvim (1998), os modelos das políticas de imigração formaram um mundo imaginário de um Brasil acolhedor, gentil, onde tudo se multiplicava em larga escala. As canções cantadas na Europa traziam letras como a de uma natureza luxuriante e benfazeja da qual poderia se extrair alimentos a vontade e também falácia de que era fácil enriquecer. Todas essas iniciativas ganharam fôlego com o fim do tráfico negreiro em 1850.

No período que foi decretada a Lei Eusébio de Queiroz (1850), os grandes latifundiários estavam focados na agricultura de exportação, para que isso se realizasse era necessário muita mão de obra, cujo destino dos imigrantes seria substituir os negros nas plantações, de forma alguma estes imigrantes poderiam tornar-se proprietários de terras. Os grandes proprietários da elite

fundiária estabeleceram a formação da Lei de Terras (1850), quatorze dias antes do Império decretar o fim do tráfico negreiro, com o intuito do imigrante servir ao grande latifundiário.

O primeiro artigo da Lei de Terras proibia a entrega de terras gratuitas a estrangeiros. Estes somente poderiam adquirir propriedade mediante compra. Segundo Luiza Iotti, essa lei:

Embora assegurasse certos recursos para os programas de colonização, pode ser interpretada como resultado da pressão dos grandes proprietários monocultores de café, que (...) pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas, daí o interesse de que não mais se doassem terras para a criação de núcleos coloniais (IOTTI, 2001, p. 5-6).

Não era só a grande elite latifundiária que estava interessada na mão de obra do imigrante<sup>38</sup>. Com a falta de mão de obra ocasionada pelo tráfico interprovincial, começou a faltar produtos alimentícios em várias províncias do país, pois o escravo também estava relacionado ao trabalho agrícola em pequenas propriedades. Com a venda deles para as grandes propriedades, faltou mão de obra para produzir alimentos de subsistência. Isso tudo motivou a fomentar a agricultura familiar em colônias destinadas a suprir a carência de gêneros alimentícios, como foi o caso das províncias do sul.

Durante esse período, a Europa foi palco de várias transformações políticas, econômicas e sociais que repercutiram de forma imediata na vida dos europeus. Correntes emigratórias se lançaram para várias áreas como os Estados Unidos, Austrália, Argentina e também o Brasil. Este último necessitava de muita mão de obra, e quanto mais vantagem oferecesse, com certeza, mais esperanças de receber imigrantes com ilusões de vida fácil.

O Brasil passava por um período crítico em relação à mão de obra, pois desde a abolição do tráfico de escravos, em 1850, o escravo estava cada vez mais escasso. A saída para esse problema já tinha sido tentada antes da Independência, quando D. João VI pretendeu trazer colonos ao país. Essa iniciativa de D. João VI tinha como objetivo criar núcleos coloniais para povoar o Brasil, e não o intuito de substituir o escravo (COSTA, 1985).

Nesta mesma perspectiva de análise, Emília Viotti Costa (1985) apresenta-nos que os núcleos coloniais formados na primeira metade do século XIX surgiram para estimular a imigração de povoamento. Ao contrário do ocorrido durante a Lei de Terras, nesse tipo de colonização o imigrante tinha acesso à propriedade.

Esses núcleos coloniais não tiveram bons resultados. Mesmo tendo o patrocínio do governo colonial português, os núcleos foram instalados dentro das matas e longe da agitação

---

<sup>38</sup> Podemos perceber que em 1850 existiu duas frentes ao incentivo do imigrante, primeiro para as grandes lavouras e em seguida para formação de pequenos núcleos colônias.

dos mercados públicos. Até mesmo os moradores, os colonos, procuraram outras áreas para sobreviverem, muitos se dirigiram para os centros urbanos buscando melhores condições de vida e trabalho. Os que se arriscaram ficando na zona rural tiveram que se contentar com a péssima qualidade de vida que levavam (COSTA, 1985).

Dessa forma, enquanto o governo imperial pretendia apenas atrair colonos<sup>39</sup> para povoar o país, os representantes da grande lavoura queriam braços para trabalhar em suas fazendas e manifestaram a sua contrariedade quando o governo imperial levou em frente a política colonizadora. Esse confronto de pensamento entre o governo imperial e os fazendeiros paulistas durou quase toda metade do século XIX. O Estado alegava que a melhor forma de atrair os imigrantes seria através dos núcleos coloniais.

Com o fim do tráfico de escravos em 1850, as políticas de imigração foram sendo valorizadas pelos grandes latifundiários. Isso porque a fonte principal de abastecimento de homens escravos para trabalharem nas lavouras de café foi sendo estagnada.

O aumento nas exportações do café exigiu maior expansão territorial para seu cultivo e se expandiu em todo Oeste da província de São Paulo. Para José de Souza Martins (2013), não adiantaria ter um aumento na extensão das terras devolutas para incorporação da grande lavoura, pois apenas esse fator não era aceitável para dar continuidade a expansão do café. Além da disponibilidade de terra, era necessário a abundância de mão de obra de trabalhadores dispostos a aceitar o mesmo trabalho que até então era feito pelo escravo.

O modelo de mão de obra livre assalariada começava a fazer parte nas fazendas de café e o trabalho escravo pareceu perder definitivamente a vez. Sobre esse novo sistema nas plantações de café, Teresa Schorer Petrone (1985), explica que "realmente com uma organização quase capitalista que se esboçava nas fazendas de café, era incompatível o trabalho escravo, pois esse correspondia com seu preço de compra a um adiantamento a longo prazo com um lucro muitas vezes incerto" (PETRONE, 1985, p. 275). Ainda de acordo com autora, "os fazendeiros perceberam que o trabalho livre era mais vantajoso do ponto de vista econômico, embora custassem a se acostumar à ideia de não mais ter escravo" (PETRONE, 1985, p.275).

A imigração estrangeira foi a única saída para a solução do problema da mão de obra. Porém, os grandes cafeicultores não tinham certeza se o imigrante aceitaria as condições de trabalho em uma lavoura de café, para isso, os fazendeiros formularam leis que determinavam

---

<sup>39</sup> Utilizamos o mesmo sentido da palavra colono que utilizou Tereza Schorer Petrone (1985) em seu texto "Imigração Assalariada". Ela explica que a palavra colono foi usada no resto do país para designar o pequeno proprietário, mas em São Paulo teve um sentido diferente: trata-se do empregado da fazenda de café.

que fosse proibido aos estrangeiros obter qualquer tipo de uso da terra em benefício particular, antes do prazo de três anos, para aqueles que ganharam as passagens do governo ou pelos particulares. Ficavam proibidos também de estabelecer casa de negócio ou ser dela caixeiro ou administrador. Lígia Osório Silva (1996) cita cinco hipóteses que explicam que o projeto<sup>40</sup> da Lei de Terras foi sustentado nas ideias da teoria de Edward Gibbon Wakefield<sup>41</sup> (1796-1862).

Em primeiro lugar, a associação da questão da terra com a questão da imigração. Como não se trata de ceder terras aos imigrantes, a questão da regularização da propriedade da terra poderia constituir um projeto em separado. Segundo, a sugestão da proposta do Conselho de Estado de tornar mais “difícultosa a aquisição de terras”. Terceiro, a busca de um “preço justo” para as terras devolutas que o governo ficava autorizado a vender pela disposição do artigo 1 do projeto. Quarto, porque a exposição de motivo falava-se em “naturalizar” doutrina. E quinto, porque Wakefield foi nominalmente citado pelos deputados nos debates que ocorreram por ocasião da apresentação do projeto na câmara (SILVA, 1996, p. 99).

Nesta mesma linha de raciocínio, Roberto Smith (1990) explica que um dos objetivos da formação da Lei de Terras (1850) era solucionar o problema da falta de mão de obra nas grandes fazendas. E também impedia que os imigrantes estrangeiros se tornassem proprietários de terras, pelo menos por um bom tempo, sendo necessário criar um “preço suficiente” para a terra, isto é, elevá-lo a um patamar tal que os imigrantes não pudessem comprá-la, ou seja, seria uma colonização só para produzir mão de obra no campo. As teorias de Wakefield agradavam os conservadores, pois “se afasta dos princípios liberais, e, nesse sentido, não era bem aceito na Inglaterra, por configurar-se como abertamente intervencionista” (SMITH, 1990, p. 239). Esse modelo de colonização foi importante para unir os conselhos de Estado e os conservadores em torno de um projeto capitalista para o Brasil. Para Lígia Osório Silva:

O objetivo da teoria do “preço suficiente” era impedir que os trabalhadores se tornassem proprietários logo após a sua chegada nas colônias. Como vimos, esse era um dos riscos maiores dos investimentos coloniais e foi responsável pela introdução do trabalho compulsório em muitas regiões colonizadoras. Para impedir que os trabalhadores livres tivessem acesso a terra, os governos colônias, segundo Wakefield, tinham que se abster de doar terras, mesmo de forma discriminada, isto é, não bastava não doar terras aos imigrantes pobres, era preciso impedir que as outras classes (os próprios capitalistas) tivessem acesso gratuito (ou quase gratuito) a elas. Isso porque,

---

<sup>40</sup> As dificuldades estabelecidas para o governo Imperial na realização dessa norma era que o Brasil possuía diferentes regiões. A concentração da população na região do Rio de Janeiro podia atrair os representantes dessa região a apoiarem a regulamentação da propriedade da terra para minimizar os conflitos de terras que ocorriam. Em outras regiões, por exemplo, a Lei de Terras foi prejudicial porque fizeram com que as pessoas regularizassem suas terras e, com isso, deveriam passar a pagar tributos ao Estado.

<sup>41</sup> As teorias de Wakefield surgem em 1840 no Brasil sobre as discussões em torno da necessidade de atrair imigrantes europeus com objetivo de solucionar a questão da mão de obra e também referente à ideologia racial do “embranquecimento da população”. (SMITH, 1990)

se a terra fosse dada em profusão, seu preço se manteria sempre muito baixo (SILVA, 1996, p. 102).

Não temos por objetivo entrar aqui na discussão sobre o alcance teórico das ideias de Wakefield. O que gostaríamos de resgatar é o que foi efetivamente aproveitado das “ideias de Wakefield” na discussão travada no Brasil sobre a questão da terra e da imigração.

Dessa forma, podemos observar que a ideia básica era promover a imigração de colonos pobres, com as passagens subvencionadas pelo governo, e retê-los o mais tempo possível nas fazendas.

A Província de São Paulo procurou ajudar financeiramente o sistema de parceria<sup>42</sup> que incentivava a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas de café.

Em 1847, a primeira leva de imigrantes contratados para o trabalho de parcerias chegaram na fazenda de Ibicaba. Mesmo com a chegada desses trabalhadores livres, o trabalho escravo ainda persistia, podemos até dizer que o trabalho livre estava associado ao trabalho escravo, pois na fazenda Ibicaba, por exemplo, ainda havia escravos. Segundo Caio Prado Júnior (1998), “a estranha combinação não surtirá efeito e logo se verificará sua impraticabilidade, terminando num fracasso esta primeira tentativa de preencher com colonos europeus os vácuos deixados pela carência de escravos” (PRADO JR, 1998, p.175). Esse modelo de imigração não teve sucesso, pois raramente encontravam-se colonos e escravos trabalhando lado a lado.

O modelo de parceria trouxe muitas esperanças para o problema da mão de obra nos primeiros anos de existência. A maior parte das colônias que adotaram esse sistema fundou-se entre 1852 e 1854 (COSTA, 1985). Mas logo em seguida da formação desse sistema de imigração, começou a dar sinais de fracasso. O sistema não conseguiu resolver o problema da mão de obra na lavoura cafeeira. Muitos fazendeiros estavam descontentes e tinham dificuldades de adaptação com os colonos, trazendo ansiedade em se livrarem destes. Para Sérgio Buarque de Holanda:

Os vícios, [...], prendem-se antes de tudo ao fato de, para numerosos fazendeiros, a relação tradicional, entre senhor e escravo ter fornecido um padrão fixo, inflexível e insubstituível no trabalho das grandes propriedades rurais: introduzido o colono livre,

---

<sup>42</sup> O contrato de parceria era contrato firmado entre os senhores e colono, que obrigava que os grandes latifundiários arcassem com a passagem marítima da Europa até Santos. Do porto brasileiro até as fazendas, e entregando ao colono, assim que chegassem nas fazendas uma casa e uma quantidade de pés de café condizente com a força de trabalho de sua família. Após trabalharem nas colheitas dos cafeeiros, os trabalhadores receberiam metade do valor da venda do café no mercado, enquanto os outros 50% eram destinados ao fazendeiro. Todos os valores de transporte financiados pela Companhia deveriam ser ressarcidos a juros de 6% a 12% ao ano (HOLANDA, 1985).

não desaparecia de todo essa relação, mas evoluía para uma forma de dependência apenas atenuada, em confronto com a situação anterior (HOLANDA, 1985, p.255).

Os grandes latifundiários queixavam-se muito dos colonos, acusando-os de preguiçosos e viciados em bebidas. A produtividade de seu trabalho era baixa e não gostavam de fazer os trabalhos mais difíceis na lavoura. Os imigrantes também se negavam a cumprir outras atividades que não fossem ligadas à fazenda. Da mesma forma, negavam-se a receber cafezais com baixa eficiência, cafezais novos que ainda não estavam em produção ou os velhos que já não produziam bem. Muitas eram as queixas dos latifundiários.

Os imigrantes também demonstraram insatisfação com o trabalho nas propriedades de parcerias. Uma das reclamações dos colonos era sobre a carestia que lhes era imposta nos itens que necessitavam comprar. Também não concordavam em trabalhar com cafeeiros novos, velhos ou mirrados, pois a safra seria pequena. Isso decorria devido aos fazendeiros entregarem aos escravos os melhores pés de café para cultivar, porque ainda se tinha escravos trabalhando ao lado dos colonos livres.

Os colonos também reclamavam das dívidas que tinham que assumir. Ao chegarem à fazenda, já possuíam dívidas pelos preços das passagens e transportes que usaram até chegar ao seu lugar de destino. Em cima desses preços, ainda eram inseridos juros. Os colonos eram vistos como verdadeiros escravos, mesmo sendo homens livres, encontraram muitas dificuldades para se libertarem do jugo do sistema de parceria (HOLANDA, 1985).

Eles não podiam abandonar a fazenda sem comunicar essa intenção previamente ao fazendeiro e sem antes saldarem suas dívidas, que incluíam a importância paga pelas passagens de toda a família, os adiantamentos feitos para a sua manutenção, e outros gastos com a sua produção(...). Os colonos tinham muitas dificuldades em saldar as dívidas que contraíam desde a chegada e que, com os juros altos cobrados, se multiplicavam indefinidamente. Muitos acabaram fugindo das fazendas deixando os fazendeiros frustrados. (SILVA, 1996, p.106-107)

Esse sistema de parceria mostrou suas fragilidades e começou a perder prestígio. Os colonos viam-se como escravos e os fazendeiros demonstravam insatisfação com os resultados de seus próprios interesses. Esse projeto de imigração era bastante peculiar, pois queriam substituir o braço escravo na cultura cafeeira, mas usando artifícios que mais lembravam um sistema escravista<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> A situação desses colonos era totalmente diferente dos imigrantes do Sul. Zuleika Alvim (1998), explica que até as moradias eram distintas de uma região para outra, “no Sul eram os colonos que construíram suas casas, desde os primeiros barracões em meio a floresta, em São Paulo as moradias nada tinham de pessoal. Em geral tratava-se de uma fileira de casinhas previamente construídas, ou mesmo velhas senzalas adaptadas, alinhadas longe da sede da fazenda e que nada se pareciam com aquelas descrições pelos guias dos imigrantes (ALVIM, 1998, p. 259).

Segundo José César Gnaccarini (1980), esse sistema de parcerias utilizaria ambas as formas de trabalho, livre e cativo, que se empregavam simultaneamente na mesma fazenda. O autor menciona casos ocorridos entre 1840 e 1888 em que trabalhavam escravos e estrangeiros livres, lado a lado, na mesma propriedade.

A figura do trabalhador livre, entre 1840 e 1860, era em verdade um proletário, importado da Europa capitalista, e que logo ao chegar à fazenda se apresentava como um devedor, potencialmente insolvente. As dívidas resultantes do custeio das despesas de instalação na fazenda e sobre as quais incidiam com o tempo os juros sobre juros, somavam-se os créditos em dinheiro para custeio da subsistência da família trabalhadora e para comprar de instrumento de trabalho, e os créditos em conta corrente a mesmo título nos armazéns de propriedade das fazendas (GNACCARINI, 1980, p. 49).

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1985), o fracasso do sistema de parceria ajudou a desmoralizar a imigração para o Brasil. A política imigratória sofreu diversas mudanças, pois houve restrições severas para a emigração, e até mesmo a interdição total por parte de alguns países europeus. As reclamações dos colonos que chegavam à Europa, desiludiam aqueles que sonhavam em emigrar. Com o passar do tempo, o sistema de parceria tornou-se extremamente desvantajoso para o colono, que arcava com as despesas, com os prejuízos das safras e outros problemas com sua lavoura. Por volta do ano de 1857, esse modelo de imigração apresentava elementos claros que tinha chegado ao fim. Se antes parecia ser a solução para o problema da mão de obra, agora mostrava o fracasso do seu intento.

Diante das dificuldades de atrair trabalhadores europeus para o Brasil, muitos proprietários desanimaram com esse desafio. As dificuldades aumentaram quando o sistema de parceria fracassou, criando um certo desprestígio à política emigratória do Brasil<sup>44</sup>. Sobre esse aspecto, Sérgio Buarque de Holanda (1985) confirma que “durante longos anos foi quase impossível aos fazendeiros obter mão-de-obra na Alemanha e na Suíça, os países que se tinham mostrado mais acessíveis antes do regime de parceria cair em descrédito” (HOLANDA, 1985, p. 260).

Aconteceu uma mudança nos países que passaram a fornecer trabalhadores para a lavoura, como a Alemanha e a Suíça, já não atendiam mais política emigratória brasileira devido às várias reclamações feitas pelos seus súditos. A própria imprensa brasileira dizia, em 1859, que “as medidas adotadas pelo governo só produziam engano, confusão e perda de tempo e de

---

<sup>44</sup> Segundo Emília Viotti da Costa (1985), diante desse cenário de difícil aquisição de mão de obra, alguns fazendeiros voltaram-se para o trabalhador livre nacional, mas até aproximadamente 1870, o trabalhador livre nacional foi considerado pouco produtivo e distante do trabalho.



dinheiro” (CORREIO MERCANTIL apud SILVA, 1996, p.188). As informações que na Europa chegavam sobre a verdadeira situação dos imigrantes provocaram a reação de alguns países europeus. Os proprietários das fazendas tiveram então que se voltar para outras áreas: Portugal, Espanha e principalmente da Itália.<sup>45</sup>

Da mesma forma que ocorreu a imigração, acontecia a emigração<sup>46</sup>, ou seja, os mesmos estrangeiros que chegavam ao Brasil também emigravam para outras províncias, sempre em busca de melhores condições de vida. Para Zuleica Alvim (1998), quando a vida no Brasil não possibilitou conseguir o pedaço de terra almejado, passaram a se movimentar dentro do território brasileiro, “em São Paulo os imigrantes transferiam-se de fazenda em fazenda na busca de salários melhores, que lhes permitissem comprar suas terras, ou mesmo de padrões melhores” (ALVIM, 1998, p. 234).

Lígia Osório Silva (1996) explica que apesar do pouco sucesso da política imigratória do governo imperial, os recursos empregados nela não foram pequenos: entre 1847 e 1871 calcula-se que foram gastos cerca de 33 mil contos de réis.

Segundo Zuleica Alvim (1998), um fator negativo para essa política de imigração não ter dado ainda mais certo durante o século XIX foi a ausência de uma política unitária para a introdução dos imigrantes, a qual poderia ser feita com união do governo Imperial, provinciais e de particulares para facilitar a vinda do imigrante. A união deles provocaria a diluição das reclamações entre as três instâncias, fazendo com que não se arruinasse a imigração entre alemães, suíços e até mesmo os franceses. A união desses setores poderia fortalecer tais políticas com melhor infraestrutura para o imigrante.

Portanto, entre os anos de 1822 a 1830 teria sido caracterizada pelo início do projeto imigratório, em uma continuidade da política adotada por D. João VI. Já entre os anos de 1831 a 1840, que correspondeu ao período regencial, a colonização não foi incentivada e teria sido abandonada, pois este período correspondeu a várias revoltas internas. Com o fim do tráfico de escravos em 1850 e a expansão das áreas cafeeicultoras no Sudeste do país, passou a existir uma

---

<sup>45</sup> Dessa forma nasceu a Sociedade Promotora de Imigração, que rendeu muitos serviços à província, realizando, juntamente com o governo, o intento de trazer trabalhadores para as lavouras cafeeiras. Essa sociedade foi formada em 1886, tinha como objetivo trazer da Itália certo número de colonos, e depois esses eram entregues a empresários particulares. “A sociedade preferia trazer imigrantes espontâneos ou os chamados por parentes e amigos já estabelecidos em São Paulo. O número de pedidos subia sempre mais, tanto é que no Relatório da Sociedade, em 1887, se afirmava que ela tinha a seu dispor para embarque imediato cerca de 70 000 italianos. Essa Sociedade funcionou até 1895 e introduziu ao todo em São Paulo 126, 145 imigrantes, em virtude de autorização do Governo Central ou de contratos com o de São Paulo” (PETRONE, 1985, p.281). Nos últimos anos do Império, a imigração sofreu um forte impulso. Esse crescimento foi possível devido à ação conjunta de particulares ligados à lavoura cafeeira e dos governos provincial e imperial.

<sup>46</sup> Essa emigração nada agradou os fazendeiros paulistas, pois nada adiantaria pagar os bilhetes de traslado e não contar com trabalhadores em suas plantações (ALVIM, 1998).

carência de mão de obra, fazendo com que se formasse um novo ciclo em que o governo imperial retomasse a política imigratória com o estabelecimento de dezenas de colônias por todo o Império brasileiro. Esse período é marcado também pela transferência de parte significativa da busca de imigrantes europeus à iniciativa privada, por meio do sistema de parcerias que não foi bem visto pelo imigrante, fazendo com que alguns países europeus colocassem imposições à imigração ao Brasil. Lígia Osório Silva (1996) explica que até os anos 1870 o Brasil pouco fez para modificar sua imagem internacional, no sentido de se tornar uma opção atraente para a imigração espontânea.

### 1.5 A imigração francesa e as frustrações das autoridades

Inicialmente, a política imigratória imperial se voltou para a Europa, tanto que as primeiras levas de estrangeiros foram alemães, suíços e franceses. Entretanto, esses países não viam com bons olhos a emigração para o Brasil, pois a consideravam como uma “escravidão camuflada”<sup>47</sup>, e estabeleceram restrições, haja visto que o governo francês e o alemão proibiram as saídas de imigrante para o Brasil (OTERO, 2000).

A causa dessas restrições foram as constantes reclamações e os insucessos dos primeiros núcleos coloniais. Zuleica Alvim (1898) demonstra como esses pequenos núcleos colônias foram se formando em meio ao desconhecido.

Rasgaram-se caminhos, no seio da floresta, onde antes só havia picadas (...). De ambos os lados (...) aninham-se as casinhas dos colonos. Em derredor da residência foi aberta uma clareira, desbravado o mato e preparada a terra para receber sementes (...) Ali buscam o solo a batatinha, o repolho e outros, como na melhor das hortas (...) o trabalho fervilha em toda parte, do nascer ao pôr do sol. (HEMPEL *apud* ALVIM, 1998, p. 246).

Os europeus não estavam acostumados a viver de forma tão isolada, ainda mais em um ambiente tão desconhecido quanto esse que foi destinado a colonizar, sem falar na falta de infraestrutura que estava sujeito, ou seja, os imigrantes fizeram diversas queixas ao seu país de origem sobre as más condições que foram sujeitados. Com isso, alguns governos europeus passaram a proibir as pessoas de imigrarem para o Brasil.

---

<sup>47</sup> Os imigrantes que foram encaminhados às lavouras cafeeiras certamente residem no fato de que, embora fossem trabalhadores livres, eram submetidos a condições parecidas àquelas impostas aos escravos. A mentalidade escravocrata dos grandes latifundiários muitas vezes não os distinguia dos cativos. Os imigrantes eram submetidos à mesma carga de trabalho, além de receberem baixos salários e de estarem presos à fazenda pelas dívidas. Também, tinham seus horários de trabalho estritamente regulados, assim como as horas de folga e suas entradas e saídas da propriedade (ALVIM, 1986).

Os franceses foram os primeiros a romper com a imigração em 1859. Em seguida, os alemães em 1871, mesmo com essa interrupção das políticas imigratórias por parte do governo estrangeiro, o governo imperial brasileiro continuou estabelecendo agências imigratórias na Europa, nesse caso, a políticas de imigração se voltou para a Itália que dispunha de uma grande massa desempregados, especialmente a região norte do país<sup>48</sup>, a imigração italiana para o Brasil se intensifica a partir de 1870 (OTERO, 2000).

Referente a imigração francesa, podemos perceber que quando comparada com a de outros países europeus do século XIX e XX caracterizou-se como uma colonização discreta, fato ocasionado pela França ter apresentado poucas taxas de natalidade, fazendo com que sua população não crescesse a ponto de precisar migrar para outras regiões (OTERO, 2000).

Os países europeus inflados de população, durante quase todo século XIX, foram exportadores de mão de obra, algo que não ocorreu na França, pois essa nação não possui uma tradição de imigração. Segundo Lessa e Suppo (2009), as características de imigração dos franceses foram descritas através de “ondas” que se deram com as crises políticas e econômicas em contextos específicos, ou seja, grupos isolados acabaram buscando outros países em consequência de crises econômicas ou algum outro fato isolado ocorrido no país.

Ambos autores citados acima valorizam a teoria de Otero (2000) de que não houve expansão demográfica francesa no século XIX e XX, o que curiosamente pode ser observado através das proibições efetuadas pelo governo francês sobre a imigração. A partir da primeira metade do século XIX, as autoridades impediram a imigração francesa<sup>49</sup> para outras nações com a justificativa de que os imigrantes iam sofrer maus tratos tanto no deslocamento quanto nos países de acolhimento.

Para Lessa e Suppo (2009), as autoridades francesas agiram dessa forma devido à preocupação com a decrescente curva demográfica do país e a necessidade de estimular e orientar a emigração para os domínios coloniais (OTERO, 2000).

Segundo Franzina (2006), não pode ser compreendido o fenômeno do êxodo em massa de franceses ao Brasil, mesmo a Europa passando por efeitos naturais de uma crescente pressão demográfica, o que talvez, não é o caso da França, como visto acima, pois o aumento da taxa

---

<sup>48</sup> De fato, entre 1876 e 1920 emigraram para o Brasil nada menos que 1.243.633 de italianos. O destino da maior parte desse contingente foram as fazendas cafeicultoras paulistas (ALVIM, 1986). O italiano é o segundo mais numeroso, cujas cifras ficam abaixo apenas dos portugueses. Num recorte temporal mais amplo, de 1819 a 1970, entraram no Brasil 1.627.919 imigrantes, o que correspondeu a 29,15% do total de estrangeiros que chegaram no país nesse período (BALHANA, 2002).

<sup>49</sup> Provavelmente, o que contribuiu para obstruir a imigração francesa para o Novo Mundo, foi a “Declaração Universal dos Direitos dos Homens e do cidadão”, pois foi um documento culminante da Revolução Francesa, que define os direitos individuais e coletivos dos homens. As pessoas deveriam viver em lugares com certa dignidade.

populacional não sofreu muitas alterações em geral para ser considerado um fenômeno de “válvula de escape”.

Sobre os franceses, as políticas de imigração foram estabelecidas entre companhias<sup>50</sup> nacionais e o governo central. Existiam casos em que os consulares brasileiros e agentes presentes no estrangeiro se encomendavam do recrutamento.

Para facilitar a imigração e o estabelecimento dos colonos, o governo brasileiro e os agentes recrutadores usavam e abusavam de promessas. (...) a legislação incentivou a chegada dos imigrantes (...) que facilitavam a contratação na França e em outros países, e a oferta de lotes de terra para cultivo. Esse arsenal de leis era usado para atrair os colonos (CORPS, 2009, p. 344).

Podemos observar nos manuscritos deixados pelo fundador da Colônia Thereza Christina intitulados pelo autor como “Princípios básicos de um modo de colonização para o Brasil”. Faivre (1844-1846) escrevia em seus panfletos que “nós seremos todos iguais; não haverá entre nós nem primeiro nem último” (p.1). Argumento muito bem empregado para convencer os parisienses a deixar seu país, pois quando nos referimos a França de 1846 observamos um país dividido entre o poder político monárquico e o republicano. Faivre continua dizendo em seu panfleto que “o Brasil, é um país tranquilo, de uma extensão imensa, com falta de habitantes, e governado constitucionalmente por um jovem Imperador, no qual a bondade natural se coaduna com o coração generoso de sua Esposa (...)” (FAIVRE, 1844-1846, p. 6).

Podemos observar que este documento tinha como objetivo convencer as pessoas de emigrar para o Brasil. Porém, a imigração francesa representou uma fração minoritária do conjunto da população europeia que se dirigiu ao Brasil no século XIX:

A vinda de franceses ao país, a despeito de expressiva em determinados momentos, não figura como exemplar de movimentos emigratórios sistemáticos e/ou subsidiados, a exemplo de tantas etnias, povos e raças que aqui aportaram em levadas significativas de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, sírios, libaneses, japoneses, chineses e outros tantos oriundos do leste europeu (MARTINS, 2009, p. 27).

A presença francesa no Brasil derivou de um movimento alternado e espontâneo que, de acordo com Hernán Otero (2000), era muitas vezes estimulado por circunstâncias

---

<sup>50</sup> Esse modelo de colonização efetuado pelas companhias colonizadoras transformara-se em grandes negócios, cujo objetivo principal era proporcionar lucro, as companhias vendiam a terra aos imigrantes e levavam aos seus lotes. Antes da promulgação da Lei de Terras, os lotes eram cedidos gratuitamente aos colonos que se instalavam ou por conta própria ou por conta do governo e das companhias de colonização. Após a lei, em regra, o governo cedia as terras gratuitamente às companhias, que por sua vez as revendiam aos imigrantes em condições lucrativas (SILVA, 1996).

particulares, caracterizando-o como um deslocamento individual, ou seja, um fenômeno que se deu de maneira espontânea e autônoma de contratos bilaterais entre França e Brasil, resultando de pressões individuais ou políticas e estimuladas pelas propagandas imigratórias.

Os primeiros grupos de imigrantes franceses que chegaram ao Brasil para colonizar dirigiram-se para a Colônia Saí em Santa Catarina em 1841 e, em seguida, outro grupo veio em 1847 fundar a Colônia Thereza Christina.

Podemos notar que o *Jornal do Commercio*, publicado no Rio de Janeiro em 1841<sup>51</sup>, teve uma participação relevante nas divulgações do material abordado referente a Colônia do Saí. Todas as reportagens publicadas sempre valorizavam a imigração francesa que seria responsável em pôr fim a todas as dificuldades da nação. Destaca-se o fato referente à imprensa brasileira mensurar a “qualidade” desses imigrantes pelo grau de especialização de mão de obra. O imigrante francês é associado ao trabalho urbano qualificado e é apresentado como um meio de contribuir para o crescimento do Brasil<sup>52</sup>.

No entanto, nem todos os franceses que desembarcaram no Brasil possuíam conhecimentos sobre construção civil ou faziam parte da elite intelectual. Grande parte foi encaminhada às fazendas ou a colônias para exercer trabalhos rurais.

Para o século XIX, a imagem da imigração francesa para o Brasil é, antes de tudo, a de uma população urbana e qualificada, voltada para os setores da moda. Essa realidade, tantas vezes atestada pelos contemporâneos e pela historiografia, esconde outro tipo de presença: a de homens e famílias contratados na França para participar da construção de colônias agrícolas (VIDAL, LUCA, 2009, p.20).

Dessa forma, constrói-se a imagem do francês como um indivíduo composto de saberes sofisticados cujos valores são acarretados para uma sociedade ainda em processo de civilização. Podemos observar que essa forma de pensar não é só algo encontrado na historiografia, mas sim na forma de pensar da população naquele momento. Através das reportagens encontrado no jornal do *Commercio* (1841) percebemos que era um sentimento próprio do período, “se não prosperar, se o sistema desse socialista for tão quimérico, como os dos demais, ainda assim lucraremos: homens industriosos, afeitos ao trabalho, morigerados terão vindo aumentar nossa população” (JORNAL DO COMMERCIO, 1841, p.2). É notável o interesse efusivo de

<sup>51</sup> JORNAL DO COMMERCIO., Colonização. Typographi imperial e constitucional de J. Villeneuve. Rio de Janeiro, N. 332. 1841, p.2.

<sup>52</sup> Diante dos fatos, nem sempre ter nascido na França significava ascensão social. A França trazida por esses imigrantes não era um ambiente de luxo e de tradições da extinta corte, mas um ambiente de escassez de alimentos e insumos.

colonizar o Brasil<sup>53</sup>, a ponto que não importava o meio agregado por esses colonos, pois o único objetivo era colonizar.

Portanto, o Brasil fez parte do imaginário desses imigrantes que, muitas vezes, criaram um mundo utópico que se desintegrou ao primeiro contato com a realidade do país. Dessa forma, podemos considerar que existiram dois modelos distintos de imigração<sup>54</sup>. O primeiro tinha objetivo de assegurar a mão de obra nas grandes lavouras, já no segundo modelo os imigrantes vieram para formar colônias. Os colonos trabalhavam em suas próprias terras e ficariam responsáveis pelo seu trabalho mediante um contrato assinado com o Império ou província. Essas colônias eram destinadas ao abastecimento do mercado interno, pois esses colonos nela trabalhavam na terra com a possibilidade de se tornarem proprietários, caso conseguissem pagar suas dívidas com seus contratantes. Contudo, a formação da estrutura fundiária no Paraná está mais relacionada ao sistema de pequenas propriedades, buscando o abastecimento interno de produtos agrícolas diferenciando dos grandes latifundiários.

---

<sup>53</sup> Outros países da América Latina também adotaram leis de atração dos imigrantes. Esses países também passaram pelas mesmas dificuldades ao se adotar as políticas de imigração.

<sup>54</sup> Gnaccarini (1980) evidencia dois tipos de políticas imigratórias: o colono parceiro e o colono proprietário. O primeiro trabalha exercendo as principais funções produtivas junto ao cafezal, e o último colono, mais restrito ao sul do país, possuía a posse de sua propriedade.

## CAPÍTULO 2

### AS IMIGRAÇÕES NA METADE DO SÉCULO XIX NO CONTEXTO DA PROVÍNCIA PARANAENSE

#### 2.1 O processo de emancipação da Província Paranaense e suas políticas de imigração.

A partir de meados do século XIX, a recém-emancipada província do Paraná, manteve em destaque os empreendimentos de incentivo à imigração de trabalhadores europeus. As políticas de imigração foram definidas com base na necessidade de criação de uma agricultura de abastecimento, em resposta à escassez e à carestia dos produtos agrícolas<sup>55</sup>. Como resultado desta política, o cenário provincial foi continuamente transformado, com a chegada e instalação de contingentes imigratórios de procedência bastante variável. Ano após ano, novas colônias eram formadas, levando os brasileiros, em áreas rurais e urbanas, a um convívio cotidiano com franceses, alemães, ingleses, poloneses, italianos, suíços e outros.

Tanto o governo imperial quanto o provincial gostariam de ter o controle específico sobre quem era o novo migrante que chegaria em determinadas províncias. Podemos considerar que houve um mecanismo de exclusão por parte do governo, se pensarmos na preferência dada pelo governo brasileiro aos europeus, rejeitando os nacionais e chineses<sup>56</sup>. Um dos fatores decisivos para essa preferência aos europeus, justificava-se pela forte ideia da época em branquear toda população de homens livres e pobres, teoria propostas por vários políticos do período. (HOFBAUER, 2006)

Dessa forma, as políticas de imigração começaram a surgir na metade do século XIX. Os principais atrativos para convencer a vinda de imigrantes embasavam-se na fertilidade das terras, na democracia racial, no clima parecido com o europeu e vários outros aspectos, com o intuito de colonizar e, sobretudo, povoar uma província há pouco tempo independente.

---

<sup>55</sup> Esse tema será discutido no terceiro capítulo.

<sup>56</sup> Em 1854, o presidente da Província do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcellos cogitou no relatório de governo que existiu a possibilidade de uma tentativa de trazer chineses para o Brasil. “Auctorizou-me o governo imperial, por aviso de 15 de janeiro último, a designar, nas proximidades desta cidade, situação apropriada ao estabelecimento de uma colônia de Chins, que se applique ao cultivo e fabrico do chá, ou essa situação seja em terras devolutas, ou em terrenos de domínio particular, que para tal fim se compre, comtanto que o seu preço não seja excessivo: foi posta á minha disposição a quantia de 1:000\$000, para ocorrer ás primeiras despesas com essa comissão” (PARANÁ, 1854, S/P). Mas nada de concreto se formou, pois não apareceram mais discussões sobre esse modelo de colonização entre os anos de 1856 até 1864. Provavelmente, as iniciativas estabelecidas com o governo do Paraná com os chineses não foram as mais importantes, porém demonstram posicionamentos em relação ao tipo de trabalhador que o Brasil estava interessado, principalmente na contratação de mão de obra barata, mas sem a menor pretensão de que os chineses permanecessem no Brasil a tempo de miscigenar com o povo aqui residente (LESSER, 2001).

A emancipação do Paraná em relação a São Paulo ocorre devido à população da quinta comarca estar insatisfeita com aquele governo, principalmente pela falta de auxílios de seus governantes. Conforme Priori:

Enquanto o território paranaense era comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo (PRIORI, 2012, p.16).

Podemos perceber, então, que a necessidade de uma governança local era justificada pela insatisfação da população paranaense, que clamava por mais liberdade e autonomia, o que fez com que as pessoas que moravam em terras paranaenses requeressem a sua liberdade política e administrativa.

A primeira tentativa de emancipação ocorreu em 1811 em decorrência da presença da Família Real no Brasil. Os políticos de Paranaguá se reuniram e nomearam Pedro Joaquim de Sá para mostrar as vantagens da separação de São Paulo, contudo esta tentativa não surtiu resultados. A alegação foi que a Comarca não possuía condições sociais, tão pouco financeiras para ter autonomia (PRIORI, 2012).

Na segunda tentativa, em 1821, ocorreu uma melhor articulação dos políticos de Paranaguá e Curitiba. Esse movimento emancipacionista ficou conhecido como “Conjura Separatista”. O capitão Floriano Bento Viana foi encarregado de apresentar as questões que os influenciavam a necessidade de emancipação, o juiz-de-fora Antônio Azevedo Melo e Carvalho afirmava que ainda não era o momento certo (PRIORI, 2012).

Mas foi principalmente a partir de 1835 que os ideais de emancipação começaram a se fortalecer e ganhar ainda mais adeptos, principalmente em razão da necessidade que tinha o Governo Imperial de impedir uma adesão do Paraná à revolução Farroupilha. Como destacou o historiador Lúcio Tadeu Mota (2005, p. 41):

Em 1835, contudo, houve um fator favorável e decisivo para a autonomia do Paraná. Os liberais do Rio Grande do Sul entraram em luta contra o império, organizados na “Revolução Farroupilha”, e os liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, revoltados com a política “conservadora” do governo central, se uniram com os farrapos e organizaram a única frente revolucionária<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Idem, p.41.



Assim, por receio de que Paranaguá e Curitiba se juntassem ao movimento, o Governo Imperial negociou com o Duque de Caxias a emancipação da Comarca e conseguiu seu apoio (MOTA, 2005).

Em 1842, por sugestão do Barão do Monte Alegre, presidente de São Paulo, foi iniciada a discussão sobre a emancipação política do Paraná na Assembleia de São Paulo. Em 1843, os debates a respeito desse tema foram paralisados, pois o Paraná se apresentava fundamental para a manutenção da economia de São Paulo, uma vez que era comarca da província paulista (PRIORI, 2012).

Depois de algumas tentativas, em 02 de agosto de 1853 a emancipação foi aprovada, contando com o apoio de Minas Gerais e Bahia que tinham como interesse a diminuição do poder de São Paulo em relação aos demais estados. No dia 29 de dezembro, ocorreu a instalação do governo provincial e Zacarias de Góes e Vasconcellos foi nomeado o primeiro presidente da província do Paraná (PRIORI, 2012). Este processo de emancipação impulsionou o novo governo a desenvolver políticas que favorecessem a imigração.

O processo de imigração no território paranaense foi expressivo a partir de 1850, quando começou a formação das colônias. Após a emancipação da província, as políticas de imigração receberam um incentivo maior. Logo, uma ação mais efetiva começou a ser desenvolvida referente à colonização.

Do ponto de vista geográfico, a Província do Paraná era uma vasta extensão de terras, ainda em grande parte inexplorada. Com a emancipação, as suas fronteiras ficaram frágeis e a melhor forma de proteger essas fronteiras era fundar núcleos coloniais, protegendo assim regiões de fronteiras com o Paraguai, Argentina e Santa Catarina. Espalhar colônias pelos cantos da Província significava assegurar a proteção territorial do Paraná.

O processo de imigração para toda a América Latina aconteceu em períodos semelhantes, porém com resultados diferentes. O período que compreende o fim das guerras de Independência e o início do crescimento econômico iniciou as políticas de imigração. Da mesma forma que as nações latinas disputavam para atraírem o imigrante europeu, também havia as disputas internas entre as províncias de cada país pela força de trabalho do imigrante.

No caso dos imigrantes, os principais fatores que motivaram a imigração podem ser os religiosos (perseguições religiosas), políticos (exílio político) e o mais importante e o

responsável pelo grosso das imigrações, a questão econômica<sup>58</sup>. Herbert Klein aponta três fatores predominantes para as questões econômicas:

(...) o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos. Na primeira categoria estão as questões que envolvem mudanças dos direitos sobre a terra, suscitadas, via de regra, pela variação da produtividade das colheitas, causadas, por sua vez, pela modernização agrícola em resposta ao crescimento populacional (KLEIN, 2000, p.14).

O principal motivo dos imigrantes deixarem seus países de origem estava relacionado ao fator econômico, a falta do acesso à terra, as baixas produtividades das colheitas e também sobre a alta taxa de natalidade que ocorria no continente impulsionando a vinda destes para América.

Segundo Zuleika Alvim (1998), a passagem do sistema de produção feudal para o de produção capitalista seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram. Essa modificação nos pilares da economia europeia significou concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Altas taxas de impostos sobre a propriedade, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimo e conseqüente endividamento; oferta por parte da grande propriedade de produtos a preço inferior no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor, e, por fim, a transformação desta mão de obra para indústria nascente.

A medida que a disputa pelos mercados consumidores se acirrou, sobretudo a partir de 1870, multiplicou-se a concentração da terra. Enormes contingentes populacionais deixaram de ter status de pequenos proprietários, vaqueiros produtores de queijos, entre outros, e passaram para categoria de trabalhadores braçais nas grandes propriedades rurais, geridas em moldes capitalistas. É bom lembrar que mesmo os que continuaram como pequenos proprietários não tinham mais condições de viver em suas terras. Pelo sistema habitual de herança no mundo rural, com a morte do pai prevalecia, ou a passagem da propriedade para o filho mais velho, ou a divisão da terra e, no segundo, a um fracionamento da propriedade que tornava impossível extrair dela qualquer sustento (ALVIM, 1998, p. 226).

À medida que ia se formando esse processo na Europa, iria aumentando um excedente da mão de obra que a industrialização tardia de países como a Itália e Alemanha não tinha

---

<sup>58</sup> Zuleila Alvim (1998) buscou descrever os locais onde os imigrantes moravam e da promiscuidade em que eram obrigados a viver. “a casa era uma espécie de cabana em forma de cone, composta de um muro circular de pedra e de tijolos feitos de argila e esterco, secos ao sol, e coberto por palha (...). Ali, em um catre, dorme a família inteira, e se os porcos e galinhas não estão com eles, estão com o burrico num compartimento vizinho e pelas fissuras mal vedadas da parede emanam os mais fétidos odores. Como não existem no campo barracões para os instrumentos de trabalho, estes também ficam amontoados em um canto dentro das casas, ou vizinhos a elas, misturados a caixotes velhos, onde na época da colheita se amontoam batatas e tomates” (TARUFFI *apud* ALVIM, 1998, p. 227).

condições de absorver. Isso tudo relacionado com um crescimento demográfico nunca visto, como o ocorrido no século XIX, quando a população da Europa aumentou em duas vezes e meia, devido ao avanço da tecnologia, que permitiu que tarefas antes executadas pelo homem pudessem ser realizadas por máquinas (ALVIM, 1998).

Na Itália, por exemplo, quando as dificuldades não puderam mais ser contornadas, o verbo buscar ganhou destaque. Buscou-se trabalho primeiramente nas cidades, e em seguida nos países vizinhos, estabelecendo-se uma migração sazonal. Nos momentos de maior demanda de mão-de-obra extra-colheitas, por exemplo, os lavradores empregavam-se, e ao terminar o período, voltavam para suas casas (ALVIM, 1998, p. 226).

Eric Hobsbawm (2004) também compreende que o fator demográfico contribuiu com o processo de emigrações na Europa, pois, durante o século XVIII, as taxas de natalidade subiram cerca de 1% ao ano, número representativo para a Europa, que influenciou, também, o processo imigratório.

Esse crescimento da população pressionou enormemente o setor agrícola de cada país. Para atender às crescentes demandas alimentares, começaram a mudar os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção. Os enclosures (cercados), a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra e outros instrumentos foram usados para a criação de unidades econômicas viáveis. Isso implicou na perda por muitos camponeses de seus direitos a terra, os quais foram forçados a trabalhar para outros. O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura européia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente da força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas (KLEIN, 2000, p. 15).

Imigrar foi a solução ideal encontrada, uma vez que esse panorama geral se harmonizava perfeitamente com as necessidades dos novos países como Estados Unidos, Argentina, Austrália e Brasil. Segundo Zuleika Alvim:

Mais de 50 milhões de europeus – população global da Itália hoje – deixaram o continente entre 1830 e 1930. Grande parte teve como destino a América do Norte (...) mais 11 milhões, ou seja, 22% do total, foram para a América Latina, dos quais 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% português e 3% da França e Alemanha. Desses 11 milhões que foram para a América Latina, 46% foram para a Argentina, 33% para o Brasil, 14% para Cuba, e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile (ALVIM, 1998, p. 220-221).

Os olhos dos imigrantes se voltaram para a América, por fatores que o atraíam e não poderiam ser ignorados por eles, já que o Brasil possuía terras e faltava mão de obra ao contrário

do que ocorria na Europa. A falta de mão de obra no Brasil se agrava ainda mais com o decreto da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que pôs fim ao tráfico negro. (BALHANA, 2002).

Esse decreto agravou o sistema de produção agrícola devido à falta de mão de obra escrava nas lavouras do império. Os grandes proprietários de terras passaram a comprar escravos que já estavam em território nacional.

No Paraná, formou-se lavouras de subsistência para abastecer os centros urbanos, lembrando que nessa época o Paraná passava por uma grande crise de alimentos. A resposta a esse contexto de crise foi trazer o imigrante europeu para cultivar nossas terras.

As leituras realizadas nos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná entre os anos de 1854 a 1877 mostram, repetidamente, a falta de produtos agrícolas que ocorria na região. Os governantes da província passaram a incentivar a vinda de europeus para a o Paraná, como podemos observar no relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos de 1858.

É para lamentar que esta província, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mor parte daqueles gêneros. Este estado de cousas porém tenho continuará e que só quando colonos morigerados e laboriosos vieram povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas” (MATTOS, 1858, p.35).

As autoridades provinciais viam na figura do imigrante “morigerado” e “laborioso”, o grande potencial de desenvolvimento da agricultura, logo, da província como um todo. O período de 1853 a 1877 pode ser considerado pela província do Paraná o início oficial de sua colonização tanto para nacionais quanto para estrangeiros. Esse processo se intensificou após a emancipação política da região.

No Paraná havia, também, uma característica peculiar, conforme o presidente Francisco Liberato de Mattos sublinhou em relatório do presidente:

(...) Não contando a província proprietários habilitados a receber colonos por salário ou parceria, porque, como sabeis, sua lavoura é chamada –pequena –, portanto, a que menos se presta à colonização por aqueles meios, é pela venda ou aforamento de pequenos lotes de terra por módico preço, que se há de realizar, em meu entender, a colonização nesta província (MATTOS, 1858. p. 21).

Ao fazermos uma análise dos relatórios dos Presidentes da Província percebemos que o Paraná tomou outros rumos em relação às demais províncias brasileiras, porque não estava atraindo a mão de obra para as grandes lavouras, e sim para as pequenas propriedades. Mesmo donos de sua propriedade, os estrangeiros passavam por inúmeras dificuldades e uma delas era

o isolamento das colônias, pois se tratava de uma época em que as vias de comunicação eram precárias.

Para Leo Weibel (1953), mesmo com o auxílio de terras ao estrangeiro, o mesmo ainda se encontrava em más condições. Ainda faltavam mais auxílios dos governantes em relação à política imigratória, principalmente em infraestrutura nas colônias.

Wilson Martins (1989) apresentou relatos de diretores de colônias, em que a vida do estrangeiro não estava nada fácil:

(...) Emílio Nunes Correia de Menezes, diretor interino da colônia do Assungui<sup>59</sup>, apresentou ao presidente da província, André Augusto de Pádua Fleury, um relatório, no qual insistia: Se se não der logo animação aos colonos, com boas vias de comunicação, é impossível que eles vençam as dificuldades da pobreza com que lutam, e o desânimo, que um tal estado de fortuna ordinariamente acarreta ao espírito, ainda o mais forte (...). (MARTINS, 1989, p. 12).

Foi a partir de 1875, no governo de Adolpho Lamenha Lins<sup>60</sup>, que a província elegeu como objetivo principal combater os fracassos manifestados nas colônias criadas em território paranaense. Sendo assim, decidiu-se criar algumas normas para facilitar a vida do imigrante.

Segundo Wilson Martins, as normas de Adolpho Lamenha Linha, era que as pessoas sempre deveriam dizer a verdade ao imigrante sobre o Brasil, em vez de romantizar as descrições e exageradas promessas. Devem dizer que neste país temos a seu alcance terras fertilíssimas, e promover a construção de boas vias de comunicação. Promover o transporte, evitando que o imigrante sofra provações e mau tratamento até o termo de sua viagem. Depois de estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos, e depois devemos libertá-lo de qualquer tutela, deixando-o sobre si, e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa.

As normas de Adolpho Lamenha Lins tinham como objetivo convencer os imigrantes de que existiam, no Brasil, terras fertilíssimas e promover a construção de boas vias de comunicação; pretendia facilitar o transporte, evitando que o imigrante sofresse privação e mau tratamento até o término de sua viagem; evitar que o estrangeiro, ao chegar, sofresse humilhações que abatessem o ânimo em sua nova pátria e dividir bons lotes com esses novos imigrantes (MARTINS, 1989).

<sup>59</sup> Localizada no atual município de Cerro Azul, a 109 km de Curitiba. Fundada por alemães, a Colônia de Assungui prosperou até a primeira colheita, quando ficou à mostra a real situação que atingia a província, ou seja, a total falta de infraestrutura, principalmente naquilo que tangia a falta de estradas carroçáveis, o que impossibilitava a comercialização dos cereais colhidos e que se deterioraram nos celeiros de estocagem (WACHOWICZ, 1988).

<sup>60</sup> Presidente da Província do Paraná entre os anos de 1875-1877. Lins dizia que “O Paraná é a Província do império mais apropriada para receber em seus seios imigrantes de todos os países, colonos laboriosos que procuram novo lar e uma pátria onde encontrem o seu bem-estar e elementos para firmar o futuro de seus filhos” (PARANÁ, 1876, S/P). A propaganda passou a ser fundamental para atrair imigrantes às províncias.

Entre os anos de 1870 e 1880, foram fundadas várias colônias ao redor de Curitiba e no litoral, estendendo-se até mesmo para os Campos Gerais. Esses grupos de imigrantes eram compostos por alemães, italianos, poloneses, e outros efetivos menores de franceses, suíços e ingleses. A província do Paraná mudaria sua fama em relação à política imigratória (BALHANA, 2002).

Já no fim da década de 1870, as atuações dos presidentes da Província do Paraná referente à política de colonização despertou o interesse de D. Pedro II que pediu ao Dr. Inácio da Cunha Galvão que fiscalizasse de fato o que estava acontecendo no sudoeste e no sul do Brasil, pois o Império pretendia ampliar essa política imigratória para outros lugares, mas para isso a coroa precisava saber o que estava acontecendo na prática. (MARTINS, 1989).

Em seu relatório, Galvão descreveu o que viu na província do Paraná. Narrou que no entorno de Curitiba encontrou chácaras com casinhas diferentes das dos nacionais, diz que os estrangeiros cercavam as casas para o gado não pisotear seus jardins e pomares, por fim nas palavras dele, um verdadeiro “oasis”. As pessoas ali passaram a desenvolver agricultura de subsistência e o restante do alimento era comercializado nos mercados dos grandes centros. (MARTINS, 1989).

De fato, essa política estava apresentando resultados positivos para o imigrante permanecer nessas terras. Entretanto, mesmo com todos esses incentivos, o imigrante ainda se deparava com dificuldades remotas, pois eles se encontravam em uma nova pátria que lhes apresentava diferenças na cultura, na religião, na arquitetura, na gastronomia e, principalmente, na política.

De uma maneira geral, o imigrante contribuiu para a instituição do regime de pequena propriedade agrícola e possibilitou o surgimento de uma classe média rural<sup>61</sup>. Os estrangeiros passaram a desenvolver em suas propriedades o artesanato rural, destinado ao suprimento de ferramentas para o uso local como: moinho, fiação, tecelagem, fundição, cutelaria, cervejaria, alambique, olarias, cerâmica, e outras atividades ligadas a suas necessidades (BALHANA, 2002).

A Colônia Thereza Christina foi pioneira em 1847 nesse processo de colocar em práticas um processo de concepção em pequenas propriedades rurais em que todos produzem. O diretor da Colônia distribuiu dois lotes a cada família da seguinte forma:

---

<sup>61</sup> Também enfatizando a relação entre imigrante e pequena propriedade, Brasil Pinheiro Machado considerou que o sistema de colonização desenvolvido no Paraná teve por objetivo estabelecer uma civilização camponesa à maneira da Europa, em que pequenas propriedades agrupadas ao redor de uma aldeia visavam o abastecimento das cidades (MACHADO, 1968).

dase gratuitamente a cada família de colono hum terreno de dez braços de frente e cinquenta de fundo para sua casa e quintal. Dase mais trinta mil braços quadrado de terras, de um pedaço só, ou em parcelas de cinco a dez mil braços quadrados, conforme a comunicação (FAIVRE, 1858, S/P).

Dessa forma, o terceiro planalto paranaense foi o local escolhido para se iniciar o projeto de colonização da Colônia Thereza Christina, pois na Província do Paraná, o povoamento foi uma tentativa de assegurar as terras tanto de países estrangeiros quanto de outras províncias, como foi a disputa acirrada entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina por territórios. Para os interlocutores da época, termos como “vazio demográfico” e “sertões” eram utilizados como forma de se legitimar o processo de ocupação dos territórios paranaenses.

Nota-se que na historiografia esses conceitos vão se desenvolvendo e ganhando outras conotações. O sertão e o vazio demográfico são noções que estão relacionadas à expansão populacional no processo de ocupação de um território. Entretanto, esses conceitos ultrapassam o mero sentido de uma área desocupada. É possível perceber que esses termos são utilizados como uma referência para legitimar uma prática de (re) ocupação do território.

Em contradição à teoria do vazio demográfico, Lúcio Tadeu Motta (2000) instiga-nos a refletir sobre estes espaços desocupados, afirmando que já havia populações ocupando essas regiões, por exemplo, a presença dos Kaingang por todo o território do Paraná, contrapondo-se à ideia construída por geógrafos na década de 1930 até início dos anos 1960 de que o Estado era praticamente desabitado.

Nos relatórios dos presidentes da Província do Paraná, nas décadas que compreendem 1854-1874, todo território que não fosse ao redor de Curitiba era considerado sertão, que significava despovoado e desconhecido. Essas áreas foram consideradas por muitos escritores que trataram desse tema, como vazias demograficamente, isto é, sem nenhuma população existente, o que não é verdade, pois sabemos que essa região é ocupada pelos indígenas há pelo menos 9.000 a 12.000 anos antes do presente.

Todo esse processo de colonização da Província do Paraná exigia gastos do dinheiro público. No relatório enviado pelo vice-presidente Henrique Rohan em 1856 foi registrado, “entendeu a assembleia provincial dever autorizar a presidência a despender anualmente a quantia de 10:000U000 rs., para promover a imigração de estrangeiros para esta província” (ROHAN, 1856, p.40). Além dos gastos que o governo tinha com os imigrantes era preciso convencê-lo a colonizar determinadas regiões, os relatórios dos viajantes europeus eram de grande importância para incentivar o europeu a imigrar.

Os viajantes europeus contribuíram para confirmar a visão paradisíaca da região sul<sup>62</sup>. Auguste de Saint-Hilaire era um viajante naturalista e tinha uma visão europeia de mundo, ou seja, tinha a Europa como referência de suas comparações. Entre suas viagens, destaca-se, em 1822, sua passagem pela Comarca de Curitiba e pela região dos Campos Gerais, reunidas no livro “Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina”. Podemos perceber essas comparações quando busca semelhanças entre os Campos Gerais com a França.

Apelidei os Campos Gerais de paraíso terrestre no Brasil. Entre todas as partes desse império que percorri até agora, não há nenhuma outra onde uma colônia de agricultores europeus tenha possibilidade de se estabelecer com mais sucesso do que ali. Eles encontrarão um clima temperado, um ar puro, as frutas do seu país e um solo no qual poderão desenvolver qualquer tipo de cultura a que estejam acostumados, sem grande dispêndio de energia. Assim como os habitantes do lugar, eles poderão criar gado; recolherão o seu estrume para fertilizar as terras, e com o leite, tão cremoso quanto o das regiões montanhosas da França, poderão fazer manteiga e queijo, que encontrarão fácil mercado nas partes mais setentrionais do Brasil (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 27).

O primeiro desafio do governo provincial foi atrair os imigrantes ao Paraná. Além de atraí-los, o mais importante seria fazer com que esses colonos permanecessem na província, pois o governo provincial tinha que impedir que aqui se tornasse uma parada temporária.

Uma das soluções para manter o emigrante que recém chegou à província era empregá-lo de imediato. Com isso, o governo começou incentivar os emigrantes a trabalhar em obras públicas. Foi um aspecto importante das políticas de imigração da província que tinha acabado de se emancipar. Através dos relatórios dos presidentes, percebemos que o maior desafio dessa proposta era justamente na escassez de trabalhadores<sup>63</sup>. No Relatório de 1856, por exemplo, o vice-presidente da província, referindo-se às obras de melhoramento e manutenção da estrada da Graciosa, informa que “a falta de jornaleiros” era “o principal embaraço” para que os trabalhos não avançassem (ROHAN, 1856, p.3).

O trabalho relacionado à manutenções de estrada era considerado um trabalho árduo, muitos dos imigrantes que chegaram à província não se acostumaram com este serviço. Por isso, o incentivo a pequenas propriedades tornaram-se prioridade ao governo.

---

<sup>62</sup> Apesar da alta disponibilidade de terras no Brasil, a imigração europeia concentrou-se na região Sul e Sudeste e representava um número pequeno em comparação com a população residente no país.

<sup>63</sup> Dessa forma, a historiografia regional retrata que o emprego de imigrantes em obras públicas tenha sido uma característica do movimento migratório mais tardio, por volta da década de 1880. Porém, procurei demonstrar ao leitor que esta forma de empregar o imigrante também é encontrada nos relatórios provinciais de 1850.



Segundo Boris Fausto (1999), formar núcleos coloniais seria a melhor forma de assegurar esses imigrantes nas províncias, porém tornava-se um desafio, pois toda a América estava buscando esses trabalhadores.

Ao tratar do tema de colonização, o primeiro Presidente da Província Zacarias Góes e Vasconcellos utiliza os modelos das Colônias Thereza e Superaguy para atrair mais imigrantes para a província. Segundo o presidente, uma colônia próspera será um exemplo para que novos colonos chegassem à província<sup>64</sup>.

Essa tentativa de colonização, se for avante, terá ainda o merecimento de ser como hum celleiro para outros grupos de colonos, que emprehendão estabelecer-se pelas vizinhanças, sendo, por tanto, hum passo seguro para o aproveitamento de tantos terrenos, ora absolutamente incultos (VASCONCELLOS, 1854, S/P).

Para o governo, era tarefa fundamental fazer com que os emigrantes saíssem do velho mundo e viessem com destino ao novo mundo, mas especificamente às tais províncias. Para que isso acontecesse, realizou-se a ação efetiva do Estado e, para o caso do Paraná, apresentamos o papel do empresário de colonização<sup>65</sup> como crucial para atrair e fixar o trabalhador colono durante a segunda metade do século XIX.

No caso da Colônia Thereza Christina, também existiu um intermediário entre o governo Imperial e os imigrantes, nesse caso Jean-Maurice Faivre foi mediador e responsável pelo feito da colonização das margens do rio Ivaí. Os ensaios de colonização começaram a ser praticados antes da aprovação da Lei de Terras, como mostraremos no terceiro capítulo.

Naquele momento, a ideia que mais prendia atenção pública no Brasil era certamente a de colonização. Após realizada uma análise sobre os relatórios dos primeiros presidentes da Província do Paraná, percebemos que existiu uma contradição entres os discursos do vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan. Ele afirma, em 1854, que havia muitas terras devolutas entre Curitiba e Graciosa, mas em 1856, dois anos depois, o próprio vice-presidente declara que já não havia mais terras devolutas nessa região (ROHAN, 1856).

Na Província do Paraná, poucas foram as terras consideradas oficialmente devolutas nas regiões habitadas de Curitiba e Paranaguá. Em outras regiões, como indica o relatório do vice-presidente da província, havia locais propícios para acolher os colonos. O provável local

---

<sup>64</sup> De certa forma, a Colônia Thereza Christina teve resultados importantíssimos para a política de colonização da província, foi muito bem utilizada como propaganda para atrair novos imigrantes europeus para o Brasil e, principalmente, para o Paraná.

<sup>65</sup> A partir da metade do século XIX, o empresário de colonização se torna um personagem muito importante para incentivar o emigrante às províncias. Ao entendermos o papel desses empresários, percebemos a importância desempenhado por esses personagens sobre a história da imigração paranaense.

onde se começaram as medições e demarcações seria para os lados do rio Ivaí, do rio Jataí, das cidades de Castro e Guarapuava, e onde foram fundadas as Colônias Thereza, Jataí, Superaguy, todas por empresários interessados em trazer imigrantes para essas terras (PARANÁ, 1856).

A este aviso tive a honra de responder que não ha, nem á direita, nem á esquerda da estrada da Graciosa, uma área de 8 leguas quadradas de terrenos devolutos, e que, portanto, não havia possibilidade de se poder effectuar o estabelecimento da colonia, do modo indicado por S. Ex<sup>a</sup>. Devo aproveitar a oportunidade, para declarar-vos, senhores, que Guilherme Stager, natural de Suissa, e cuja moralidade me affiança o Dr. Faivre, veio ultimamente a esta provincia, no intento de formar um estabelecimento colonial, especialmente destinado á cultura do trigo. Assegurei-lhe que a presidencia não deixaria de proteger a sua empresa, com todos os meios a seu alcance. Esperançado deste modo, foi á procura de sua familia, que se acha no Rio de Janeiro, e com a qual deve brevemente voltar a esta provincia. Se forem convenientes as garantias que offerecer, mui provavel é que a presidencia, no interesse da industria agricola, consiga ver fundada nesta provincia uma colonia á guisa da de Ybycaba, e que, como ella, seja a expressão da nossa hospitalidade e boa fé (ROHAN, 1856, p.42).

Nesse caso, observamos o interesse por parte do vice-presidente em interiorizar os novos imigrantes a princípio para assegurar as fronteiras da província. Mas o que nos mais chama atenção é como a Colônia Thereza Christina foi retratada aos olhos do governante, como um sistema semelhante ao de parcerias que ocorreu principalmente na Província de São Paulo<sup>66</sup>.

O sistema de parceira utilizado na fazenda Senador Vergueiro<sup>67</sup> é muito semelhante ao modelo adotado pela Colônia Thereza Christina referente à mão de obra livre e também a repartição dos lucros. Porém, algo que as distingue está vinculado a forma com que os migrantes chegaram, na primeira colônia citada os imigrantes vieram com objetivo de suprir a falta de mão de obra das fazendas paulistas e já na segunda colônia, os colonos vêm como proprietários de seus lotes.

De fato, talvez a única colônia que conseguiu prosperar naquele momento na Província do Paraná é Thereza Christina, entre tantas outras que foram fundadas na província, como a Colônia Rio Negro (1829), Colônia de Superaguy (1852) e Colônia Militar do Jataí (1855). A Colônia Thereza Christina conseguiu manter-se e chegou a exportar seus excedentes, dentre eles, cana, cachaça, café, tabaco, algodão, arroz, melado e frutas, somando todas as exportações até o ano de 1856, arrecadou cerca de 6040\$000 réis (PARANÁ, 1856).

A chegada dos imigrantes europeus às colônias era recebida por muitos como uma saída para a falta de mão de obra na lavoura, uma vez que além da progressiva proibição do trabalho

<sup>66</sup> As grandes levas de imigrantes foram destinadas para São Paulo por ser uma província politicamente importante. O Paraná, por ser uma província periférica do ponto de vista econômico, não tinha as mesmas condições de promover a imigração em uma escala maior.

<sup>67</sup> Tema discutido no primeiro capítulo.

escravo havia o fato do trabalhador brasileiro ser visto como de pouca “laboriosidade” pela elite política. Havia um preconceito sobre o trabalho agrícola por parte dos habitantes locais, “trabalhar no cabo da enxada era considerado uma atividade de baixo status social, digna apenas de escravos e libertos” (WACHOWICZ, 1988, p.175).

Tanto a historiografia, quanto as autoridades da época em geral tinham em mente os brasileiros pobres que habitavam as regiões mais interioranas do império. Criou-se, pelos homens públicos e literatos, uma imagem do brasileiro como sendo desqualificado e vadio, o que acabou dando aos nacionais pobres as características de preguiçosos, em contraste a essas ideias, os imigrantes representavam o progresso (NAXARA, 1991).

Oliveira Vianna (1987) também compartilha das ideias de que os nacionais possuem estas características peculiares, desenvolvendo suas atividades em suas próprias terras como forma de subsistência e não vendendo sua força de trabalho, tendo as questões climáticas como um fator favorável a este estilo de vida.

Como descreve o autor, “nas frutas silvestres, nos legumes variados, nascidos espontaneamente, na caça abundante, no pescado dos rios, há para ele um banquete permanente.” (VIANNA, 1987, p.121). Esses nacionais completavam suas refeições com mandioca, feijão e milho tudo produzido em pequenas plantações, nada é produzido em grande escala para comercialização, toda produção era para subsistência (VIANNA, 1987).

O autor explica que essa teoria se denominou de “impossibilidade histórica de uma vinculação estreita e permanente entre a classe senhoril e o proletariado dos campos”. (VIANNA, 1987, p.121), Dessa forma, surgiu a ideia do brasileiro pouco afeito ao trabalho, pois todos aqueles que não tentavam interagir ou não se enquadravam aos novos padrões impostos pela sociedade, era classificado como ocioso. Essa denominação dos nacionais pobres justificou uma valorização extrema do europeu e também da política de imigração.

A partir das discussões apresentadas ao longo do texto, tanto a historiografia quanto alguns determinados discursos dos Presidentes da Província procuraram enaltecer e valorizar a colonização do imigrante europeu. Buscamos também enfatizar a presença dos nacionais no processo de colonização do Paraná, em alguns escritos dos relatórios presidenciais, que apresentam os nacionais como primordiais neste processo de desenvolvimento da província.

Grande expectativa foi depositada sobre os imigrantes e acreditava-se que a colonização, por meio da imigração, seria a melhor e talvez a única maneira de levar a província ao progresso. Ocorreu neste período um forte incentivo à vinda destes imigrantes, materializando-se como um grande projeto imperial e provincial que se justificava pela ideia

de progresso e desenvolvimento. Mesmo com todo este projeto em favor do imigrante, os nacionais não saem de cena e compõem o processo de formação e estruturação das colônias, caracterizando então como um processo de homogeneização.

## **2.2 O percurso da imigração francesa e a presença dos nacionais na formação da Colônia Thereza Christina**

Trataremos aqui de um grupo de imigrantes franceses que chegaram na Província do Paraná, para formarem uma colônia no terceiro planalto paranaense. Após pouco tempo da formação da Colônia Thereza Christina, muitos franceses emigraram para outras regiões da província tornando-se a Colônia praticamente de nacionais. Discutiremos também essa forte presença de brasileiros na Colônia. Consideramos esse assunto importante porque a consolidada historiografia sobre colonização no Paraná pouco trata a respeito desses sujeitos, privilegiando sempre os imigrantes.

No natal do ano de 1846, Faivre embarcava no porto de Antuérpia na Bélgica a bordo do navio “Fides” a caminho do porto de Paranaguá com 63 franceses. O cônsul brasileiro Melchior Araújo escreve uma lista a punho com os nomes, idades e profissão de cada francês a bordo do navio:

Relação dos imigrantes fornecido pelo Cônsul brasileiro em Antuérpia, Sr. Melchior Araújo: 1) Louis Bûron (30 anos; médico), sua esposa Josephine Peupart (42 anos) e seus filhos Marie, Angélique, Honorine, Clémentine, Augustine e Adelaide, todos de Paris; 2) Déphine Letourneur (Viúva Porée, 25 anos costureira) de Paris; 3) Robert Ader (23 anos, prof de matemática, solteiro) de Paris; 4) Pierre Caillot (48 anos, carroceiro) sua esposa Julie Calop (52 anos) e seus filhos Alphonse e Paul, todos de Paris; 5) Jean Antonie (43 anos, jornalista), sua esposa Louise Lelong (44 anos) e seus filhos Charles, Lucie, Amélie, Joséphine, Fanny, Alexandre, todos de Paris; 6) Jacques Blanc (37 anos, obreiro), sua esposa Joséphine Laureno (27 anos) e seus filhos Marie, Reine e Léonie, de Paris; 7) Lucien Janvier Dubry (44 anos; agricultor, solteiro), de Lons-le-Saunir; 8) Desiré Roun (23 anos, agricultor solteiro), de Lons-le-Saunir; 9) Auguste Janvier Devant (38 anos, cortador de árvore, solteiro) de Lons-le-Saunir; 10) Joseph Coine (proprietário, viúvo) de de Lons-le-Saunir; 11) Claude Prost (42 anos, proprietária, solteira) de Lons-le-Saunir; 12) Pierre Chevafond (25 anos, agricultor, solteiro) de Lons-le-Saunir; 13) Hypolite Delnerois (25 anos, preposto, solteiro), de Paris; 14) François Panifret (35 anos, forneiro), sua esposa Marie Michaud (28 anos) e seus filhos Honoré, Joséphine e Lucile, todos de Saint-Claude; 15) Jean Silvachy (52 anos, tecelão), sua esposa Joséphe Forestier (35 anos) e seus filhos Jean, Loise, Adolphe e Amélie, todos de Saint-Claude; 16) Augusto Parkievitz (36 anos, marceneiro) sua esposa Felicité Sainbeni (32 anos) e seus filhos Léon e Eugéne, de Saint-Claude; 17) Albert Leiour (37 anos, proprietário, viúvo), de Clairvaux; 18) Edmond Darbon (21 anos, proprietário, solteiro) de Orgelet; 19) Joseph Renaud (16 anos, proprietário, solteiro) de Lons-le-Saunir; 20) Urban Faivre (10 anos, jornalista, solteiro) e seu irmão Lucien Faivre (18 anos, jornalista, solteiro), de Clairvaux; 21) Jean Faivre (50 anos, médico, viúvo), de Paris; 22) Jean Baptiste Bofren (37 anos, proprietário, solteiro), de Lons-le-Saunir; 23) Celestin Ferrez (29

anos, proprietário, solteiro) de Paris; 24) François Paquet (25 anos, preposto, solteiro) de Bruxelas; 25) Jean Baptista Delbun (26 anos, cortador de árvore, solteiro) e sua irmã Felicité Delbun (24 anos, empregada, solteira); 26) Catharin Chapois Dmeingion (21 anos, empregado, solteiro), de Lyon (FERNANDES, 1996, p. 126).

O Imperador D. Pedro II já havia enviado um aviso ao Presidente da Província de São Paulo, o qual dizia que um grupo de imigrantes franceses liderado por Jean-Maurice Faivre ia fundar uma colônia naquela província, recomendando a todas as autoridades daquele lugar a proteção aos integrantes daquela colônia, pois eles iam desembarcar no porto de sua província em um navio chamado Fides (JORNAL DO COMMERCIO, 1847).

A Câmara Municipal de Paranaguá tem a vista a Portaria de V. Exa. de seis de fevereiro, em que lhe comunica que devia partir para este porto, no brigue dinamarquês Fides, o Dr. Faivre e uma Colônia, para estabelecer-se próximo a esta cidade; e retificando a Câmara um equívoco que tem aparecido em todas as comunicações oficiais em supor que a Colônia do Dr. Faivre vinha estabelecer-se neste município seguiu seu destino, e que não tendo chegado a Portaria de V. Exa. acima mencionada, contudo houve um cidadão que coadjuvou por todos os modos o transporte e o mais que necessitou a Colônia, a qual seguiu para o ponto que havia determinado seu Diretor, que é nas margens do Rio Ivaí, tributário e confluente do Paraná, a talvez mais de 60 léguas desta cidade. (JORNAL DO COMMERCIO, 1847. p. 2).

Após dois meses de viagem, os colonos franceses chegaram no porto de Paranaguá, alguns governantes locais já os aguardavam para auxiliar na viagem até o local escolhido às margens do Rio Ivaí, animais de carga foram oferecidos com intuito de facilitar no transporte das bagagens daqueles que seriam os novos colonizadores da Comarca de Curitiba.

O jornal “Dezenove de Dezembro” de 1847 fez uma matéria informando a população dos novos colonos que haviam chegado para colonizar os sertões daquela província, desejam-lhe boa sorte; “chegou há dias a esta cidade, vindo da corte, o Dr. Faivre (...) celebra um contrato muito favorável a seus fins humanitários na Colônia Thereza (...) vindo a ser como um planal brilhante plantado no deserto, irradiando a luz da civilização por aqueles remotos lugares” (p.5). Toda essa calorosa recepção representou aos imigrantes que estavam subordinados a uma nova pátria, tudo era novo e representava uma ruptura em suas histórias de vida.

Para os imigrantes franceses, tal ruptura significou uma mudança de hábitos, inclusive porque muitos tiveram que mudar suas profissões para se adequarem aos interesses da Colônia Thereza Christina. Como visto, ao serem encaminhados à região às margens do rio Ivaí, tais imigrantes eram requeridos oficialmente para a execução de trabalhos agrícolas. Dessa forma, mesmo os que possuíam outras ocupações anteriores tiveram que se adaptar ao cultivo da terra.

O primeiro amplo alojamento desses imigrantes foi na fazenda de João da Silva Machado. Eles permaneceram lá até que fossem abertas as trilhas pela região do Vale do Rio Ivaí. O fazendeiro também ficou responsável pela alimentação dos estrangeiros e por direcioná-los até o local indicado<sup>68</sup>.

Tal empreendimento foi realizado entre as vilas de Ponta Grossa e Guarapuava, ficando a 22 léguas da primeira e 18 da segunda (OLINDA, 1833-1888). O lugar escolhido foi às margens do Rio Ivaí, nada foi mera coincidência, tudo foi articulado com estratégia para a abertura de um caminho fluvial que ligasse Curitiba ao Mato Grosso. Para o governo Imperial, a função da Colônia era fornecer suplementos para as expedições<sup>69</sup>.

O trecho abaixo nos revela o quanto Faivre estipulou gastar por família até que começassem a produzir produtos alimentícios para a comercialização, seu tempo estimado foi de dois anos:

Creio, que para a instalação de um grupo social, cada família custará por volta de um conto de réis (2.800 a 3.000 francos). Será preciso importar da Europa, máquinas de fiar, de tecer e as principais peças de máquinas para fabricar tijolos, para moagem, forja. No resto, esta é uma obra que deve ser feita por um homem livre de toda a ideia de lucro (...) (FAIVRE, 1844-1846, p. 5).

De fato, foram muitos os desafios propostos para os novos imigrantes que chegaram na região do Vale do Rio Ivaí em 1847 que pertencia a Província de São Paulo, pois o Paraná só conseguiu sua emancipação em 1853. Esses imigrantes foram logo sendo destinados aos sertões da província, regiões penosas que encontrava poucos adeptos para colonizar, não era qualquer um que tinha interesse em colonizar um dos últimos pontos de ocupação.

Em um primeiro momento, os nativos não foram amigáveis com os novos invasores, muitos franceses se sentiram ameaçados com presença dos indígenas naquele ambiente, as dificuldades de locomoção, o árduo trabalho de derrubar matas para abrir terrenos às plantações, esses foram alguns dos problemas que levavam os primeiros colonos estrangeiros e os que foram introduzidos no núcleo posteriormente a abandonarem o local.

---

<sup>68</sup> Joao da Silva Machado, antes mesmo de atender os franceses, já havia acumulados algumas experiências em formação de núcleos coloniais tanto de imigrantes quanto de indígenas. Antes de 1847, participou das aberturas dos campos de Palmas, formação de aldeamento em 1840 e organizou a fundação da colônia de alemães de Rio Negro 1829. Machado também se empenhou na questão dos índios como um “filantropo privado”, realizando o que deveria ser da competência do Estado (MONTEIRO, 2001).

<sup>69</sup> A pequena caravana havia rumado em direção ao ponto em que o Ivaí nasce, próximo da junção do Rio dos Patos com o S. João, fixando-se na margem esquerda, onde hoje é a Colônia Barra Vermelha, no município de Prudentópolis. O grupo de imigrantes foi sufocado pelos caingangues que não demonstravam a menor vontade de estabelecer relações de amizade. Até porque o grupo recém-chegado aquele ambiente era considerado invasor. Faivre decide então se mudar daquele local e desce o Rio Ivaí, procurando encontrar o ribeirão das Campinas Belas (atual Ivaizinho).

A maioria dos franceses não se acostumou com o novo estilo de vida da Colônia e logo foi embora para outras regiões. O número de imigrantes franceses que abandonaram seus lotes de terra na Colônia Thereza Christina entre os anos de 1848 e 1850 foi bastante elevado. O destino desses imigrantes, entretanto, é desconhecido, ficando difícil saber se deixaram apenas a Colônia ou saíram da Província ou mesmo do país.

Boa parte dos franceses que vieram para a Colônia Thereza Christina morava em Paris ou em cidades próximas a ela, o que dificultou para esses emigrantes acostumarem-se a morar nos sertões do Brasil<sup>70</sup>.

O árduo trabalho dos colonos nos primeiros meses de formação da Colônia Thereza Christina fizera com que os franceses não aguentassem e buscaram outros locais para viver. Livros de casamentos encontrados na Paróquia de Sant'Ana em Ponta Grossa referente ao ano de 1848 nos revelam que alguns franceses deixaram a Colônia para morar em Ponta Grossa e acabaram constituindo famílias por lá, como é o caso do senhor Jean Antonie e Jean Silvachy (FERNANDES, 2006).

Segundo Wilson Martins (1989), Pierre Caillot também saiu da Colônia e junto com sua família foi morar em Curitiba, fazendo casar seu primogênito com a Francisca de Paula Müller, filha de um dos primeiros imigrantes alemães a chegarem Paraná.

Em seguida, o médico francês Louis Búron também se mudou para Vila de Ponta Grossa com a esposa Josefina Búron e os dois filhos<sup>71</sup>. O Dr. Búron foi o primeiro médico de Ponta Grossa, mas pouco tempo depois que chegou na vila ele faleceu, deixando sua esposa Josefina Búron e seus filhos. A família chegou a passar por dificuldades financeiras.

Quase vinte anos após sua morte, em 31 de maio de 1880, quando D. Pedro II e a Imperatriz Thereza Christina visitaram Ponta Grossa, registra o Secretário da Câmara Municipal, José da Costa Rodrigues Guimarães que o Monarca efetuou doação de um conto e seiscentos mil réis a cidade, destinando parcelas a Igreja Matriz, a construção de uma escola, aos pobres, a alforria do escravo Marcelino, ao teatro local e, por fim, cinquenta mil réis por Madame Josefina Búron, viúva do primeiro médico radicado na capital dos Campos Gerais e que, na época, deveria contar com cerca de oitenta anos de idade. Por esse gesto singelo do Casal Imperial, percebe-se o carinho e por que não dizer a gratidão que devotavam aos pioneiros do Vale do Ivaí (TEIXEIRA, 2015, p. 19).

---

<sup>70</sup> Segundo Josué Correa Fernandes (2006), "Thereza Christina, então era apenas um nome, e nada mais. Um pequeno ponto mal assinalado a beira do quase desconhecido Rio Ivaí, distante cem quilômetros das freguesias mais próxima, através de caminhos que eram abertos na mata cerrada pelas mão de próprio viajante" (FERNANDES, 2006, p.125).

<sup>71</sup> Segundo Murilo Teixeira (2015), Faivre ficou decepcionado quando ficou sabendo que a família Búron, tinha se mudado da Colônia, pois eram pessoas de confiança.

A citação acima demonstra a importância do empreendimento de Jean-Maurice Faivre, fazendo com que D. Pedro II apoiasse financeiramente pessoas que tivessem participado da iniciativa de colonizar às margens do Rio Ivaí.

A Colônia Thereza Christina destinara-se, de início, a receber apenas estrangeiros. Porém, já em 1854, tornou-se mista, pois Faivre permitiu empréstimos de terrenos às famílias de nacionais pobres, concedendo-lhes os mesmos favores de que gozavam os estrangeiros.

Aos poucos, Thereza Christina foi tornando-se uma colônia de nacionais, recebendo emigrantes da região dos campos gerais para dar continuidade às obras iniciadas. Segundo Fernandes (2006), em uma viagem do “delegado das Terras Públicas” para a Colônia no início dos anos de 1850,

Gente de todas as condições e de toda sorte de costumes, foi que naturalmente afluíu para a colônia. Faço exceção de alguns, de excelentes costumes e muita probidade, que por desejo de ajudar ao virtuoso doutor Faivre, abandonaram seus estabelecimentos, para irem partilhar suas fadigas. A colônia converteu-se em um refúgio dos vagabundos dos districtos vizinhos, dos que se julgaram nas circunstancias de recrutamento, e talvez de alguns escravos fugidos e criminosos. Indo eu visitar uma roça, tive ocasião de observar que alguns dos trabalhadores, percebendo a minha aproximação e de meus companheiros, ocultarão-se na mata. Desconfio que a polícia terá contas a justar com essa gente. (FERNANDES, 2006 p. 195)

É provável que durante o período de 1850 muitos foras da lei tenham se mudado para Colônia Thereza Christina, pois as fiscalizações naquela região eram remotas e, possivelmente, os únicos regulamentos nos quais contassem direitos e deveres dos colonos eram rascunhos escritos por Faivre.

Em 1858, Gustavo Rumbelsperger era o novo diretor da Colônia Thereza Christina. Logo após assumir como diretor, já havia conseguido algumas medidas importantes que fossem concretizadas através do governo Imperial. Segundo o relatório de prestações de contas do Presidente da Província do Paraná, José Francisco Cardoso 1860,

Com o falecimento do fundador desta colônia, o Dr. Jean-Maurice Faivre, nutriram-se receios da aniquilação de tão notável estabelecimento. O governo Imperial, porém, veio com sua mão protectora dissipar todas as más previsões, e no aviso expedido pela secretaria d'estado dos negocios dos Império determinou; a criação de uma subdelegacia e juízo de paz de districto. A permanência de um destacamento ali estacionado (CARDOSO, 1860, p.62).

Em 1860, foi criada uma subdelegacia na Colônia com o objetivo de coibir a entrada de pessoas fora da lei. A instauração de um órgão dessas proporções de certa forma trazia uma



intimidação maior para aqueles que desrespeitavam as leis do país. A vinda dessa subdelegacia traz à Colônia Thereza Christina um sentimento de segurança, tornando-a atrativa.

Em um relatório de 24 de dezembro de 1863, é possível perceber o posicionamento de Gustavo Rumbelsperger sobre a colonização estrangeira para o sertão da província. Tal relatório foi destinado ao “delegado de terras Públicas do Paraná” em que o novo diretor desaconselha a vinda de novos imigrantes franceses qualificados para Colônia, como queria o dito delegado. Em documento remetido ao delegado Rumbelsperger diz:

“não serão indivíduos dessa categoria que farão prosperar a Colônia Thereza” (...) se esse grupo for transferido ao Ivaí mettera o governo que cada vez mais se tornará pesado aos cofres públicos, porque não tem habilidade com agricultura e logo desanimara (...) hoje, pensa essa gente que o Brasil tem tudo a lucrar com sua presença no seu vasto território, e que o lugar de sua residência, a indústria que exerça, não entra nos cálculos do governo sobre a colonização espontanea (RUMBELSPERGER, apud FERNANDES, 2006, p. 205).

No mesmo documento, Rumbelsperger continua escrevendo que o governo provincial ilude os imigrantes estrangeiros para atrai-los à província, não demonstrando a realidade local. O diretor conclui o relatório, fazendo um comparativo das diferenças do trabalho agrícola na Europa e no Brasil, diferenças estas que não foram repassadas aos imigrantes antes de suas vindas. O europeu “laborioso” não foge do trabalho, o que está acontecendo é a falsa imagem de que no Brasil se colhe sem plantar como descrevem “os poetas irresponsáveis da fertilidade”.

Neste contexto, cresceu a polêmica acerca dos gastos do governo com os estrangeiros. Em função do abandono das colônias por muitos imigrantes, questionava-se a eficiência da ajuda provincial e Imperial, que estaria consumindo recursos e impedindo outras ações do governo, por exemplo, na construção de estradas.

Tal assunto também gerou uma divisão dos pensamentos políticos paranaenses, de um lado, os desejosos de empreender a colonização através da vinda de imigrantes, confrontando-se a estes, estavam os favoráveis à valorização dos trabalhadores nacionais. (MARTINS, 1989).

Em defesa da política imigratória, veio a voz do Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, que argumentava que o problema dos gastos oficiais não estava nos favores concedidos aos imigrantes, e sim aos altos gastos com as colônias financiada pelo Estado. (PARANÁ, 1876).

A argumentação de Lamenha Lins, característica do pensamento liberal, demonstrava uma descrença em relação à intervenção do Estado na administração das colônias. O presidente cita como exemplo o fracasso da Colônia do Assungui, que na sua visão seria motivado pela

excessiva presença do poder público e que os colonos daquele lugar, eram imigrantes que apenas queriam viver às custas do governo.

Note-se, portanto, que Lamenha Lins, quando fez críticas aos imigrantes, procurava atingir os representantes governamentais que favoreciam o Estado tutelar e continuavam demonstrando-se inteiramente favoráveis à continuidade da imigração.

Para Lamenha, outros critérios eram superiores na definição das relações sociais: o que importava era a capacidade de empreendimento humano. Neste sentido, a natureza do homem europeu não lhe parecia ir contra os ideais de progresso muito pelo contrário: o colono imigrante lhe parecia reunir os atributos necessários para a luta em prol do progresso e da civilização (MARTINS, 1989).

A preocupação com condições oferecidas aos imigrantes teve prioridade na proposta feita por Lamenha Lins para alteração da política então vigente.

Dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar, e em vez de poéticas descrições e exageradas promessas, convencê-lo de que temos a seu alcance terras fertilíssimas, e promover a construção de boas vias de comunicação. Facilitar-lhe o transporte, evitando que o imigrante sofra provações e mau tratamento até o termo de sua viagem. Dividir bons lotes de terras nas vizinhanças dos centros populosos e fazê-los comunicáveis por estradas de rodagem. Fazer o colono aderir à terra que habita, pelo direito de propriedade, facilitando-lhe a aquisição dela. Evitar que o imigrante ao chegar sofra vexames que lhe abatam o ânimo aos seus primeiros passos em regiões desconhecidas. Estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos, e depois libertá-lo de qualquer tutela, deixando-o sobre si, e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa. (MARTINS, 1989, p. 84).

As normas de Adolpho Lamenha Lins tinham como objetivo convencer os imigrantes que existiam no Brasil terras fertilíssimas e promover a construção de boas vias de comunicação; pretendia facilitar o transporte, evitando que o imigrante sofresse privação e mau tratamento até o término de sua viagem; evitar que o estrangeiro, ao chegar, sofresse humilhações que abatessem o ânimo em sua nova pátria; dividir bons lotes, e deixar o imigrante desenvolver o seu trabalho com liberdade, sem qualquer tutela (MARTINS, 1989).

Já a justificativa dos nacionais se intensificou a partir de 1876, na província do Paraná. Muitos dos argumentos então publicados diziam respeito à Colônia do Assungui.

(...) Pedro de Alcântara Buarque, diretor da colônia do Assungui, situava entre os méritos dos colonos nacionais o desbravamento das florestas virgens, onde abriam caminhos que, depois, permitiriam aos estrangeiros mais facilmente adentrar em território provincial, para colonizá-lo. Como muitos estrangeiros freqüentemente abandonavam seus lotes coloniais, eram os nacionais que garantiam o abastecimento dos mercados como todos os gêneros de subsistência. Assim o faziam graças ao seu trabalho ininterrupto e à sua persistência, que os fazia socorrer a nação sempre que necessário (LAMB, 1994, p.61).

O diretor da Colônia Assungui, argumentava em defesa dos nacionais. Os europeus deveriam se tornar homens adestrados na lavoura do Brasil, mas isto não ocorria. Embora a maioria dos colonos europeus fosse de índole pacífica, muitos se constituíam em maus exemplos, pois abandonavam as colônias após receber os favores do governo. Dessa forma, mesmo com a imigração, ainda havia falta de braços para o trabalho na lavoura (LAMB, 1994).

Com estudos das fontes, podemos perceber que os nacionais também foram protagonistas no projeto de colonização. A presença dos nacionais nos núcleos coloniais se mostraria bastante precoce, afinal, o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, no ano de 1854, relatou que os brasileiros já figuravam na primeira colônia surgida no território paranaense, em 1828, quando ainda não havia se emancipado de São Paulo.

O Barão de Antonina, cujo nome anda associado às ideias de mor utilidade para esta província, dirigiu o estabelecimento de uma colônia de alemães no Rio Negro. Essa colônia dispersou-se por diversas partes, confundindo-se os alemães, que ali ficaram no Rio Negro, com a população do país (...) (VASCONCELLOS, 1854, p.59).

Nesse mesmo relatório, o presidente nos mostra dados estatísticos que confirmam a presença majoritária dos nacionais em Rio Negro: existiam 102 alemães e 351 nacionais. O presidente Zacarias de Góes Vasconcelos continua situando que existentes naquele ano de 1854, Colônia Thereza Christina e Colônia Superaguy, em que podemos notar mais uma vez apresentação significativa dos nacionais.

O Presidente Pires da Motta também descreve em seu relatório uma forte presença de brasileiros na Colônia Thereza Christina; (...) à proporção que os colonos daquela nacionalidade (franceses) abandonavam o estabelecimento, crescia o número de povoadores brasileiros, pela agregação de famílias habitantes dos municípios de Castro e Guarapuava (MOTTA, 1856, S/P).

Também em Superaguy, outra colônia existente na província, o número de nacionais era significativo, como confirmou o vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, em 1857, consta o estabelecimento de 88 famílias, compreendendo todas 403 indivíduos. Nesse pessoal, entram 55 estrangeiros e 348 brasileiros (CARVALHAES, 1857).

Os dados do relatório de governo de 1858 também apontam para essa tendência, diz o presidente Francisco Liberato de Mattos, sobre a Colônia Superaguy: “a colônia conta 450 indivíduos que formam 100 famílias das quais 20 francesas e 80 brasileiras” (MATTOS, 1858, p.26).

Em 1868, no relatório de governo do Presidente da Província do Paraná José Feliciano Horta de Araujo, diz que a Colônia Militar do Jataí também apresentava maior população de nacionais, a população da colônia é de 210 pessoas, que formam 39 famílias, com exceção de 2 portugueses a população é composta de nacionais<sup>72</sup> (ARAUJO, 1868).

Segundos dados analisados nos relatórios dos presidentes da província, apresenta-se no quadro abaixo o número de indivíduos e famílias existentes nas diferentes colônias.

**Quadro 1** - Quadro comparativo entre o número de nacionais e estrangeiros nas colônias paranaenses em 1858

	<b>C. Thereza Christina (1858)</b>	<b>Colônia Superaguy (1858)</b>	<b>Colônia Jataí (1858)</b>
<b>Nacionais</b>	178 indivíduos	80 famílias	37 famílias
<b>Estrangeiros</b>	22 indivíduos	20 famílias	2 famílias

**Fonte:** Dados recolhidos através do Relatório do Presidente da Província (1858)

Percebe-se um número elevado de nacionais na Colônia Thereza Christina em comparação aos imigrantes franceses, demonstrando que ocorreu um forte desenvolvimento, mesmo sem a presença majoritária de imigrantes.

A forte presença dos nacionais nas colônias fez com que não passassem despercebidos pelos Presidentes da Província que consideraram também esses sujeitos dentro do contexto de colonização, valorizando e indicando as vantagens que eles poderiam representar neste processo.

Para Zacarias de Góes e Vasconcelos, a ideia de se aceitar nacionais nos territórios coloniais era algo bastante vantajoso e que deveria ser encorajado, tendo em vista que estes, algumas vezes, eram mais adequados às tarefas que os próprios imigrantes:

<sup>72</sup> No ano de 1870, sobre a população da Colônia Thereza, indicam que os nacionais continuavam dominando o cenário populacional daquele núcleo colonial como nos mostra o Vice-Presidente da Província do Paraná Agostinho Ermelino Leão; “quanto à nacionalidade, são 341 brasileiros, 9 franceses, 1 português e 2 alemães” (PARANÁ, 1870, p.21).

Na colônia Thereza particularmente, há tantos filhos do país, que a denomina seu fundador colônia Franco – Brasileira, e parece-me que é esse um dos lados, porque mais credor se faz de encômios o plano do Dr. Faivre, pois seria um contracenso despender dinheiro e esforços em mandar vir de países remotos colonos para cultivar nossas terras devolutas, deixando, no entanto, entregues ao ócio e á miséria não poucos brasileiros, que talvez, por falta de apoio e direção, não se aplicam com proveito a algum ramo da indústria (VASCONCELLOS, 1854, p.59).

Para o Presidente Vasconcelos, a Colônia Thereza Christina, embora praticamente despovoada dos estrangeiros originalmente introduzidos, merecia a proteção do governo para continuar existindo com os colonos nacionais que ali haviam se fixado. Assim, para o presidente, que se mostrou um entusiasta da colonização nacional, o Dr. Faivre, fundador da Colônia Thereza Christina, merecia elogios não somente por introduzir estrangeiros no país, mas, sobretudo, por inserir na Colônia colonos nacionais. É interessante notar que o próprio Lamenha Lins (1876), um ícone do incentivo à política de imigração a colonização do Paraná, avaliou como algo positivo a atitude de se atrair nacionais para o contexto de imigração e colonização provincial.

Mas, em geral, o governo considerava a chegada do imigrante como o único meio de se atingir o desenvolvimento almejado na província e no Império. Esses estrangeiros eram vistos como detentores do progresso, pois trariam em sua bagagem técnicas agrícolas avançadas, além dos bons costumes que caracterizavam o homem europeu (BRITO, 2002).

Embora os imigrantes europeus fossem retratados como mais capacitados para implementar os projetos colonizatórios, as fontes apresentam outra realidade sobre a Colônia Thereza Christina, sua forte produção agrícola mesmo com a presença majoritária de nacionais em relação aos europeus, “na colônia Thereza; o terreno das margens do rio Ivahy produz trigo, café, centeio, canna de assucar, algodão e o arroz de que se abastece em grande quantidade Guarapuava e a comarca de Castro” (DEZENOVE DE DEZEMRO, 1870, p.2).

As adversidades enfrentadas com a imigração e a colonização, naqueles períodos, tornaram-se visíveis em vários pontos da província. A Colônia Thereza Christina teve grande destaque, no início de sua formação, foi vista como colônia modelo que serviria para inspirar outras regiões do Império com seu desenvolvimento. Talvez por isso, as decepções ali germinadas tenham sido profundamente sentidas, como descreve a reportagem do Jornal O XV de Novembro em 1890; “profundamente entristecido, Faivre reconheceu, antes de morrer, que havia errado e que os colonos nacionais constituíram ali o principal elemento, livrando aquela nascente povoação do completo aniquilamento. (*apud*, FERNANDES, 2006, p.199).

Entretanto, também temos que levar em consideração que os imigrantes tiveram um papel importante no contexto de colonização da província, principalmente no final do século XIX, quando milhares de europeus chegaram às terras paranaenses, instalando-se próximos a capital. É tanta a influência em terras paranaenses que percebemos até no estilo arquitetônico, nas tradições religiosas e até mesmo na dieta alimentar da população a ligação com os países europeus (BALHANA, 2002).

Portanto, por meio dos dados fornecidos pelos Relatórios dos Presidentes, podemos concluir que a ideia das políticas imigratórias durante a metade do século XIX levantaram posicionamentos políticos diferentes. Os nacionais também estavam presentes nesse contexto de forma significativa, convivendo diretamente com os imigrantes nos núcleos coloniais. Porém, acabaram sendo esquecidos pela historiografia dedicada apenas às temáticas sobre a imigração europeia. A interpretação das fontes nos permitiu refletir sobre as tendências criadas ao longo do século XIX e mantidas pela historiografia que estabelece os termos de política de imigração.

## CAPÍTULO 3

### CAPÍTULO III- COLÔNIA THEREZA CHRISTINA: ASPECTOS POLÍTICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E A COLONIZAÇÃO EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRAS

#### 3.1 A influência de Jean-Maurice Faivre na formação da Colônia Thereza Christina

No ano de 1844, no Rio de Janeiro, Jean Maurice Faivre inicia seus primeiros escritos sobre as características da Colônia Thereza Christina<sup>73</sup>. Esses escritos ficaram prontos em 1846 em Paris. Levaram em torno de três anos para ficarem prontos. Foram iniciados no Brasil e finalizados na França. Esse documento atualmente pertence a Biblioteca Nacional da França.

Esses escritos referem-se a oito páginas manuscritas em francês intitulado “Princípios básicos de um modo de colonização para o Brasil”, que tinha como objetivo convencer os franceses de participarem desta experiência, apresentando incentivos para que estes se convencessem em migrar. Faivre, em seus escritos, descreve o Brasil com elementos positivos “num belo clima, sobre uma terra fértil, onde eles viriam a ser imediatamente proprietários” (FAIVRE, 1844-1846, p.4). Teriam eles, ainda, por três anos, o fornecimento adiantado de roupas, moradia e ferramentas de trabalho.

Nesse mesmo relatório escrito por Faivre em francês, ele buscou descrever o Brasil aos seus conterrâneos, “é um país tranquilo, de uma extensão imensa, com falta de habitantes<sup>74</sup>, e governado constitucionalmente por um jovem Imperador, na qual a bondade natural se coaduna com o coração generoso de sua Esposa (...)” (FAIVRE, 1844-1846, p. 6).

Jean-Maurice Faivre assegurava que todos teriam o necessário para viver de forma confortável: “nós vamos nos colocar, com vantagem, ao longo de uma natureza virgem e rica, para nos entregar ao estudo das ciências físicas, que são, indubitavelmente, a forma mais apropriada de favorecer o desenvolvimento das faculdades intelectuais” (FAIVRE, 1844-1846, p.6). Esse documento foi redigido três anos antes do surgimento da Colônia Thereza Christina,

---

<sup>73</sup> Depois de planejado o projeto de formação da Colônia, Faivre começa a leiloar todos os seus bens como um piano inglês, pérolas finas, jóias, mobília de jacarandá, espelhos, vasos, relógios, livros, porcelanas, quadros, louças de cristais, talheres de prata e até mesmo a casa que morava na Rua do Cano n° 41 na cidade do Rio de Janeiro. Conseguiu arrecadar vinte contos de réis e mais uma ajuda extra da Imperatriz Thereza Christina (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1845, p.5).

<sup>74</sup> Lembrando que essa região vem sendo ocupada há pelo menos 9.000 a 12.000 anos antes do presente, mas o objetivo da pesquisa é entender como ocorreu o processo de ocupação dessa região no século XIX.

os dados nos revelam que Faivre já tinha informações privilegiadas da região que vinha ser a sua colônia.

Thereza será uma vila-modelo, suas casas serão construídas dentro de princípios higiênicos e seguros; o trabalho será regrado e feito em harmonia com as necessidades e as forças do homem, e a agricultura será honrada e praticada como elemento principal da prosperidade geral e da felicidade individual, produzindo a abundância que implanta a paz e abre os corações a generosidade, o que fara de Thereza um verdadeiro modelo a ser seguido e encorajado (FAIVRE, 1844-1846, p.5)

Como podemos observar, os escritos de Faivre serviam para convencer os franceses a participarem de tal aventura, esses escritos podem ser comparados com aqueles panfletos que foram utilizados por agentes de propaganda para ludibriar os imigrantes europeus.

Segundo Faivre (1844-1846), esses imigrantes encontrariam no Brasil um belo clima, sobre uma terra fértil com a possibilidade de se tornarem proprietários de terras. Porém, os imigrantes não encontraram possibilidade de crescimento. Motivos que levaram muitos imigrantes franceses a deixarem a Colônia Thereza Christina, alegando que Faivre “os tinha enganado” (LISBOA, 1872, p.46).

Segundo o Presidente da Província Venancio Lisboa (1872), “Faivre apelou para os nacionais do paiz, na esperança de que, costumado a lutar com a aspereza de um sertão inculto, e mais aptos para o trabalho que demanda o emprego da fouce e do machado” (LISBOA, 1872, p.47). Contudo, a Colônia foi sobrevivendo com emigrantes nacionais procedentes de Ponta Grossa, Guarapuava, Castro e outras regiões. Um exemplo destes colonos foram os registros encontrados de Felisbino José da Roza, catarinense de São José e filho de açorianos, resolvendo deixar a freguesia de Ponta Grossa e vir residir, com os filhos e com a mulher Santa Anna, na Colônia (FERNANDES, 1996).

No trecho citado abaixo, podemos perceber que Faivre começa a incentivar “nacionais” a se mudarem para a Colônia. Tal citação é uma carta de Faivre encaminhada a um morador de Ponta Grossa no dia 22 de março de 1849, buscando convencer sua família a se mudar para Thereza Christina:

Sr. Feliciano, vejo as dificuldades que padece para resolver-se a abraçar definitivamente o partido que tinha contratado comigo. (...). Sobre seu caso tenho a dizer que contava com seu concurso e se o senhor se tivesse mudado para aqui, talvez eu tivesse hoje menos trabalho, mas tudo se há de arranjar e o passado é passado, só nos serve de ensino (...). Seu irmão me falou que o Sr. quer morar entre Amparo e a Campina. Custo a crer nisto, desde que o senhor tem aqui uma propriedade já feita (...). Lá o senhor pode ter seus animais, usar da casa, criar porcos, fazer queijo, abraçar qualquer indústria com que faça fortuna até que para seu exemplo minhas palavras o senhor se convença de que a sua felicidade pode estar no Ivay, na cultura de uma pequena extensão de terras. Demais, havemos se tratar dos caminhos pela freguesia e



por Guarapuava. Adeus, e muitas recomendações a Sr. Da. Maria. Seu amigo Dr. Faivre. (FAIVRE Apud CARNEIRO, 1963, p. 488).

Essas palavras demonstram seu poder político, de convencimento, ou seja, suas aptidões de diretor, tentando convencer Feliciano e sua família a mudar-se para as margens do Ivaí. Pelo teor desta carta, é notável que o Faivre representava um grupo de empresários da colonização.

As autoridades provinciais também passaram a incentivar novos colonos para residir naquela vila, pois não seria interessante para governo se a Colônia deixasse de existir por falta de colonos:

O dr. Recksteimer, bem conhecido em Paranaguá e nos demais municípios da marinha, onde exerce a medicina, escreveo-me, 5 de setembro ultimo, comunicando-me que certa familia, de uma cidade da Suissa, composta de nove pessoas, 2/3 de idades juvenil, e 1/3 de idade, toda dos melhores costumes, desejando estabelecer-se nesta provincia, procurára, por seu intermedio, saber que favores poderia esperar da respectiva presidencia. Assegurei-lhe, em resposta, que a familia de que se trata teria, na colonia Thereza, terras a sua disposição, conforme o systema adoptado pelo Dr. Faivre, e que eu lhe proporcionaria transporte de Antonina ao Yvahy. (VASCONCELLOS, 1855, p.29/30).

O barão de Antonina também mandou vários grupos de colonos para Thereza Christina com objetivo de assegurar suas fronteiras. O objetivo, ao que parece, era incentivar a vinda de pessoas interessadas em “desbravar o sertão desconhecido” e gerar riquezas. O Paraná, na metade do século XIX, quando da sua emancipação como província, era considerado atrasado em relação ao progresso das outras regiões principalmente pela falta de estradas e caminhos que o pudessem ligar às demais partes do Brasil.

Faivre, em seus relatórios escritos em 1844-1846, chama-nos atenção que antes mesmo da formação da Colônia Thereza Christina, já havia solicitado máquinas para fabricação de lajotas<sup>75</sup>, demonstrando um conhecimento prévio sobre a região na qual seria fundada a Colônia. Em 1844, Faivre já tinha por definido o lugar escolhido para fundação da Colônia, que seria na Província de São Paulo, sobre o Rio Ivaí<sup>76</sup>, 26° de latitude sul. O relatório do Presidente da Província André Augusto Padua Fleury (1865) descreve uma expedição que ocorreu nas

<sup>75</sup> Ainda nos dias atuais, tais regiões são conhecidas pelas várias fábricas de lajotas e telhas, pois a argila daquela região é propícia para tal empreendimento.

<sup>76</sup> A formação do Rio Ivaí ocorre na confluência dos rios dos Patos e São João na Serra da Esperança, município de Inácio Martins, numa altitude de 800 metros, o Rio Ivaí percorre uma distancia de 671 km até desaguar no rio Paraná no município de Querência do Norte. (TEIXEIRA, 2015). “O rio Ivaí, que nasce na Serra da Esperança, as proximidades do povoado de Guarapuavinha, com o nome de rio dos Patos até banhar a povoação de Terezina, tem a direção geral de NNW até receber pela margem direita o rio dos bandeirantes, d’onde inflete para NW, até sua foz no Paraná. O seu curso é de cerca de 600 km, tendo sido medida a distância desde sua foz até a povoação de Terezina, em 75 léguas ou 492 km” (PEREIRA, 1942, p.136).

proximidades onde foi formada Colônia Thereza Christina com objetivo de reconhecer toda região “(...) a viagem realizada em 1845 pelo sertanejo Joaquim Francisco Lopes, de ordem do Barão de Antonina, senador por esta província. Tendo embarcado no rio verde, dirigiu-se a expedição pelo, Paranapanema e Paraná até a barra do Ivaí, (...) onde agora se acha a Colonia Thereza (FLEURY, 1865, p.28-29).

Além desse documento nos trazer a precisão em que seria formada a Colônia Thereza Christina, revela-nos também o motivo do lugar escolhido para esse empreendimento: acreditava-se que tais terras seriam valorizadas no futuro, pois pensava-se que o Rio Ivaí era navegável e desembocaria no rio Paraná, que tem acesso aos rios Paraguai, Uruguai e o Rio da Plata, fazendo com que a Colônia se tornasse uma vila portuária que ligaria a Colônia as outras regiões do país e até mesmo outros países vizinhos. (FAIVRE, 1844-1846).

O governo Imperial começou a incentivar as experiências de colonização antes da aprovação da Lei de Terras (1850), como mostram as empreitadas de Jean-Maurice Faivre, ele fez parte de um grupo de pessoas que incentivavam a colonização.

Para Reinaldo Nishikawa (2007), esses personagens que incentivaram a colonização ficaram desaparecidos nos estudos sobre a imigração. Chamados pelos relatórios e pelo jornal *O Dezenove de Dezembro* de empresários, mantiveram-se ocultos para os historiadores, “ocupavam cargos de engenheiros, médicos e advogados. Esses empresários mantiveram-se por um bom tempo como os responsáveis por trazer, negociar, controlar e inaugurar colônias de trabalhadores (...)” (NISHIKAWA, 2007, p.56).

A maioria dessas pessoas possuíam o título de doutor, suas profissões eram como cartões de visitas para se apresentarem ao governo provincial. Para os colonos, eles eram vistos como essenciais por garantir as terras e os primeiros subsídios indispensáveis à chegada. Para os presidentes da Província, vinham para facilitar o trabalho de incentivo à colonização. Nesse contexto, esse elemento chamado de “empresário” surgiu como o responsável por trazer os imigrantes para tais regiões. Esses agentes desempenharam sua função, através de muita articulação e “apadrinhamento”, que garantiria uma quantia já aprovada pelo governo para a imigração.

O papel desempenhado por esses empresários era o de transformar os imigrantes, das mais diversas partes da Europa, em colonos. Os escritos de Faivre demonstram um forte otimismo do seu empreendimento.

Nós teremos um roteiro exato de tudo aquilo que nós faremos e de tudo aquilo que nos acontecerá; após isso, se o resultado de nosso empreendimento for venturoso,

outros não terão que enfrentar as mesmas dificuldades para chegar a idêntica felicidade (FAIVRE, 1844-1846, p. 6).

Jean-Maurice Faivre não era o único que acreditava no desenvolvimento da Colônia. O Vice-presidente da Província, Henrique Rohan, dizia que “é muito provável que para o futuro se torne uma das mais importantes povoações da província” (ROHAN, 1856, p.56).

Aos olhos do governo Imperial, esse ambicioso projeto tinha como objetivo principal desenvolver a região do Vale do Rio Ivaí-PR em um polo irradiador de civilização em meio às vastas florestas, difundir a experiência do trabalho livre racionalizado e ocupar os territórios com imensa população, fazendo com que ligassem a comarca de Curitiba à Província de Mato Grosso por meio do trajeto fluvial e, assegurar suas fronteiras, já que, desde a metade do século XVIII, a ocupação dessa região representou um projeto relevante no quadro de esforços para defesa das fronteiras (FAIVRE, 1844-1846).

A reportagem publicada em 10 de maio de 1848, no jornal Gazeta Oficial do Império do Brasil (1848), demonstra o interesse por parte das autoridades e do Barão de Antonina no desenvolvimento da Colônia Thereza. Para o governo, Thereza Christina seria um lugar estratégico a ser construído, pois tal localização seria um limite entre duas áreas, o já civilizado e o sertão desconhecido.

Em 1854, o Presidente Zacarias de Góis Vasconcelos descreve que Faivre tinha acabado de receber novos investimentos do governo Imperial, chegando a citar a importância da Imperatriz nesse empreendimento; “desde o princípio protegido não só de sua Majestade a Imperatriz que ao mesmo deu seu nome, mas pelo governo Imperial, acaba de obter novos favores” (VASCONCELLOS, 1854, p.58). Este novo investimento ofertado pelo Império exigiria de Jean-Maurice Faivre novas obrigações diante a corte:

1° A' promover o melhoramento da Colônia Thereza e estabelecer dois novos núcleos de colonização no prazo de três anos. 2° A' abrir duas estradas que da Colônia Thereza vão a Ponta Grossa e Guarapuava, recebendo instruções do governo da província. 3° A' cuidar da catechese e civilização dos índios, que habitão as matas vizinhas a Colônia Thereza (VASCONCELLOS, 1854, p.58).

Dessa forma, podemos compreender que Jean-Maurice Faivre fez parte de um projeto governamental que buscou fundar núcleos colônias com mão de obra livre, pois nela cada colono possuía sua propriedade e trabalharia por conta própria. O que também nos chama atenção é sobre a catequização dos indígenas, ou seja, reeducá-los perante os modelos europeus para avançar com a colonização naquela região em outra parte do relatório:

Faivre, direi que ele se propõe assim catechisar e reduzir os indígenas vizinhos, persuadido como está de que cada grupo, que estabelecer, será um estorvo as invasões e correrias das hordas selvagens, e a continuação delles apertará de tal arte os índios com seos laços civilizadores, que não terão meios de escapar-lhes (VASCONCELLOS, 1854, p.57-58).

A partir das leituras dos relatórios dos Presidentes da Província, percebe-se que a Colônia Thereza Christina se constituiu em um projeto embasado nas políticas de imigração. Essa política tinha como objetivo central atrair mão de obra livre, pois o governo já previa o fim do tráfico de escravos. Havia indicativos que a Inglaterra já tinha dado um alerta aos países que ainda permaneciam utilizando mão de obra escrava, afirmando que, se necessário, ocorreria uma guerra entre nações para cessar o fim do tráfico.

### **3.2 A Colônia Thereza Christina a partir de uma análise dos relatórios dos Presidentes da Província do Paraná referente aos anos de 1854-1875.**

Por meio dos documentos encontrados no Arquivo Público do Paraná, podemos fazer um panorama sobre a Colônia Thereza Christina. Buscamos compreender seus aspectos econômicos, culturais, geográficos, sua infraestrutura e principalmente suas normas. Toda colônia possuía suas normas, às vezes, tinham os mesmos aspectos às vezes não, podemos imaginar como se fossem atualmente as leis orgânicas dos municípios.

A primeira lei citada sobre as normas da Colônia Thereza Christina referia-se à proibição de escravos. Todos os colonos eram proibidos de possuírem mão de obra cativa na área que correspondia à Colônia. Podemos considerar através de todos os relatórios estudados durante o período que não houve mão de obra escrava na formação da Colônia, algo muito inusitado para época, pois várias colônias possuíam mão de obra escrava na construção de obras públicas como estradas, igrejas, engenhos e, principalmente, engajados na agricultura.

Com o passar dos anos, a agricultura ia se fortalecendo na Colônia e deixando de ser preocupação, “dá-se perfeitamente alli a cana, o trigo, o milho, o arroz, a mandioca, o feijão, a banana, o fumo, e o algodão, prosperando a criação de porcos e galinhas e de animais em geral, e arvores frutíferas” (VASCONCELLOS, 1854, p.58). Pouco depois da emancipação da Província do Paraná em 1854, o diretor da Colônia manda uma carta ao Presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos pedindo uma escola em Thereza Christina, sendo este atendido. Em 1854, a escola contava com um total de 52 alunos, sendo 34 meninos e 18 meninas, as aulas eram ofertadas pelo francês chamado de Condamine, que recebia a gratificação de 240 réis pagos pela província.

O fortalecimento econômico daquela região era bem visto por parte da elite e também do Império, Thereza Christina era vista como uma colônia fornecedora de produtos agrícolas para suas regiões vizinhas e também para o Mato Grosso, como descreve o Presidente da Província Zacarias de Góis Vasconcelos (1854), nesse caso, ele cita o sal como matéria de exportação:

Outra vantagem, realmente incontestavel, da colonia Thereza he estar collocada a margem de hum rio navegável (...) offerencendo assim huma comada via fluvial, por onde, no presente não, mas em hum futuro talvez pouco remoto, para aquell a provincia, hepossivel fazer não só remessa de quaisquer objectos do governo ou de particulares, mas de fornecimento de as, que com profusão são capazes de produzir aquelles lugares (...) em minas de sal-gema de que pode-se tirar puro cloreto e soda para abastecer toda provincia do Mato-Grosso, e parte das provincias vizinhas (VASCONCELLOS, 1854, p.57).

A partir deste processo de exportação alimentícia, ocorre o início da modernização da agricultura na Colônia. O primeiro mecanismo a ser trocado foi o monjolo, ferramenta utilizada para moagem dos cereais, passando-se um moinho de roda, movido à água, que fazia funcionar quatro mãos de pilão e se constituía num verdadeiro avanço tecnológico para aquela região. Além do mais, na área de comércio e infraestrutura, também contavam com a experiência de Jean Silvachy e François Panifret, que iniciaram os trabalhos com os barros para fabricação de telhas e de tijolos (FAIVRE, 1854).

Faivre envia uma carta ao Presidente da Província do Paraná Zacarias de Góis Vasconcelos, descrevendo sobre a aguardente fabricada na Colônia, destacando o sabor superior comparada àquelas que eram produzidas em São Paulo, pois o tipo do solo e a qualidade da cana-de-açúcar, eram de alta qualidade, tornando-se com um sabor único como descreve Faivre: “a colheita deste ano avalia-se em 12 mil botelhas de aguardente e 50 arrobas de rapaduras, que para o anno vindouro será o dobro. A aguardente he de qualidade superior à de São Paulo, e vende-se a 200 rs a botelha” (FAIVRE, 1854, S/P).

As safras de cana-de-açúcar eram cada vez maiores, fazendo com que os colonos fabricassem cada vez mais tijolos de açúcar, rapaduras e aguardente para a comercialização.

A tabela comparativa abaixo demonstra a quantidade de equipamentos agrícolas disponível na Colônia Thereza Christina no ano de 1855, período que foi anexada a vila de Guarapuava, juntamente com Palmas.

	Guarapuava	Palmas	C. Thereza Christina
Eng. Moer Cana	4	-	14

End. Serrar Madeira	1	-	1
Debulhadores de milho	2	-	2
Alambique	1	-	8
Descaroçador de Algodão	1	-	-
Descascador de Cana	1	-	-
Monjolos a água	-	1	-
Mosquina de socar Erva	-	-	-
Moinho (força hidráulica)	-	-	1
Descascador de Arroz	-	-	1
Fábrica de Velas e Sabão	-	-	1
Total	10	1	28

**Fonte:** Câmara municipal de Guarapuava, quadro elaborado pelo autor 2019

A Colônia contou com muito investimento, boa parte advinda do império e também da iniciativa privada<sup>77</sup>. Podemos observar que um dos principais objetivos da Colônia era produção agrícola, justificando o grande número de equipamentos agrícolas que possuía se comparada a outras regiões.

A Colônia também chegou a comercializar seda, foram plantados vários pés de amora para desenvolver a produção do bicho da seda, pois em locais de difícil acesso, a melhor mercadoria para exportar era aquela de volume e peso menores, porém de preço compensador (FAIVRE, 1854).

O relatório do Vice-presidente da Província Henrique de Beaurepaire Rohan, do ano de 1855, entra em detalhes de quanto seria o valor arrecadado da produção agrícola da Colônia Thereza Christina do ano de 1854. Por exemplo, foram produzidas 5 mil medidas de aguardente comercializada no valor de 4 mil réis, foram feitos 4 mil molhos de rapadura negociado a 640 réis, foram plantados 500 alqueires de arroz vendido a 1 mil réis e diversas miudezas arrecado no valor de 400 réis, ao todo a Colônia Thereza Christina teve uma rentabilidade anual de 6.040 réis (ROHAN, 1856). Valores considerados altos, ou seja, as produções agrícolas no ano de

<sup>77</sup> Jean-Maurice Faivre foi o principal investidor da Colônia Thereza Christina.

1854 são consideradas valores de alta produção para a Colônia. Os colonos também cobravam 15% a mais do valor da mercadoria para transportar até Ponta Grossa, Guarapuava ou Castro, os fretes eram feitos de mulas.

Essa soma é contabilizada na produção de todos os colonos. Desse valor, eles deveriam repassar as gratificações ao diretor da Colônia, que fazia também o serviço de médico e de engenheiro no valor de 960 réis, ao seu ajudante seria mais 600 réis, na conservação das estradas eram cobrados 1.200 réis e manutenção de máquinas e bens comuns no valor de 300 réis. Ao todo, o diretor ficaria com 3.060 réis de toda produção, ou seja, mais da metade do valor arrecadado anualmente deveria ser destinado ao diretor da Colônia (ROHAN, 1856).

No ano de 1856, a Colônia Thereza Christina produziu entre 6 a 7 mil medidas de aguardente. O que gerou um lucro bruto entre 5 a 6 mil réis para os colonos, essa mercadoria possuía o maior valor entre todos os produtos que a Colônia comercializava. Nesse mesmo ano, foram comercializadas 50 arrobas de fumo, algo que até então nunca tinha sido produzido com quantidades tão significantes para o padrão da época (CARVALHAES, 1857).

Para termos uma dimensão da importância da produção agrícola da Colônia Thereza Christina naquele período, basta compararmos com a Colônia Superaguy, no ano de 1856, que produziu um lucro bruto da soma de todos seus produtos comercializados em torno de 4.735 réis, ou seja, somente a produção de aguardente da Colônia Thereza Christina foi maior que toda produção agrícola da Colônia Superaguy (CARVALHAES, 1857).

Diante do reconhecimento da produção agrícola da Colônia em toda região, alguns comerciantes passavam vendendo alguns produtos em Thereza Christina, fazendo com que o diretor não necessitasse ir até Guarapuava para comercialização desses.

O estabelecimento deste núcleo colonial custou, até 1856, a soma de 44.000,00 sendo que 6.000,00 foram doados pela Imperatriz, 20.000,00 era o capital de Faivre e 18.000,00 foram emprestados pelo governo do Império Brasileiro. Dessa soma, foram retirados 15.000,00 para custear o transporte dos 63 franceses. O Vice-presidente Henrique Rohan mostrou ser otimista sobre esse valor gasto no transporte desses imigrantes “esses colonos foram povoar outros cantos do Brasil, e delles alguns existem nessa provincia, não de póde reputar perdido o dispendido, que com ele se fez, em relação a nossa população” (ROHAN, 1856).

Segundo o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither, Faivre não teve a mesma forma de pensar que o Vice-Presidente Henrique Rohan, pois boa parte dos gastos que obteve com a Colônia se derivara da imigração de seus conterrâneos para o Brasil, pouco tempo depois quase todos deixaram a vila, causando diversos prejuízos.

A partir de 1850, os maiores gastos de Faivre concentravam-se em manutenções das estradas<sup>78</sup>, pois os repasses eram poucos advindos do império. Segundo Fernandes (1996):

Basta que se veja o montante entregue, ainda em prestações de quinhentos mil réis mensais a Jean-Maurice, através do último contrato que firmou com o Império, em 1854: dez contos para romper as duas estradas, quando o razoável seria, no mínimo, cinquenta vezes mais essa quantia. Os engenheiros Keller, p.ex (...), informaram ao Presidente da Província do Paraná que a abertura de uma estrada de vinte e duas léguas, entre Ponta Grossa e Thereza Christina, custaria quatrocentos e quarenta contos de réis, ou seja, vinte contos por léguas (FERNANDES, 1996, p. 219).

O Vice-presidente da Província, Henrique Rohan (1856), escreve em seus relatórios sobre as péssimas estradas que ligavam a Colônia para outros centros. Também descreve sua localidade que seria de grande importância para o seu desenvolvimento, pois acreditava-se que o rio Ivaí era navegável, possibilitando grandes oportunidades de comercialização de produtos com outras regiões.

A comunicação com Ponta Grossa, é tão má que, segundo me afirmão, tornou-se intransitável. Vai agora tratar o Dr. Faivre de realizar a abertura desta via de comunicação, que será de immensas vantagens, não só para o seu estabelecimento, como para toda a província do Paraná, visto que as nossas comunicações com Matto-Grosso se poderão fazer para o rio Ivahy, cuja embarque fica muito mais próximo da bahia de Paranaguá, e dizem ser mais navegável que o Tibagy e Paranapanema. Estabelecida essa estrada, a colonia Thereza tomaria grande desenvolvimento, e mui facil se tornaria a catechese dos selvagens, que habitão uma e outra margem do Yvahy. (ROHAN, 1856, p.46-47).

Havia interesse em desvendar navegações no rio, pois buscava-se o escoamento das mercadorias por ele do que pelos rios Tibagi e Paranapanema. Mesmo em 1858, o governo não possuía respostas sobre se o rio é navegável ou não; “essa exploração tem sido retardada por falta de pessoa habilitada a fazê-la, como me foi por meu antecessor informado” (MATTOS, 1858, p.28).

O desenvolvimento da Colônia foi marcado pelas dificuldades da colonização do sertão, das péssimas estradas que ligavam a Colônia a Vila de Guarapuava e de Ponta Grossa e também sobre a intensa presença dos nativos. Em 1857, Faivre mandou fazer um novo reconhecimento da região para construção de uma nova estrada que ligaria a Colônia a Ponta Grossa, mas “foi encontrado um toldo de selvagens, provavelmente pertencente a família dos botocudos<sup>79</sup>, cuja presença, intimidando os exploradores, demorou por algum tempo o andamento dos trabalhos”

<sup>78</sup> A falta de boas estradas que serviam para escoamento de produtos das colônias foi de grande entrave para a maioria dos desenvolvimentos delas.

<sup>79</sup> Indígenas da família Tupi.



(CARVALHAES, 1857, p.58). A importância das conservações das estradas era sobre o escoamento das mercadorias produzidas na Colônia, pois era uma forma de garantir o comércio com Ponta Grossa.

Nas explorações feitas (...) foram encontrados vestígios bem visíveis de uma estrada de carro construída, provavelmente, no tempo dos jesuítas, e que, seguindo a direção da villa da Ponta-Grossa, poderá, talvez, ser aproveitado, ao menos em parte, para a nova construção (CARVALHAES, 1857, p.58).

A falta de boas estradas que serviram de vias para escoamento da mercadoria foi um grande obstáculo ao desenvolvimento da maioria das colônias que se situavam no interior paranaense. Motivo pelo qual muitos imigrantes se mudaram para outras regiões mais centralizadas. No ano de 1856, a população da Colônia era “171 brasileiros, e 19 franceses, que professão todos os catholicismo” (ROHAN, 1856, p.44). Os novos colonos que chegavam para colonizar a Colônia Thereza Christina tinham que se adequar às normas estabelecidas pelo diretor.

O diretor Faivre dividiu a Colônia em lotes de terras e distribuiu-os aos colonos “1) Dase gratuitamente a cada família de colono hum terreno de dez braços de frente e cinquenta de fundo para sua casa, quintal e mais hum terreno do rocio<sup>80</sup> 2) Dase mais trinta mil braços quadrado de terras, de um pedaço só, ou em parcelas de cinco a dez mil braços quadrados.” (FAIVRE, 1844-1846, p.4). Os moradores da Colônia ganhavam terras do outro lado do Rio Ivaí para poder plantar sua lavoura, ou seja, cada família ganhava um lote e um sítio do diretor, a propriedade do colono que ficasse mais de dois anos sem ser habitada voltaria ao domínio do diretor. As terras localizadas no atual município de Prudentópolis-PR foram utilizadas para produção agrícola, pois seria uma terra de melhor qualidade. Todos os dias, os trabalhadores rurais tinham que atravessar o rio Ivaí para lidar com o trabalho agrícola. Tudo foi de maneira planejada, além das terras serem de melhor qualidade do lado de Prudentópolis, também facilitava no escoamento da produção agrícola, pois Ponta Grossa, Castro e Guarapuava se localizavam na região que estavam as lavouras.

Dessa forma, podemos observar que a Colônia foi dividida em três áreas distintas: a primeira, que se pode denominar urbana, onde deveriam ser mantidas as residências, em seguida, o rocio, anexado à primeira, no qual havia pastagem destinada aos animais e, por último, a área de lavoura, disposta do outro lado do rio Ivaí, em frente à sede de povoação.

---

<sup>80</sup> Rocio era considerado o terreno em que os moradores da Colônia deixavam o gado para pastagem.

Segundo Faivre, no ano de 1858, existiam quarenta e três famílias na Colônia, compostas por duzentos e quarenta e quatro pessoas, sendo seis famílias francesas e o restante de nacionais. Os colonos estavam espalhados pelas terras da Colônia, pois essas famílias possuíam mais de um terreno, pois se tratava de uma colônia agrícola e contavam com o terreno na vila e outro nas proximidades da Colônia, como se fosse um sítio. Os colonos poderiam escolher onde queriam morar, alguns optavam por morar na vila, cerca de cento e noventa indivíduos e o restante morava nas proximidades (FAIVRE, 1858).

Por outro lado, a Colonia Thereza, cujo progresso muito cumpre-vos animar, porque com seus produtos presta grandes utilidades aos lugares visinhos, e é um núcleo de colonização, que, prosperando, estimulará novas tentativas de semelhante natureza, (VASCONCELLOS, 1855, p.31).

Em todos os relatórios de presidente e vice-presidente analisados nesse trabalho, é impressionante o otimismo que todos depositavam na Colônia Thereza Christina: “é muito provável que para o futuro se torna uma das mais importantes povoações da província, attenta a feliz escolha do local em que foi situado” (CARVALAHES, 1857, p.56).

Em 1857, a Colônia se encontrava em boas condições de desenvolvimento, com as colheitas acontecendo nos tempos certos e sem grandes quebras, com excedente de rapadura, aguardente, fumo, arroz, com os estabelecimentos comunitários funcionando normalmente. Todo excesso de produção era comercializado nas regiões vizinhas. A Colônia contava com nove engenhos<sup>81</sup> de cana, quatro alambiques, uma fábrica de licor e tabaco, olaria e forno de cal, moinho, máquinas hidráulicas de cerrar madeiras. As importações da Colônia eram quase sempre as mesmas, pólvora, chumbo e carne seca (FAIVRE, 1858). Dessa forma, percebemos que os sucessos obtidos em Thereza Christina foram muito mais significantes do que os eventuais fracassos. No ano de 1857, a população da Colônia Thereza Christina constava com aproximadamente 200 indivíduos de ambos os sexos, sendo 180 brasileiros. As colheitas desse ano superam a perspectiva de todos, entre a produção comercializada de aguardente, fumo, arroz e rapadura a Colônia obteve uma renda bruta de 10 mil contos de réis, um valor consideravelmente alto. Desses 10 mil réis, foram destinados 4 mil réis na compra de novas máquinas agrícolas e de novas terras. (CARVALAHES, 1857, p.56).

Após 10 anos da formação da Colônia Thereza Christina, podemos considerar que o objetivo estava sendo cumprido, as produções agrícolas abasteciam toda região. Faivre, nesse mesmo ano, solicitou ao governo provincial o empréstimo de “13 mil réis para a introdução de

---

<sup>81</sup> Os engenhos e os moinhos não eram comuns nas colônias neste período, eram poucos os lugares que possuíam estes maquinários.

38 colonos livres e 12 trabalhadores engajados por 4 anos para serviço da colônia” (CARVALAHES, 1857, p.58). Segundo o Vice-presidente da Província do Paraná, José Vaz de Carnalhaes:

Se é incontestável o progresso da colônia e o bem estar do seu pessoal, quase todo composto de gente do paiz, é também certo que, exclusivamente ocupados os colonos com os seus interesses individuais, pouco se póde esperar d’elles no que diz respeito aos interesses geraes do estabelecimento, como sejam abertura de novas estradas, construcção de pontes e edificação de casas para novos colonos, que por ventura se pretendesse mandar vir. Para isso entende o respectivo director ser indispensavel que tivesse elle a sua disposição 20 trabalhadores engajados, os quais seriam exclusivamente empregados em trabalhos d’esse genero (CARVALAHES, 1857, p.58-59).

Podemos perceber que Faivre buscou investimentos na contratação de mão de obra para formação da Colônia, ao contrário de outras colônias que utilizavam mão de obra escrava em prol da construção de obras públicas e na produção de alimentos. Motivo o qual nunca fez Thereza Christina entrar em crise por falta de mão de obra escrava. Além disso, outro fator que chamou atenção na citação é como o Vice-presidente percebeu o individualismo dos colonos, algo normal, porém, termos como “individualismo” não são apresentados em nenhum trabalho de estudo que envolve a Colônia Thereza Christina, pois é sempre lembrada como uma colônia pioneira do processo cooperativista do país. Também encontramos termos parecidos com esse, em outros relatórios presidenciais como: “cada colono tem sua propriedade e trabalha por sua propria conta” (VASCONCELLOS, 1854, p.58).

Como podemos observar, a Colônia Thereza Christina possuía - características originais para época. Além da utilização da mão de obra livre, contavam também com arado mecânico utilizado no processo da agricultura. Somente Thereza Christina e Curitiba contavam com tal modernização.

Por diversas vezes, buscou-se promover o incremento da produção e o emprego de técnicas modernas na Colônia. Em 1858, foi o primeiro ano que utilizaram o arado mecanizado. Pretendia se, com o emprego dessa máquina, revirar as terras com maior rapidez, ampliar a extensão de campos arados e facilitar a sementeira. Porém, assistiu-se, ao abandono do uso do instrumento, já que, segundo os colonos, nos terrenos montanhosos da região do Ivaí, não era possível locomover com agilidade aquela máquina (MATTOS, 1858).

Os investimentos em instrumentos de trabalho foram altos para Colônia, sem contar, a soma do pagamento do transporte da Europa ao Brasil e também o deslocamento pelas terras da provincial. Dinheiro mal gasto, pois faltou planejamento e informação sobre qual tipo de terreno melhor o arado se adaptava, esse maquinário era inviável para a terra do núcleo colonial.

O arado era pouco utilizado e aos poucos foi se enferrujando e tornou-se uma peça de exposição para os moradores que continuaram cultivando suas roças com técnicas compatíveis ao local (GUARAPUAVA, 1862)<sup>82</sup>.

As regras da Colônia eram da seguinte forma, todas as famílias deveriam ter seus quintais cercados e suas ruas deveriam estar sempre limpas, os caminhos das roças sempre deveriam ser feitos conforme a planta da Colônia, nada de atalhos. Os proprietários dos terrenos às margens dos Rios Ivaí e Ivaizinho deveriam proteger suas barrancas para não entrar animais, os colonos proprietários de animais deveriam mantê-los fechados em seus terrenos para evitar atritos com os vizinhos que não possuíam animais, os jogos de azar eram proibidos. Referente aos colonos que tinham crianças, todas elas deveriam frequentar a escola, e todos deveriam saber ler e escrever com oito anos de idade, caso contrário, seus responsáveis seriam multados (FAIVRE, 1858).

A cada colono que chegava era estabelecido que “no fim do segundo ano o colono deve ter plantado meio alqueiro de planta nos terrenos do rocio para pastos. No fim do mesmo prazo, deve ter plantado arvores enfrente as suas casas, as laranjeiras são oferecidas pelo diretor” (FAIVRE, 1858, S/P).

Segundo as normas, os colonos deveriam estar prontos para fazerem essas atividades e outros serviços de bem comum. No primeiro aviso, caso descumprissem as ordens do diretor, seria multado. Toda as multas cobradas em dinheiro poderiam ser transformadas em dias de trabalho em prol da Colônia (FAIVRE, 1858, S/P).

De certa forma, o diretor tinha controle sobre tudo. Era responsável por distribuir as terras concedidas para plantações, além também de fiscalizar “sobre tudo que se passa na colônia, como também o diretor de mandar as contendas entre os colonos, aplicar as multas e quando for preciso deve recorrer à força armada ou a justiça ordinária do país” (FAIVRE, 1858, S/P).

A Colônia reunia pessoas das mais diversas procedências, por isso era necessário que fossem aplicadas regras que norteassem o comportamento de todos, fixando de forma clara, os direitos e deveres dos integrantes.

Em 1858, existiam quarenta e três famílias na colônia Thereza, composta de duzentos e quarenta e quatro pessoas, sendo vinte e dois franceses (...) nove engenhos de cana, quatro alambiques, uma “fábrica de licores”, uma “fabrica de fumo”, olaria, forno de cal, moinho

---

<sup>82</sup> Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava. Informações ao Ministério da Agricultura. Guarapuava. Livro I, registro 46, 1862.

de atafona, máquina hidráulica de serras madeira, estando em vias de instalação uma outra, a vapor(...) (MATTOS. 1858, p.23).

Ano após ano, a população da Colônia foi aumentando, os nacionais representavam a maioria dos colonos. Segundo Faivre (1858), Thereza Christina receberá colonos de todas as nações tendo bons costumes e dispostos a trabalhar, assim toda família deve contribuir com a produção mínima do seu consumo:

Cada colono deve ter plantações em milho, feijão, mandioca e quanto bastar para o sustento de sua família, ou mostrar por um ofício, ou qualquer outro trabalho que poderá viver honrosamente, no caso contrario ficará suspeito de tirar do outro a sua subsistência e permanecendo nesse estado sera expulso da colônia. (FAIVRE, 1858, S/P).

Aos novos colonos que chegassem na Colônia caberia ao diretor “adianta os alimentos do primeiro ano, um lugar para agasalharse, ate ter feito seu primeiro rancho no lugar de sua casa, concedese lhe três meses para fazelo, apenas no terceiro para quarto ano, que o colono reembolsa a sua divida do primeiro ano” (FAIVRE, 1858, S/P). Podemos observar que essas normas representam bem o que foram as políticas de imigração utilizadas pelo governo Imperial do Segundo Reinado.

As propriedades de cada colono, estando lançado sobre o livro territorial da colônia, quem quiser seus título da propriedade pode adquirir com o diretor que o mandara fazer, mas deve pagar o trabalho do escrivão, todo dinheiro arrecado ira para os cofres da colônia, destinados ao serviço publico. Os colonos não podem vender suas propriedades e nem parte delas (FAIVRE, 1858, S/P).

Por meio das observações referentes aos relatórios de Faivre, pode-se afirmar que esse projeto fez parte das políticas de imigração do Segundo Reinado, pois várias colônias no mesmo período foram formadas por particulares<sup>83</sup> que possuíam normas parecidas com esta. O grande destaque da Colônia Thereza Christina, até então, era a utilização de mão de obra livre empregada em todos os setores da Colônia, principalmente na agricultura, pois faltou mão de obra para o trabalho agrícola. Referente ao ano de 1858, foram encontrados vários relatórios no Arquivo Público do Paraná, em que núcleos colônias se queixavam da falta de produtos alimentícios. A Colônia Thereza Christina não sentiu tal crise, porém os relatórios encontrados sobre esse assunto nos revelam que no ano de 1858 a Colônia sofreu não com a falta de produtos alimentícios, mas sim com uma grande enchente do Rio Ivaí e Ivaizinho.

---

<sup>83</sup> As colônias particulares foram denominadas aquelas que foram fundadas pelos proprietários das terras em que elas se situavam.

Em 1858, Faivre faz um relatório escrevendo ao Presidente da Província, Francisco Liberato de Mattos, sobre as enchentes ocorridas no rio Ivaí e Ivaizinho, originando grandes estragos para Colônia, levando nas correntezas toda parte de produção da vila como ferramentas, fornos, tachos e destruindo as olarias, engenhos e alambiques (FAIVRE, 1858). O estrago foi tão significativo que foram encontrados registros de queixas dessa enchente em vários relatórios de presidentes da província, até no ano de 1872 foram encontradas queixas sobre esse tópico. Em 1861, descreve o Presidente José Francisco Cardoso “sofreo ultimamente muitos prejuízos com a inundaçãõ proveniente de cheias do Ivay em 1858. (...) nunca se vio por aquelles lugares as aguas elevarem-se a tamanho altura efetuando tais estragos (CARDOSO, 1861, p.28). Doze anos depois do primeiro presidente escreve sobre as enchentes do rio Ivaí, o Presidente da Província do Paraná, Venancio Lisboa (1872), também chegou a comentar sobre o mesmo:

Uma extraordinaria enchente elevou as aguas do leito natural do rio a altura de 83 palmos, conduzindo com a impetuosidade de sua corrente uma excelente machina que movia o engenho de canna de assucar, pilões, moinho e alambique. Muitas casas sofreram inundações até o teto. Os celeiros da colonia, providos de abundantes colheita, foram presas das aguas, que tambem arrazaram 3 olarias e um forno de cal. O prejuizo causado foi avaliado pelo director em 10 mil réis (LISBOA, 1872, p.40).

Através desse panorama, podemos observar que os estragos proporcionados pela enchente do rio Ivaí em 1858 proporcionaram grandes prejuízos para Colônia, pois tais inundações afetaram principalmente a parte de produção e também as lavouras, fazendo com que o ano de 1858 se tornasse um ano de prejuízos.

No ano anterior da enchente, a Colônia se encontrava em boas condições de desenvolvimento, as plantações e as colheitas acontecendo no momento certo e sem grandes quebras, o excedente da rapadura, aguardente, fumo e arroz, estavam sendo exportados.

Em 1858, no mesmo ano da enchente, Jean-Maurice Faivre, seu fundador e então diretor da Colônia, faleceu às 8h00 da manhã em 31 de agosto, aos 63 anos de idade, após 11 anos como diretor da Colônia.

Aos trinta dias do mês de agosto do anno de mil oitocentos e cincoenta e oito, falleceo da vida presente João Mauricio Faivre, natural da França, Doutor em Medicina, de mais de sessenta anos de idade, viúvo. Não recebeo infelizmente o sacramentos da hora extrema, por ter sido o seu falecimento na Colonia Thereza do Ivahy (da qual era fundador e director) distante desta Matriz dezoito léguas, no interior do sertão, por péssima estrada; ocasionando isto o não ter-se dali mandado chamar Sacerdote para esse acto. No trigésimo dia de seu falecimento farei os sufrágios por sua alma. Seu corpo foi sepultado no Cemiterio que existe na referida Colonia. Do que para constar faço este assento, que assigno (D'ARAÚJO, 1858, p.57).

No dia seguinte do sepultamento de Faivre, o novo diretor<sup>84</sup> envia um ofício destinado ao Presidente da Província comunicando a fatalidade “Hontem faleceu pelas oito horas da manhã, de uma grave doença, o Dr. Jean-Maurice Faivre, digno diretor desta Colonia. Hoje tiveram lugar os singelos funerais que lhe fizeram os habitantes desse lugar, penetrados de profundo sentimento (...)” (RUMBELSPERGER, 1860, S/P).

No mesmo ofício, Rumbelsperger sugere ao governo autorização para a admissão de novos colonos, conserto das estradas, construção de uma subdelegacia de polícia e o envio de um sacerdote, tudo muito necessário para que “a Colônia Thereza não sucumba como o seu infeliz e honrado Diretor”. (RUMBELSPERGER, 1860, S/P). O governo provincial percebeu os riscos da Colônia se aniquilar de uma vez por todas, preferiu aceitar as propostas de Rumbelsperger que conseguiu do governo inúmeras providências, tais como:

1) criação de uma subdelegacia e Juiz de Paz Distrital para dar força moral aos colonos; 2) A permanência de um destacamento policial ali estacionado; 3) remoção para a colônia de um toldo de índios mansos de Palmas; 4) concessão de 10 africanos livres<sup>85</sup> para o trabalho de abertura de caminhos e outros quaisquer serviços da Colônia; 5) finalmente, o pagamento das despesas feitas até 1 de julho de 1858, em que cessou o auxílio concedido ao Dr. (CARDOSO, 1860, p.62).

A citação faz parte do relatório do Presidente da Província, Francisco Cardoso (1860), que continua descrevendo os avanços da Colônia. Mesmo com as enchentes de 1858 e com a perda de seu principal líder político, Thereza Christina continuou sendo referência da produção de alimentos.

A produção agrícola da Colônia, em 1862, foi de 800 molhos de rapadura, 200 medidas de melado, 6 mil medidas de aguardente, 3 mil alqueires de arroz, 1.200 alqueires de cal e 150 arrobas de fumo. Segundo o Presidente da Província, Antonio Barbosa Gomes Nogueira, a agricultura da Colônia estava prosperando, cultivando-se especialmente cana, café e tabaco. Sua população também estava aumentando com aproximadamente 289 indivíduos compostos de ambos os sexos (NOGUEIRA, 1862).

---

<sup>84</sup> A colônia passou a ser governada por Gustavo Rumbelsperger (1814-1892). Rumbelsperger era francês, nasceu na província da Jura. Estudou em “Ecole impériale des Arts et Métiers”, modelo de escola criado por Napoleão a fim de dar técnicas de engenharia. Em 1831, muda-se para o Brasil, no qual permaneceu durante seis anos e, em seguida, muda-se para os EUA para estudar engenharia, retornando ao Brasil em 1840 para trabalhar como engenheiro naval na marinha da Corte. Depois de alguns anos, D. Pedro II atribuiu que Gustavo fosse trabalhar na Província do Paraná, para auxiliar Faivre em um empreendimento.

<sup>85</sup> Segundo o Presidente José Francisco Cardoso, a Colônia Thereza Christina era um dos poucos vilarejos que no ano de 1860 utilizava mão de obra assalariada para os negros emancipados (PARANÁ, 1860).

O Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira reconheceu que a Colônia estava prosperando sob a direção de Gustavo Rumbelsperger, pois estava conseguindo negociar toda sua produção somente com Guarapuava.

Referente à educação das crianças na Colônia, o presidente se mostra surpreso, “existem nella duas escolas<sup>86</sup> para ambos os sexos com professore nomeados pelo governo, e uma particular para o sexo feminino onde se leciona francês, desenho e vários trabalhos com agulha” (PARANÁ, 1862, p. 95). O Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira buscou entender o porquê aquela colônia não conseguia se desenvolver, justifica que “a principal necessidade, no meu entender, para desenvolvimento desta colônia, seria a factura de estradas regulares que a ligassem a Ponta Grossa e a Guarapuava” (PARANÁ, 1862, p. 95). Faivre e Rumbelsperger, ambos os presidentes, também reconheceram que seus maiores desafios eram com a manutenção das estradas, pois queixavam dos excessivos gastos com a conservação de estradas.

Algo que nos chamou atenção nesse relatório do Presidente da Província Antonio Barbosa Gomes Nogueira foi sobre o descontentamento de Rumbelsperger com autoridades de Guarapuava, chegando a exigir do presidente da província a emancipação de seu território de Guarapuava e preferindo anexação a Ponta Grossa (NOGUEIRA, 1863). Provavelmente, esse descontentamento de Rumbelsperger refere-se aos avanços de grandes proprietários de terras sobre as áreas rurais da Colônia, pois aquelas terras estavam ganhando valor.

Attento o elevado preço dos generosa alimenticios neste lugar. Commercio e industrias: - consiste a industria e commercio do municipio em crearem os fazendeiros seus animaes e exportarem para outros pontos onde vão vender, alem deste, já é bastante importante o commercio de animaes que da provincia do rio grande importa-se pela estrada que passa por esta villa.tambem vende-se aqui generos alimenticios, existem muitas lojas de fazendas seccas. E muitas tabernas. Da colonia thereza ja se faz importação de rapadura, mellado, arroz, e aguardente que ali fabricão seus habitantes (GUARAPUAVA, 1859, p. 61)<sup>87</sup>.

A Colônia Thereza Christina contava com 18 sítios de produção agrícola, boa parte dos produtos eram comercializados por bons preços para os tropeiros que ocupavam toda região dos campos gerais (GUARAPUAVA, 1862). A partir da análise do relatório de 1870, encontrado na Câmara Municipal de Guarapuava, identifica-se que havia no período um intenso

---

<sup>86</sup> Naquele período, quando houvesse quantidades suficiente de alunos, abria-se uma escola feminina e outra masculina. Nas escolas femininas também se aprendiam costura, bordado e pinturas.

<sup>87</sup> GUARAPUAVA. Registro de ofício da Câmara Municipal de Guarapuava. José Francisco Cordeiro. Livro de expedição I, 1859.



fluxo de pessoas na vila de Guarapuava. Esses tropeiros passavam por ali, pois eram eles que cuidavam dos grandes rebanhos de gado que eram destinados a Sorocaba-SP.

Cacula-se em mais de trina mil o número de animais que passam por essa comarca, e vão até a feira de Sorocaba (...), neles ficam boa parte dos animais esperando tempo da feira do que resulta ao comércio grande vantagem aumentando bastante o estado monetário, com que tem afluído bastante negociantes na praça” (GUARAPUAVA, 1870, S/P).

A elite paulista apoiava o desenvolvimento daquela região para facilitar a viagem dos tropeiros e também para que tais moradores também pudessem investir na criação de gado, evitando viagens longas, pois o desenvolvimento da pecuária em regiões próximas de Sorocaba diminuiria os custos da viagem.

No ano de 1865, o governo Imperial buscou informações sobre o rio Ivaí e também sobre as estradas que ligavam o litoral paranaense ao seu interior. Os governantes da Província do Paraná não souberam descrever sobre o real estado das estradas que ligavam o litoral a Thereza Christina e muito menos sobre a navegabilidade do Rio Ivaí (FLEURY, 1865).

O interesse do governo Imperial nessa região era devido ao Brasil, nesse período, encontrar-se em estado de guerra contra o país vizinho, Paraguai. Esse interesse era justificável visto que o rio Ivaí desemboca no rio Paraná obtendo um amplo acesso a terras paraguaias. Em níveis práticos, o governo Imperial tinha interesse em mandar suplementos através do rio Ivaí e Thereza Christina, provavelmente, seria usada como base de apoio.

O governo provincial não possuía tal estrada. Escreve ao império que seria muito importante tal feito “temos ainda mais de estabelecer uma comunicação entre o litoral e a Colônia Thereza por meio de uma estrada que atravessava o centro da província, podendo ser ao mesmo tempo de notável utilidade para os diversos municípios de serra acima (FLEURY, 1865, p.29). Rapidamente, o governo Imperial pede ao presidente da província que se busque solução para tais feitos, pois essas obras seriam utilizadas para transportar suplementos para os brasileiros que se encontram em conflito com o Paraguai.

O governo provincial realizou um acordo com Gustavo Rumbelsperger então diretor da Colônia Thereza Christina. Ele deveria fazer uma expedição detalhada sobre o rio Ivaí, chegando a receber 700 réis por mês para essa exploração.

O governo tinha interesses em descobrir se o Rio Ivaí poderia comportar a navegabilidade de navios a vapor, caso fosse possível, seria muito importante para o império. Essa expedição foi pedida ao diretor da Colônia em 8 de abril de 1864, ele foi orientado para observar:

A extensão do rio a partir da colônia Thereza até sua confluência (...), sondagem do rio principalmente nos pontos baixos, suas cachoeiras e corredeiras, sinuosidades de seu curso. (...). deverá o explorador consignar também a largura do mesmo rio, o volume cubico de suas aguas, ao menos nas aguas medias, estação em que foi determinado que se procedesse exame; natureza do leito; embaraço que podem servir de obstaculo, indicando o meio de removel-os com o orçamento das quantias necessária para as obra. Visto como o rio corre por um sertão infestado de índios, devera descrever ainda as tribos que encontrar, das qualidades das terras (...) (FLEURY, 1865, p.31).

A Guerra do Paraguai trouxe indagações sobre a necessidade de navegação do rio Ivaí, pois esse projeto de ligar o litoral e o interior tinha por objetivo estabelecer um caminho mais rápido e eficiente com a fronteira paraguaia.

Passados alguns dias, o Presidente da Província do Paraná, André Fleury (1865), foi informado pelos seus assessores que suspendera a consignação mensal de 700 réis designada ao Gustavo Rumbelsperger por ele não ter dado começo a expedição de observação do rio Ivaí no prazo de seis meses. Com isso, o presidente da província buscou contratar profissionais para essa atividade, “poderá carregar o exame da navegabilidade do Ivahy a profissionais, que façam o estudo também no sentido de adaptar o rio a navegação a vapor ou a sirga; ficando a cargo do diretor da Colônia Thereza a outra parte da comissão” (FLEURY, 1865, p.31). Nesse caso, Gustavo Rumbelsperger ficou responsável para manutenção da estrada que ligava a Colônia Thereza Christina a Ponta Grossa.

No relatório do Presidente da Província, Venancio Lisboa (1872), faz duras críticas a Gustavo Rumbelsperger, dizendo que ele não teve interesse em efetuar as reformas na estrada entre Ponta Grossa e a Colônia Thereza Christina, e que o dinheiro destinado para tais melhorias foram bloqueados pelo governo provincial. Segundo ele, “perdeu a colonia a ocasião de possuir uma estrada de rodagem, com 30 palmos de largura e nos lugares de mato com 60 de descortinamento, lendo o leito de 20 palmos limpos e de fácil transição” (LISBOA, 1872, p.49).

Os contratados para fazer a expedição do rio Ivaí foram os engenheiros José e Francisco Keller. Os mesmos pedidos que foram feitos para Gustavo Rumbelsperger observar, também foram exigidos da mesma forma para os irmãos Keller, porém com mais detalhes. Também pediram algo que não pediram ao Rumbelsperger, a observação de lugares mais apropriados para serem formadas novas colônias agrícolas, militares e aldeamento de índios.

Segundo o relatório dos irmãos Keller<sup>88</sup>, há lugares críticos para navegações de grande porte principalmente na região próxima a Colônia Thereza Christina. A melhor época do ano para realizar as navegações seria nas estações chuvosas, pois as embarcações poderiam percorrer todo o curso do rio sem encontrar grandes dificuldades. Descreve que “foram oito lugares diferentes, nos grandes saltos e até nas cachoeiras e corredeiras tivemos de descaregalas completamente, e depois de havermos passado por terra carga e canoas, embarcamos tudo de novo (FLEURY, 1866, p.4). Para o Presidente André Fleury (1865), tornar o Rio Ivaí navegável seria importante para os interesses do Império, pois diminuiria o trecho que ligaria Curitiba ao Mato Grosso em 30 léguas em relação à difícil via fluvial de Tibagi.

A realização da expedição dos irmãos Keller no Rio Ivaí e o conflito da Guerra do Paraguai<sup>89</sup> (1864-1870), conseqüentemente utilizaram Thereza Christina como rota para tais regiões de conflito, fazendo com que aumentasse o fluxo populacional, com isso aumentou-se também o tamanho demográfico da Colônia. Em 1867, “sua população é de 444 pessoas 251 do sexo masculino e 193 do sexo feminino. Nos anos de 1865 e 1866, a população teve um aumento de 102 pessoas. Possui a colônia 103 edifícios, sendo 73 no núcleo urbano e 30 pretendente ao núcleo rural” (BURLAMAQUE, 1867, p.63).

A casa grande foi construída pelo Dr. Faivre, habitada por ele e outros diretores da colônia sucessivamente. Comparada com outras casas da Colônia era uma verdadeira mansão, com andar superior e janelas com vidraças (...). Num dos quartos superiores, estavam reunidos, ou melhor, espalhados em desordem grande variedade de objetos, especialmente de natureza científica, na qual não esperávamos encontrar nestes confins (...). Alguns impressos e gravuras, contendo instruções de engenharia francesa, harmonizavam bem com uma coleção de modelos de máquinas a vapor e peça de maquinismos. Além de grande microscópio, havia um aparelho de destilar, várias retortas, lunetas, vidros contendo ingredientes químicos de muitas espécies, uma grande bússola magnética, peças de instrumento de nivelar, um teodolito pequeno e aparentemente perfeito, todos cobertos de poeira acumulada de muitos anos. (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 168-169).

No ano de 1867, o presidente da província, Polidora Cezar Burlamaque, queixa-se da negligência de informação que o diretor tem se negado a relatar sobre a Colônia. O presidente continua argumentando que muito dinheiro foi investido naquela região e que, naquele momento, ele não tinha nenhuma informação sobre a Colônia. Em 1869, o presidente Antonio Augusto da Fonseca também demonstra a falta de informação sobre a Colônia Thereza

<sup>88</sup> Os irmãos Keller fizeram extenso relatório sobre a navegabilidade do Rio Ivaí, foram bem detalhistas, chegaram a fazer até mesmo uma planta do Rio Ivaí desde Thereza Christina a Villa Rica (PARANÁ, 1866).

<sup>89</sup> Segundo Bigg-Wither (1872-1875), vários homens da Colônia Thereza Christina serviram a força armada contra a Guerra do Paraguai.

Christina, segundo ele “a existência da administração colonial nesta povoação é completamente inútil (...) o director obteve 45 dias de licença para ausentar-se da província, não consta ainda que voltasse” (FONSECA, 1869, p.16). Gustavo Rumbelsperger não retornaria mais à colônia, sua última informação sobre a Colônia Thereza Christina foi no dia 06 de dezembro de 1868 sobre o seu tamanho demográfico. Ele afirma que “consta que a população da colonia elevava-se a 445 pessoas, assim classificado como brasileiros, franceses, portugueses e alemães” (LISBOA, 1872, p.50).

Dessa forma, nem todas as colônias possuíam o mesmo quadro administrativo. Geralmente, os diretores considerados “bons” com capacidades profissionais e morais, poucos permaneciam como diretor das colônias, porque facilmente encontravam outros trabalhos que lhe proporcionavam melhores condições socioeconômicas. Em novembro de 1869, o governo provincial concedeu a demissão que solicitou o diretor da Colônia Thereza Christina. Segundo o presidente:

Não tenho este cargo substituto legal e não convindo, que continuasse acephala a direcção de um estabelecimento tão importante e com o qual tem o Estado despendido sommas avultadas, accrescento ainda ser urgente arrecadar e inventariar o que alli existe de propriedade da colonia, afim de evitar descaminho e consequentemente prejuizo a fazenda (CARVALHO, 1870, p.41).

Segundo o vice-presidente da província do Paraná, Agostinho Leão, o diretor convocado para assumir o cargo de Gustavo Rumbelsperger foi Juscelyo Augusto Morocines Borba, nomeado pelo governo Imperial. Em seu primeiro relatório como diretor da Colônia Thereza Christina, pede com urgência que resolva a questão do título das terras da colônia: “a urgente necessidade de ser regularizada a distribuição dos lotes de terra aos colonos e solicito a nomeação de um agrimensor para desempenhar essa comissão” (LEÃO, 1870, p.22).

Em 1872, o cultivo agrícola da colônia não se encontrava mais como antes, segundo o relatório do presidente da Província do Paraná Venancio José de Oliveira Lisboa (1872). Ele descreve que a produção agrícola da colônia permanece, porém “em pequena escala, a cana de assucar, o café, o fumo, o algodão, a mandioca, prestando-se o terreno, pela sua espantosa fertilidade, a toda especie de cereais” (LISBOA, 1872, p.47).

Portanto, através dos relatórios dos presidentes da Província do Paraná podemos fazer um panorama dos aspectos gerais da Colônia Thereza Christina. Podemos observar nos primeiros relatórios estudados o real motivo do lugar escolhido para a formação da colônia. Segundo o primeiro presidente da província: “Thereza foi collocada a margem de um rio navegável, que se lança no Paraná, quase em fase de embocadura do Yvinheima do Mata-

Grosso, oferecendo assim humas commodas via fluvial” (VASCONCELLOS, 1854 p.57). Por meio destas observações, compreendemos também que, nos últimos relatórios estudados, existe o descontentamento por parte dos diretores da Colônia Thereza Christina em relação ao uso e posse da terra. Em 1863, Gustavo Rumbelsperger, solicita ao presidente da província a emancipação da colônia de Guarapuava, futuramente outros diretores desejam que o governo provincial tome alguma atitude em relação à titulação das terras da colônia, pois estava ocorrendo um avanço dos grandes latifundiários nas propriedades da colônia. Dessa forma, os estudos por meio desses relatos provinciais nos ajudam a pensar a história da Colônia Thereza Christina que não está muito presente nos manuais e nos livros, sobretudo nos mais tradicionais sobre esse tema.

### **3.2.2 A escassez alimentícia na Província do Paraná**

No século XV, os portugueses exploraram a África, utilizando os africanos como escravos quanto mão de obra em suas ilhas no Atlântico. No Brasil, os escravos africanos chegaram para substituir a mão de obra indígena nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste e posteriormente na mineração e lavouras do Sudeste. Na América portuguesa, os africanos foram tratados como simples mercadorias, sendo comprados ou vendidos conforme a vontade do seu senhor.

Finalmente, em 1850, foi extinto o tráfico Atlântico de escravos africanos, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz. Os efeitos desta lei logo se fez sentir, especialmente no aumento considerável do preço dos cativos, consequência da diminuição no volume de escravos que passaram a desembarcar na costa brasileira devido às constantes fiscalizações inglesas.

Nesse momento, o café era o produto mais valorizado do país. Sobre o plantio do café, Emília Viotti da Costa (1998), dá a seguinte explicação:

O plantio de café foi estimulado pela solicitação crescente do produto, por parte dos países europeus, principalmente depois de cessadas as convulsões político-econômicas provocadas pelas guerras napoleônicas e pelo Bloqueio Continental. (...) A partir de então o café conquistou novas áreas nas regiões fluminenses. À medida que o seu valor crescia, dentro do quadro da economia nacional, o interesse pelo seu plantio aumentava (COSTA, 1998, p. 21).

Esse modelo de produção exigia grande escala de mão de obra. Com o decreto da Lei Eusébio de Queiroz (1850), a situação dos fazendeiros de café de São Paulo se complicou, pois

acentuou a escassez de mão de obra em quase todas as províncias do Brasil. Tal situação levou os fazendeiros paulistas a comprar escravos de outras regiões, sobretudo das vizinhas províncias (WACHOWICZ, 1988).

Com a declaração do fim do tráfico negreiro, em 1850, resolvia-se um problema, mas criava-se outro, afinal o fim do tráfico não significou o fim do regime escravista embora tenha sido dado um importante passo nessa direção. Ademais, a demanda por mão de obra escrava continuava principalmente nas áreas de expansão da lavoura cafeeira do sudeste brasileiro. A diferença é que a partir de então, a mão de obra não poderia mais vir do outro lado do Atlântico como antes.

O recurso dos grandes cafeicultores passa a ser o mercado interno de cativos, provocando uma rearticulação interna da escravidão. O tráfico interno tornou-se mais evidente nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, regiões que passaram a ter uma maior concentração de cativos. Referente a outras regiões, podemos dizer que começavam, então, a aceitar e a implantar o trabalho livre denotando maior desapego ao regime escravista.

A falta de mão de obra nas províncias periféricas acarretou uma crise de produtos alimentícios. Segundo Altiya Pilatti Balhana (2002), os escravos do Paraná eram responsáveis por todos os setores produtivos da província, não estavam apenas concentrados no litoral, mas no primeiro e no segundo planaltos paranaenses.

A utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade paranaense, desde a mineração, agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos e diferentes artesanatos e ofícios rurais e urbanos, e mesmo a funções de administração conforme numerosas fontes documentais existentes. (BALHANA, 2002, p. 227).

Os escravos no Paraná estavam envolvidos em atividades agrícolas, então quando vendidos aos fazendeiros paulistas, a produção de alimentos começou a diminuir e a afetar o abastecimento. O resultado prático desse contexto foi um aumento do custo de vida para a população paranaense, pois os produtos alimentícios chegaram a subir 200% em 1852 (WACHOWICZ, 1988).

Dessa maneira, diminuí o número de escravos no quadro populacional do Paraná, ocorrência que, por sua vez, propiciou a entrada de novos contingentes populacionais trazidos pelo fluxo imigratório que se intensifica no Brasil motivado, principalmente, pela escassez de mão-de-obra na agricultura, tanto de exportação, como na de subsistência. Na verdade, a mobilização da escravidão pela lavoura paulista de café, desfalcou o meio rural brasileiro de mão-de-obra, de tal maneira que comprometeu todo o Sistema de abastecimento de gêneros alimentícios, ocasionando a falta e a elevação dos preços dos mesmos. A vinda de “colonos morigerados e laboriosos”

passou a ser considerado como único meio adequado para solucionar o problema de crise de escassez e carestia de produtos agrícolas. (BALHANA, 2002, p. 232).

O estímulo de novas colônias na década de 1850 visava recuperar o abastecimento do mercado interno de alimentos. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, “(...) a carestia dos gêneros de alimentação torna-se tema de todos os relatórios dos presidentes de província durante os anos cinquenta (...)” (HOLANDA, 1980, p. 25). A partir da segunda metade do século XIX, esse mercado interno passou a ser visto com outra ótica, pois até então, a economia imperial era voltada ao mercado das *plantations*, desprezando a importância da comercialização e articulação do mercado.

Sobre a escassez alimentícia, evidencia-se um movimento contrário a esse na Colônia Thereza Christina, atribui-se como fator diferencial a mão de obra livre, que proporcionava uma condição favorável de produção de alimentos. A Colônia Thereza Christina (1847) foi formada com características desta mão de obra livre, diferente das demais regiões do país que utilizava mão de obra escrava. Apesar de todas as dificuldades que os colonos encontraram naquele ambiente, a Colônia Thereza Christina passou a aprimorar as técnicas agrícolas, aderindo um modelo de mão de obra livre, o que a fez, entre os anos de 1850 a 1870, uma exportadora de produtos alimentícios para regiões vizinhas. Esses produtos, além de utilizados para autoconsumo da colônia, eram comercializados em mercados da região (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1870).

Portanto, em contraste com toda Província, a colônia Thereza Christina não se encontrava em crise com produtos alimentícios, pois tinha um sistema antiescravista que contribuiu para que não houvesse crise no setor agrícola da colônia, pois nela existia um sistema de mão de obra livre em que todos trabalhavam sem exceção. Segundo Faivre (1858), “os escravos são proibidos na colônia Thereza, e todos os escravos acompanhados com seus donos dentro da colônia ele não tem a obrigação de servi-lo (...)” (S/P).

A carta encaminhada por Faivre ao Francisco Liberato de Mattos, Presidente da Província do Paraná no ano de 1858, explica que na colônia todos trabalhavam sem exceção. Todas as famílias eram responsáveis pela produção de alimentos que no mínimo dessem para sua subsistência, caso isso não acontecesse pagariam multas. Tudo que era colhido na colônia era armazenado, cada indivíduo retirava os grãos que achava necessários para sua alimentação, visto que o suspeito que consumia mais que produzia, era expulso da colônia.

Cada colono deve ter plantações em milho, feijão, mandioca e quanto bastar para o sustento de sua família, ou mostrar por um ofício, ou qualquer outro trabalho que poderá viver honrosamente, no caso contrario ficará suspeito de tirar do outro a sua subsistência e permanecendo nesse estado sera expulso da colônia. (FAIVRE, 1858, S/P).

Os colonos destinados a Colônia Thereza Cristina formavam um tipo específico de sistema, o de colônias agrícolas, subsidiadas pelo governo provincial e sua produção tinha como destino o abastecimento do mercado interno. Os recursos utilizados para atrair novos colonos eram através da aquisição de uma propriedade, a localização de lotes previamente divididos e demarcados em núcleos coloniais constitui-se sempre em forte fator de “atração” aos indivíduos. Ao chegarem à colônia, deveriam assinar um contrato e seguir as diretrizes dadas pelo seu diretor.

Podemos perceber através das fontes que a colônia Thereza Christina possuía rígidos preceitos em relação ao trabalho, talvez, fator decisivo para não faltar produtos alimentícios na região. Os aspectos dotados pela colônia ilustram bem a teoria de Sergio Buarque de Holanda (1980), em que a falta de produtos alimentícios ocorreu devido à falta de mão de obra escrava nas lavouras. Como Thereza Christina era antiescravista, não presenciou tal crise.

Em 1857, Faivre manda uma carta comunicando ao Presidente Municipal de Guarapuava que recebeu uma carta do Presidente da Província, Francisco Liberato de Mattos, perguntando sobre as faltas de produtos alimentícios que estavam ocorrendo em toda Província, e quais os motivos que ali era uma exceção de todo Estado. Faivre não sabe explicar o porquê de tal crise, apenas esclarece que a crise ainda é desconhecida em sua colônia, pois nela todas as famílias estão consumindo normalmente os alimentos.

(...)foi hontem somente que eu tive conhecimento da circular do Governador da Província enviado por V.S ao Diretor desta Colônia, perguntando quais as causas da elevação dos preços dos gêneros alimentícios(...). A carestia hem geral nos grandes como nos pequenos mercado aqui estes gêneros não tem faltado, todos comem. (...). (FAIVRE, 1857, S/P).<sup>90</sup>

Dessa forma, a falta de mão de obra escrava não afetou diretamente a produção na colônia. O Presidente da Província, Francisco Liberato de Mattos, procurou entender sobre os motivos reais desta alta produção, pois mesmo sem mão de obra escrava, a Colônia destacava-se e fornecia produtos alimentícios nas regiões de Guarapuava e Castro entre 1850 a 1870 como mostra reportagens do Jornal Dezenove de Dezembro: “na colônia Thereza; (...) produz trigo, café, centeio, canna de assucar, algodão e o arroz de que se abastece em grande quantidade

<sup>90</sup> Arquivo Público do Paraná Ap 54. Vol 2. p. 5, 1857.



Guarapuava e a comarca de Castro” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1870, p.2). Portanto, a questão da ausência de mão de obra do século XIX tornou-se tema que exigia solução, cada vez mais urgente, em todo o Brasil. Segundo o Presidente da Província José Francisco Cardoso (1860):

Desde que o governo imperial e o paiz se empenharam com afinco na repressão do illicito trafico de escravos, e que consequentemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante commercio, as vistas de nossos lavradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a única esperança que lhe restava, contra a decadencia da produção agrícola (CARDOSO, 1860, p.60).

Na Província do Paraná, a elite política não raro manifestava seu desagrado pela pouca laboriosidade do trabalhador brasileiro, o que tornava a presença do imigrante imprescindível ao desenvolvimento e progresso da província. Opondo-se a esta visão, Gustavo Rumbelsperger (1860), diretor da Colônia Thereza Christina, situava entre os méritos dos colonos nacionais o desbravamento das florestas “virgens”, onde abriam caminhos que, depois, permitiriam aos estrangeiros mais facilmente adentrar em território provincial para colonizá-lo. Conclui que, no caso desta colônia, são os nacionais que estão garantindo o abastecimento dos mercados com todos os gêneros de subsistência.

Dessa forma, temos que valorizar a mão de obra dos “nacionais”, pois boa parte da historiografia que trouxe rápidos comentários sobre a Colônia Thereza Christina sempre valorizou os feitos pela mão de obra do imigrante francês. Percebemos que através dos relatórios dos Presidentes da Província e do diretor da colônia podemos concluir que a mão de obra dos “nacionais” também foi importante para o desenvolvimento da colônia, como também, do mesmo modo, como os imigrantes franceses foram importantes.

É importante ressaltar que a abolição dos escravos no Brasil somente aconteceu com a promulgação da Lei Áurea em 1888. Desde o fim do tráfico de escravos em 1850, a mão de obra cativa foi se tornando cada vez mais escassa. Para Gnaccarini (1980), à medida que os anos foram se passando, as áreas que ainda concentravam importante contingente de trabalhadores cativos entraram em crise, ao passo que outras nas quais as relações de trabalho livre já estavam desenvolvidas seguiram em franco crescimento. Contudo, o autor destaca que os proprietários da agricultura, que por décadas já haviam introduzido a figura do trabalhador livre, desfrutaram de uma destacada prosperidade (GNACCARINI, 1980).

Dessa forma, em escala local, podemos compreender o destaque da produtividade na agricultura da Colônia Thereza Christina, que está diretamente relacionada à utilização pioneira de mão de obra livre.

Portanto, durante os anos de 1850 e 1870, Thereza Christina foi grande produtora de alimentos, abastecendo boa parte da região. A solução para crise alimentícia naquele período foi a utilização da mão de obra assalariada, fazendo com que a produção agrícola fosse produzida de forma normal, ao contrário de outras regiões que utilizavam mão de obra cativa.

### **3.2.3 A posse e uso da terra na Colônia Thereza Christina**

Podemos perceber através dos documentos analisados na Câmara Municipal de Guarapuava, que o município em 1849 já havia demarcado suas divisas, e que a Colônia Thereza Christina passou a pertencer ao município de Guarapuava em 1849. Pela Lei nº 14, podemos ressaltar que nesse período já havia um interesse real por parte dos governantes de Guarapuava pelas terras da Colônia Thereza Christina.

Pelo rio dos Patos (Ivahy), até o rio Paraná; por este até confinar com a república; de corrientes e dalli, atravessando o sertão a procurar o Uruguai e, por este acima até e além das fronteiras dos Campos de São João, procurando dali o Porto da União, no Iguassu e, no mesmo rumo, o mencionado rio dos Patos, ficando anexo a este o território da Colônia Thereza, sita além do já referido Ivahy (GUARAPUAVA, 1849, S/P).

A pedido do Dr. Faivre, membros da Câmara Municipal de Guarapuava realizaram a sessão extraordinária de 22 de janeiro de 1855 para anexar a jurisdição de Thereza Christina a esse município. Portanto, somente em 1855 a colônia passou a pertencer em definitivo ao município de Guarapuava.

As des horas da manhan achando-se presentes no paço da câmara os senhores vereadores – Rocha Loures, Lima, Moreira, Alves de Araujo, e Santos, o senhor Presidente abriu a sessão e declarou que o motivo do presente reunião era para o fim de se levar ao conhecimento do excellentissimo Governo Provincial uma representação, uma que pede, digo uma representação do Dr. Faivre, em qual pede para anechar-se a este municipio a collonia Tereza, da qual é director a câmara nesta dacta tudo leva ao conhecimento do mesmo excellentissimo governo, e por não haver mais oque tractar o senhor Presidente encerrou a presente reunião (LIMA, 1855, p.36).

No relatório do Vice-presidente da Província, Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1856, podemos perceber que as autoridades passaram a reconhecer que a Colônia Thereza pertencia ao município de Guarapuava: “a colônia Thereza comunicar-se com a vila de

Guarapuava, em que o município pertence, em virtude da lei provincial n.26 de 10 de março 1855” (ROHAN, 1856, p.46). O território de Guarapuava passava a fazer fronteira com os atuais Estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, originando uma área de 175 000 quilômetros quadrados (GUARAPUAVA, 1849)<sup>91</sup>.

Com anexação das terras da colônia com a vila de Guarapuava, os colonos passariam a receber a visita de sacerdotes que acreditavam ser muito importante para seu bem-estar. Já Guarapuava pagaria menos tributos na importação de produtos agrícolas da colônia, pois aquelas terras pertenciam ao seu distrito. Esses fatores resumem o interesse de ambas as partes para anexação dos territórios, com isso, Guarapuava passou a consumir mais produtos da colônia o que acelerou seu desenvolvimento.

No ano de 1857, já se pode perceber que a Colônia Thereza Christina não era um pequeno amontoado de cabanas, sem ruas traçadas e sem um plano preestabelecido de urbanização. Nesse ano, Thereza Christina arrecadou uma quantia de 10 mil réis na venda dos seus produtos agrícolas.

Buscamos comparar a rentabilidade anual da Colônia Thereza Christina com as demais colônias na Província do Paraná para termos melhor entendimento sobre o tamanho da sua rentabilidade naquele ano. Enquanto Thereza Christina obteve uma rentabilidade anual de 10 mil réis, a Colônia Superaguy obteve uma soma anual de 4735 réis, ou seja, menos da metade da renda. Sem falarmos que a população da Colônia Thereza Christina era inferior à população da Colônia Superaguy que possuía 403 indivíduos comparados a 244 indivíduos da Colônia Thereza no ano de 1858, ou seja, possuíam menos mão de obra, mas sua produção era maior.

Com toda essa importância, Thereza Christina já começava a tomar ares de vila, atraindo outros emigrantes da região. Até que, em 1858, a colônia foi atingida por uma forte enchente que a destruiu quase por inteira, e aos poucos foi se reconstruindo novamente. Seu maior desafio não foi referente aos danos causados pela enchente, mas sim pelo interesse dos grandes proprietários de terras, que buscavam avançar suas propriedades perante as terras da colônia.

Por meio dos documentos avaliados na Câmara Municipal de Guarapuava, a partir de 1861 fica evidente a pressão, cada vez mais intensa, para que se formassem lavouras de grande porte e não mais aquelas desenvolvidas em pequenas áreas (GUARAPUAVA, 1861). O vereador da “Vila de Guarapuava”, Joaquim José Lacerda, alegava que possuía, ainda, terrenos, no lugar onde se instalou a Colônia Thereza Christina, cuja extensão não sabia ao certo

---

<sup>91</sup> Com o passar dos anos, o território de Guarapuava sofreu diversas alterações, inúmeros desmembramentos foi dando origem a muitos outros municípios.

descrever (CORDEIRO, 1859). As terras que Joaquim declarava como suas eram áreas que tinham se valorizado muito em um curto espaço de tempo, pois com a formação da Colônia Thereza Christina (1847), ocorreu a ampliação das explorações de trajetos para interiorização do território pelo Rio Ivaí.

Não era qualquer fazendeiro que podia se declarar detentor de “suas” áreas que desde 1847 vinham sendo colonizadas por colonizadores brancos. Sem dúvida, Joaquim José Lacerda utilizou seu passado e sua posição política para reforçar seus argumentos. Joaquim descreve que comprou tais terras de Antônio de Sá Camargo<sup>92</sup>, seu amigo e um dos homens mais influentes da região naquele momento, ou seja, com poder e boas relações, alguns senhores locais iam se apropriando das melhores terras.

Nesse período, buscou-se construir novas práticas de cultivo voltadas para grandes produções. O pequeno sítio era visto como um atraso para esse novo processo agrícola, pois muitas vezes se localizava-se em terras cuja produção poderia ser muito maior. A ideia dos governantes locais era eliminar esses pequenos sítios, reproduziu a ideia de que eles sempre estiveram de forma irregular e que tiveram produção “insignificante” ao longo do tempo (GUARAPUAVA, 1862), o que não é verdade, pois no ano anterior da enchente do Rio Ivaí, a Colônia contava com uma boa produção de produtos alimentícios.

Para as autoridades locais, a Colônia não conseguia prosperar e também não conseguia pagar nem suas dívidas com os cofres públicos, tornando as terras dessa região irregulares perante as autoridades de Guarapuava (GUARAPUAVA, 1862).

Lembrando que o caso da Colônia Thereza Christina era diferente das demais “colônias oficiais” criadas no Brasil nesse período. Nesse caso, ela tinha iniciativa particular, mesmo que a iniciativa pública tenha financiado o seu início, partiu de doações pessoais. Mas mesmo com esses aspectos, as autoridades locais exigiram que os colonos pagassem os gastos realizados, dessa forma, a Colônia foi se tornando cada vez mais fora da lei.

O que de fato contribuiu para as ameaças da posse de terras a Colônia Thereza Christina foi que Jean-Maurice Faivre não tinha registradas as terras da Colônia na Paróquia de Nossa Senhora de Belém. Assim, manifestou-se o vigário Antônio Braga d’Araújo em 4 de abril de 1857:

Quanto as posses existentes na Colonia Thereza do Ivahy, nem uma deilas até hoje foi registrada, p. dirigindo-me eu a respeito disto ao Director delia e Dr. Faivre, este respondeo-me q lhe parecia q a Colônia não estava sujeita ao registro pelas razoens q já havia elle apresentado ao Exmo. Ao Governo (D’ARAÚJO, 1857. p.41).

---

<sup>92</sup> Em 1865, tornou-se Vice-presidente da Província do Paraná.

Faivre não registrou tais terras na Paróquia de Nossa Senhora de Belém em Guarapuava para não precisar pagar impostos para o município, ele possuía seu próprio livro de registro como apresenta o presidente da Província Venancio Lisboa (1872) ao citar que o colono só poderia ter o título da terra quando completasse um ano residindo no local, “o colono no fim do 1º ano de sua residencia, receberá gratuitamente um titulo de propriedade, extrahido do livro territorial e assignado pelo director (LISBOA, 1872, p.51).

O próprio Vigário Antônio Braga d’Araújo reconhece que foram poucos proprietários de terras que buscaram fazer o registro e que tal documento não tira o direito à posse de terra.

Quanto ao Registro não tem o mesmo apresentado uma marcha vantajosa (...) até esta data, foram registradas 337 declarações (...) talvez ainda faltem outras tantas, estando eu quase persuadido, q se não conseguem todos, pois vejo parte dos povos olharem a isto com uma espécie de indiferença, alegando elles q o registro das terras não confere, nem tira direito as posses (D’ARAÚJO, 1857, p.38).

Porém, para o governante local e para os “grileiros”, a falta desse registro poderia ocasionar as irregularidades dessas terras perante a lei, fazendo com que as terras da Colônia ficassem ameaçadas por esses “grileiros”.

Dessa forma, foram gerados três impasses por parte dos governantes locais para prejudicar a Colônia Thereza Christina: o primeiro foi sobre as taxas de pagamento que Guarapuava deveria ressarcir seus investimentos gastos no início da formação da Colônia Thereza Christina, algo sem fundamento, pois ela foi fundada por iniciativa privada. O segundo referia-se as terras da Colônia, acreditavam que eram improdutivas e por essa razão as terras deveriam ser passadas a quem o produzissem, essa afirmação difere dos relatórios do Vice-presidente da província, no qual diz que em 1857 “a colonia Thereza, continúa a prosperar e é muito provavel que para o futuro se torno uma das mais importante povoações da provinca” (CARVALHAES, 1857, p.56). Como também demonstra a reportagem publicada no Jornal Dezenove de Dezembro que apresenta o inverso dos registros da Câmara. Aqui diz que a Colônia nunca deixou de produzir alimentos “na colônia Thereza; o terreno das margens do rio Ivahy produz trigo, café, centeio, canna de assucar, algodão e o arroz de que se abastece em grande quantidade Guarapuava e a comarca de Castro. (LOPEZ, 1870, p.2). Procuramos buscar dois modelos de documentos distintos, o primeiro é um relatório de presidente da província e outro é uma reportagem de um jornal da época, buscamos também apresentar ambos com um intervalo de tempo para demonstrar que a Colônia sempre se encontrou em estágio de produção e que nunca aquelas terras deixaram de produzir. A reportagem publicada no jornal demonstra a importância da Colônia Thereza Christina no processo da agricultura não apenas para seu

próprio núcleo, mas para toda sua região, desmitificando as autoridades locais que alegavam ser terras improdutivas. O terceiro diz respeito às autoridades de Guarapuava, que alegaram que as terras da Colônia Thereza Christina estavam todas irregulares pois não havia sido registradas na Paróquia como mandava a lei. Porém toda esta situação, de irregularidades, não dava o direito de os “grileiros” tomarem posse sobre as terras da Colônia.

Em 1860, Rumbelsperger encaminha uma carta ao Presidente Cardoso (1860), comunicando que Guarapuava estava cobrando sisa<sup>93</sup> do território da Colônia. “Declaro que nem eu, nem meu predecessor temos que pagar sisa alguma. Semelhante abuso, não nos pode ser atribuído” (RUMBELSPERGER, 1860, S/P). Os desafios impostos para a Colônia Thereza Christina continuaram, dessa vez, passaram a cobrar impostos. Rumbelsperger chegou a pedir ao presidente da província o cancelamento de tal imposto cobrado por parte da tesouraria e também pediu a emancipação da Colônia Thereza Cristina de Guarapuava.

Em 1869, Rumbelsperger pede exoneração do cargo de diretor da Colônia. Com isso, as terras da “Campinas Bella”, que pertenciam a Colônia Thereza Christina, passaram a pertencer ao Antônio de Andrade Camargo, não se sabe ao certo como essas terras passaram a ser propriedades de Camargo. O que se tem registro é que, no ano de 1853, antes de Faivre falecer, mandou um ofício a D. Pedro II dizendo sobre uma grande extensão de terras que desejava adquirir para fixar novos colonos. Faivre estava acertando com o Barão de Antonina a compra das terras da “Campinas Bellas”, que ficava próxima a Thereza Christina. Após a morte de Faivre, Rumbelsperger conseguiu adquirir boa parte das terras por 2400 réis, negociação que se iniciou pelo ex-diretor (FERNANDES, 1996). Bigg-Wither (1872-1875) descreve sobre a região.

Campinas Belas bem merece este nome. Situado no alto de uma linha divisória de águas entre os rios Tibagi e Ivaí e tendo solo fertilizado pelos produtos vulcânicos de uma idade anterior, é assim a mais encantadora e uma das mais ricas fazendas de criação de redondeza (BIGG-WITHER 1872-1875, p. 155).

Com o falecimento de Antônio Andrade Camargo, por volta de 1900, ocorre a fragmentação da fazenda “Campinas Bellas”. O perímetro total da área era de cerca de 27.437 alqueires, compreendendo o que seria hoje os municípios de Reserva, Cândido de Abreu, Ivaí, Grandes Rios e Tibagi (FERNANDES, 1996).

---

<sup>93</sup> É o antigo imposto referente sobre a transmissão de bens imobiliários.

Dentro deste contexto, o processo envolvendo as terras do vale do Rio Ivaí-PR no final do século XIX, é marcado pela “invasão dos grandes latifundiários”, que se apossaram das terras de toda região.

O próprio Estado formou mecanismos que possibilitava a ação de indivíduos, como os “grileiros”, dentro das instituições públicas, como o registro de escrituras em cartórios e a homologação perante Juízo.

O registro público referente uma propriedade é dada por uma instituição que dispõe de fé pública, ou seja, o cartório, que, em seguida, conduz para a homologação judicial, dada por um juiz de Direito que, fundamentado nos trâmites requeridos na lei, pode transformar o documento supostamente forjado em outro com o status de autêntico.

A colônia Thereza Christina encontrava-se numa região que por muito tempo despertou interesses do governo Imperial e provincial, fazendo com que, líderes da política local, ficassem atraídos pelas suas terras. Políticos como Antônio de Sá Camargo forneciam informações sobre o andamento da legalização e se propunham ao auxílio no trânsito burocrático próprio da sociedade de contrato, com signos diferentes dos do cotidiano, portanto, estranhos e muitas vezes não compreendidos.

Durante a década de 1870, intensifica o surgimento de relatos de viajantes contratados pelo governo Imperial e também de Registros de ofício da Câmara Municipal de Guarapuava sobre a Colônia. Os relatos dos viajantes e os registros da Câmara nos revelam um discurso que desqualificavam as roças e os sítios da região. Para as autoridades locais, os colonos da Colônia Thereza Christina acabaram se tornando “caboclos”. Foram esses argumentos que contribuíram para legitimar uma nova onda de ocupação das terras, pois para as autoridades aqueles moradores não passavam de pessoas pobres (BIGG-WITHER, 1872-1875).

Para o viajante Thomas Bigg-Wither, aquele estilo de vida era típico de um estilo brasileiro cuja “preguiça e falta de iniciativa pareciam ser, realmente, o grande mal do povo da colônia”. O autor define também que

Falando de modo geral pode-se dizer que a Colônia Tereza era muito pouco mais adiantada que a aldeia dos índios no lado oposto do rio (...). Seus habitantes existiam, mas não viviam. Se houvesse um terremoto repentino ou uma enchente e eles morressem, pode-se dizer, com toda segurança, que sua destruição seria um acontecimento de absoluta indiferença a toda a comunidade (...) (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 178).

Em 1862, a Câmara Municipal de Guarapuava chegou a documentar que o maior número de sítios com recursos de produções alimentícias concentrava-se nas proximidades de

Thereza Christina<sup>94</sup> (GUARAPUAVA, 1862). Porém, no início da década de 1870, os documentos relatados pelo viajante Bigg-Wither nos apresentam outra realidade, diferente daqueles registrados dos livros da Câmara Municipal. Isto indica que se compararmos os dados referentes aos anos de 1868 e 1871, observa-se uma baixa considerável na produção e na população da Colônia. Provavelmente, isso era consequência da mudança de direção ocorrida em 1869 quando o diretor Gustavo Rumbelsperg<sup>95</sup> pediu exoneração e foi substituído interinamente por Emílio Nunes de Correa Menezes<sup>96</sup>, em 23 de fevereiro de 1870, até que se apresentasse o diretor Juscelyo Augusto Morocines Borba. Quando Borba assumiu a direção em 1872, a Colônia possuía 400 habitantes, dos quais 40 eram índios que viviam no outro lado do rio (BIGG-WITHER, 1872-1875).

De um modo geral, os relatórios dos viajantes reproduzem a ideia do fracasso que foi a Colônia Thereza Christina para o governo, porém tais documentos também coincidem com o momento de ampliação das disputas de terras da Colônia Thereza Christina<sup>97</sup>. Fazendo com que, favorecesse a argumentação dos grandes latifundiários para recolonizar as terras da “Campina Bella”, já que segundo o engenheiro Bigg-Wither as roças que se estabeleceram próximas as terras dos índios, deixaram de ser vistas como parte da colônia original. A partir de 1873, o governo local considerou a Colônia Thereza Christina um povoado de nacionais, pobres e roceiros. (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 84).

Portanto, enquanto de um lado, os “grileiros” de terras forjavam-se os donos da terra, de outro, surgiam os “errantes”<sup>98</sup>. Este termo, que no princípio da ocupação era utilizado para classificar as populações indígenas, a partir da década de 1860, passou a indicar cada vez mais a população pobre que possuía roças irregulares, no distrito de Guarapuava. Essa população, muito misturada aos grupos indígenas, nesse momento da colonização da região, era associada aos antigos povoadores nativos e, com a recuperação dessa identidade indígena dos pequenos povoadores nativos e, com a recuperação dessa identidade indígena dos pequenos lavradores,

---

<sup>94</sup> De uma maneira geral, esses colonos contribuíram para a instituição do regime de pequena propriedade agrícola e possibilitaram o surgimento de uma classe média rural. Os colonos passaram a desenvolver em suas propriedades o artesanato rural, destinado ao suprimento de ferramentas para o uso local como: moinho, fiação, tecelagem, fundição, cutelaria, cachaça, cerâmica, e outras atividades ligadas as suas necessidades. (BALHANA, 2002).

<sup>95</sup> Após ter deixado a Colônia Thereza Christina, mudou-se para o Rio de Janeiro e foi nomeado naturalista do Museu Nacional, cargo que exerceu até seu falecimento em 25 de outubro de 1892. Dentre as suas atividades no museu, na qualidade de cientista, realizou várias viagens pelo Brasil onde promoveu vários trabalhos relevantes para o país. “As plantas, os animais e os objetos reunidos por este especialista formam interessante coleção que vieram enriquecer o Museu Nacional” (TEIXEIRA, 2015, p.12).

<sup>96</sup> Pai do poeta Emílio de Menezes (1866-1918).

<sup>97</sup> Segundo Teixeira (2015), nesse período, as terras de maior valor da Província do Paraná eram aquelas consideradas próximas aos rios, pois eram regiões menos expostas aos ataques dos indígenas. Foi desse modo que as disputas por melhores terras se tornaram cada vez mais frequentes naquela região.

<sup>98</sup> Esse termo passou a ser encontrado nos relatórios da Câmara Municipal de Guarapuava.



reforçava-se a ideia de que nas roças predominava uma agricultura “atrasada”, “sem aplicação do trabalho ordenado”<sup>99</sup>.

Nesse sentido, o engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither apresentou em seus relatórios de viagem um discurso parecido com alguns líderes políticos locais sobre os “caboclos”. O engenheiro não somente buscou descrever relatos referentes ao espaço, mas também descrições das possibilidades e das necessidades de investimentos, como o problema da “reeducação” dos indígenas e da falta de vontade dos “nacionais” com o trabalho.

### **3.3 A ótica do viajante estrangeiro com relação ao território do Vale do Rio Ivaí**

Este subitem busca focar no relato do inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither, que passou pela Colônia Thereza Christina entre os anos de 1872 a 1875, percorrendo boa parte da Província do Paraná. A Colônia recebeu muitos viajantes entre as décadas de 1840 e 1880, pois se localizava mais a oeste nos campos gerais servindo como ponto de descanso para esses viajantes que tinham por objetivo chegar às fronteiras da província paranaense, realizando medições para mapear a região e fazer com que o Paraná se ligasse ao Mato Grosso.

A escolha dos relatos de Bigg-Wither justifica-se pelo fato deste ter interesse em modernizar os “sertões” e de políticos locais da região de Guarapuava discutirem sobre a ocupação do Paraná. Busca-se fazer uma reflexão de como o engenheiro Bigg-Wither incorporou ao mesmo tempo aquele ambiente enquanto possibilidade de modernidade, e essa modernidade enquanto possibilidade de reverter o sertão em um campo de disputas pelo poder<sup>100</sup>.

Nesse sentido, é importante destacarmos que Bigg-Wither veio ao Brasil para uma missão inglesa ao “Paraná and Mato Grosso Survey Expedition”, contratado com a finalidade da construção de uma ferrovia que se interligasse a Província do Mato Grosso com o Paraná, a expedição iniciou em 1872 e durou até 1875.

As observações partem de um engenheiro, Bigg-Wither tinha um olhar mais técnico a fim de reconhecer no espaço brasileiro as possibilidades de transformação a partir do modelo europeu. Podemos perceber isso em suas descrições, quando ele apresenta a necessidade de

---

<sup>99</sup> GUARAPUAVA. Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Província do Paraná. Livro de expediente. Registro 69, 1874.

<sup>100</sup> É nesse momento que se dá o desencadeamento do que podemos chamar de Paraná pré-moderno. Uma província recém-emancipada e onde começam a se delinear as características presentes até nossos dias.

adaptar o índio a tradições e costumes dos europeus. E quando narra a riqueza da natureza, dos animais que encontra nas viagens, sempre apresenta a ideia de mudança daquele espaço, pensando no progresso e desenvolvimento da região.

A expedição de Bigg-Wither se inicia no Rio de Janeiro, onde ele permanece poucos dias até poder embarcar para a Província do Paraná. Suas primeiras descrições são da cidade de Curitiba, onde ele observa a população sertaneja e os imigrantes que lá encontra.

Percorreu cidades como Antonina, Curitiba, Ponta Grossa e seguindo por terra até chegar à Colônia Thereza Christina, esse percurso em terras paranaenses durou cerca de um mês até a chegada às margens do Rio Ivaí. Cada vez mais que Bigg-Wither adentra o sertão, é possível perceber o que mais ele descreve sobre natureza:

Estávamos agora por atravessar mais uma vez este território neutro – desta vez no lado ocidental do grande prado. A nossa primeira visão da nova ordem de coisas foi do alto de uma elevação, por onde o caminho de mulas passava numa distância de seis milhas quadradas. Numa perspectiva mais ampla, veríamos que as grandes extensões de campo aberto estavam entremeadas aparentemente entre compactas florestas e que em outros lugares existiam muitas léguas de campo, pontilhadas de árvores aqui e ali, isoladas ou em grupos mais ou menos esparsos. Do nosso mirante, contudo, tudo à nossa frente parecia ser vasta floresta, estendendo-se reta até a extremidade da linha divisória das águas, entre os dois rios, o Tibagi e o Ivaí, à distância talvez de vinte milhas ou mais, em linha reta. (BIGG-WITHER, 1872-1875, p.105).

Por toda a expedição que vai salientando as características da natureza, cada detalhe chama a sua atenção. Um dos pontos mais importantes é sobre a riqueza presente nos vales dos rios Ivaí e Tibagi, com relação à quantidade de espécies diferentes que ele encontra.

Cada um desses riachos era o retiro de miríades de borboletas(...). Havia também uma pequena borboleta linda que, mais tarde batizamos de “oitenta e oito”, em vista de mostrar esse número em algarismo, bem nítido, no lado interno das duas asas inferiores. Descrevo esta borboleta, não como sendo uma raridade, mas ao contrário, por ser a mais comum na província do Paraná. (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 118)<sup>101</sup>.

A partir daí é que a expedição iria realmente adentrar na mata e “desbravar” o sertão e, principalmente, conhecer a população indígena. Bigg-Wither descreve o momento exato em que avistou pela primeira vez a Colônia, “vi, cerca de duzentos pés abaixo, três ou quatro casinhas de telhado vermelho, ocultas entre a abundante folhagem verde-escuro das laranjeiras, bananeiras e da capoeira, (...). Ali estava colônia Thereza, destinada a ser nos dois anos

---

<sup>101</sup> Cientificamente, essa borboleta é chamada de *Diaethria clymena*, mas ficou conhecida popularmente como oitenta e oito, encontrada facilmente na Província do Paraná como descreve Bigg-Wither. Nos dias atuais, infelizmente, essa espécie de borboleta faz parte dos animais em extinção.

seguintes o quartel-general de nossa expedição.” (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 162). Após avistar a Colônia no alto de um morro retorna ao seu acampamento, buscando novas informações sobre aquele ambiente e seus moradores:

Quando chegamos ao acampamento, perguntei aos tropeiros sobre esses ranchos e, então, vim, a saber, que eles eram trabalho dos índios semi-selvagens, os Coroados, que habitavam diferentes partes do Vale do Ivaí. Existe pequeno grupo deles, em Estado comparativamente civilizado, perto de Colônia Tereza. Chegamos por fim, ao domínio dos índios, tão falados. Nesta noite, fiz minucioso exame de meu revólver, mais do que de costume, antes de fechar os olhos para dormir na barraca em forma de cone. O silêncio da noite, entretanto, não foi quebrado por nenhum som, a não ser o do retinir do guizo que estava no pescoço da égua-guia paciente da nossa tropa sofredora. (BIGG WITHER, 1872-1875, p. 160).

Já hospedado, Bigg-Wither escreve sobre a vasta floresta “(...) abaixo de nós havia apenas uma pequenina aldeia, com uns quatrocentos habitantes ao todo, o restante ainda se encontrando em estado natural, como fora por milhares de anos, habitado somente por feras e índios selvagens (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 161).

Chegando em Thereza Christina, ponto principal do seu roteiro, buscou compreender melhor sobre sua história e de como se encontrava situação da Colônia.

A história da Colônia Tereza era melancólica e típica de muitas outras povoações sertanejas desta parte do Brasil. Fundada no ano de 1847 por um francês entusiasta, de nome Dr. Jean Maurice Faivre, sob os auspícios reais, ela foi chamada Tereza em homenagem a imperatriz do Brasil. Originalmente era intenção do fundador ser a colônia povoada apenas por seus compatriotas. Depois de mandar buscar muitas famílias francesas e despender largas somas de dinheiro público e particular, o Dr. Faivre, segundo dizem, morreu de desgosto ao ver caírem por terra os seus esforços, sendo enterrado no palco de suas desilusões. Terminou assim a breve carreira desta colônia como povoação francesa. O êxodo de seus habitantes, já iniciado em vida de seu fundador culminou na deserção do restante, com exceção de dois ou três franceses que casaram com mulheres brasileiras e aceitaram o estilo de vida brasileiro. A colônia deserta foi dirigida desde então até agora por brasileiros, ajudados pelos esforços ocasionais do Governo (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 166).

Bigg-Wither (1872-1875), em um primeiro momento, diz-se surpreso em saber que a Colônia Thereza Christina contava com uma população de 400 habitantes, sem contar os 40 indígenas que viviam na outra margem do rio. Segundo o engenheiro, a Colônia não aparentava possuir 400 habitantes porque boa parte da população não morava na vila, muitos moravam na zona rural, as terras da Colônia foram divididas em pequenas propriedades para que todos pudessem trabalhar em sua própria propriedade. Os habitantes que moram na vila levam a vida igual dos índios, residem em casas de palha, plantavam feijão e milho suficiente para suprir as próprias necessidades durante o ano.

O que nos disseram, em diferentes ocasiões, acerca da pobreza e miséria da Colônia Thereza não fora exagero, aparentemente. De onde estava, eu podia ver algumas casas de barro e de madeira, que não excediam a doze, esparsas pela clareira irregularmente feita, a qual ocupava o ângulo incluído entre os dois rios – o Ivaí e o Ivaizinho. Entre o rio e a aldeia ficava um brejo que impressionava mal. Alguns porcos magros e descarnados andavam de um lado para o outro, dois ou três dos quais tinham me acompanhado até o alto do morro (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 166).

Depois de alguns dias que se encontrava na Colônia Thereza Christina, Bigg-Wither relata que saiu junto do capitão Palm e Curling, para fazer uma indagação completa da Colônia, com o propósito de conseguir homens, comida e canoas, descreve ele que estes seriam os três requisitos principais para realizar a expedição:

A colônia era um pouco maior do que eu julgara no primeiro dia de nossa chegada. Muitas casinhas, localizadas a direita da colônia propriamente dita, tinham escapado a minha observação, ocultas por árvores e elevações do terreno. Visitamos todas as casas e em cada uma delas colhemos informações aqui e ali (...). A gente ficou contente de termos ido vê-la e tratou-nos com simpatia. A quantidade de café, mate e cachaça que bebemos, pois em cada casa que entramos uma ou outra destas bebidas era nos oferecida com insistência, e o grande numero de cigarros que fumamos, não tentarei calcular aqui (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 174).

Bigg-Wither conclui que essas visitas foram de grande importância, pois conseguiu muitas informações importantes sobre o Vale do Rio Ivaí. Porém, percebeu que não poderia contar com mão de obra<sup>102</sup> da Colônia, já que não possuíam nenhum estoque de produtos agrícolas como era feito antigamente e, no momento, todo alimento era produzido o suficiente para suprir os seus gastos durante o ano, não deixando nada de reserva. Contratar essa mão de obra para trabalhar na expedição, significaria tirar a maior parte dos homens que trabalhariam nas lavouras, fazendo com que faltasse comida não só para eles, mas para boa parte da Colônia. Chegou a pensar na possibilidade de comprar suplementos de outra região:

De onde viriam então estas suplementações? Ponta Grossa e a Vila do Tibagi, eram as cidades mais próximas de um lado e de outro lado havia somente a pequena cidade de Guarapuava, nenhuma das três com menos de três ou dois de viagem de Colônia Thereza. Além do mais, soubemos que os caminhos de burro que partiam de Colônia Thereza eram péssimos durante as chuvas de verão, ficando intransitados por meses seguintes (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 175).

---

<sup>102</sup> Em Thereza Christina, buscou novos trabalhadores, pois os que tinham contratado em Curitiba haviam abandonado a expedição no meio do caminho. Assim, ele coloca em dúvida se os brasileiros realmente estavam interessados em trabalhar, mostrando, mais uma vez, sua opção pela mão de obra imigrante. Em suas observações, ele afirma repetidas vezes que o governo deveria incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros para a província. O viajante compreende que com o trabalho do imigrante abriria a possibilidade de transformar o espaço e constituir uma nova realidade, trazendo novas formas de trabalho e modernização.

Ficou decidido que boa parte da mão de obra contratada para essa expedição seria de homens de outras vilas como de Ponta Grossa e Guarapuava. Outro problema que encontraram foi em relação às canoas, pois apenas existiam duas na Colônia. Bigg-Wither (1872-1875) relata que por sorte vivia na Colônia dois canoeiros e a eles foi encomendada<sup>103</sup> com urgência a construção de cinco canoas grandes. Motivo o qual atrasou sua expedição entre 6 ou 7 dias.

A partir daí, Bigg-Wither passou a se dedicar em compreender o comportamento dos indígenas, para encontrar a solução de como o índio pode ser inserido no ambiente de trabalho dos moldes europeus. A próxima citação é sobre a chegada do engenheiro na Colônia e seu primeiro contato com os indígenas.

Além do diretor, tivemos a visita dos índios que, sabedores de nossa chegada atravessaram o rio e vieram, em comissão, conhecer-nos. Foram, entretanto para o interior da casa e se sentando silenciosamente sobre as caixas e fardos espalhados pelos quartos sem mesmo nos dirigirem qualquer espécie de saudação. A princípio achamos graça, pois nunca havíamos visto tais homens, mas logo os julgamos importunos, mandando-os embora e prometendo ir visitá-los na própria aldeia, à tarde (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 168).

Evidenciava-se um fenômeno importante referente ao território pertencente a Colônia, às margens do Rio Ivaí, do lado esquerdo havia um assentamento de índios, e no lado oposto ao rio viviam descendentes de franceses e nacionais. O rio dividia os dois grupos, entretanto existia ali uma troca de saberes, experiências e a convivência entre diferentes culturas, a indígena e europeia.

Às três horas da tarde, mais ou menos, eu e S- atravessamos o rio numa pequenina canoa para pagar a visita dos índios. Ao chegarmos à aldeia, fomos imediatamente cercados pelos nativos, homens, mulheres e crianças, que se amontoavam para olhar e apalpar, repetindo a palavra “inglês” diversas vezes. Observei-os atentamente. Os homens eram de meia altura e bastante atarracados; as mulheres, baixas e gordas. Ambos usavam o cabelo cortado curto em volta de toda a cabeça, e os homens eram ainda tonsurados. Os seus cabelos lisos e pretos e, quando cortados curtos na maneira descrita, ficavam caídos como um colmo (...) (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 169).

Bigg-Wither se questionava sobre a convivência dos brancos e os nativos, não compreendia a incorporação dos nativos à civilização. O sertão da Província do Paraná era pensado como um amplo espaço vago, pois o engenheiro considerava essas populações não

---

<sup>103</sup> Bigg-Wither (1872-1875) descreve a soma em dinheiro que gastaram na Província do Paraná, “a nossa expedição, durante quase seus dois anos existência, gastou a respeitava soma de £30.000 a £40.000, tendo sido mais da metade dessa importância despendida com os marchantes de Colônia Thereza, em detrimentos deles e não menor inconveniência nossa (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 221). Esse valor foi a soma dos gastos utilizados entre suplementos e alguns serviços realizados por parte dos colonos.

civilizadas, dessa forma, conseqüentemente, representavam um atraso para o país. O Império tinha como objetivo civilizar o homem do Novo Mundo com os conhecimentos do homem do Velho Mundo, especialmente no que diz respeito às relações de trabalho:

Empregamos, mais tarde, vários destes índios para trabalharem conosco, abrindo picadas, e mais adiante direi algumas palavras quanto ao seu valor como trabalhadores. Embora compreendam alguma coisa sobre o valor do dinheiro como meio de troca, a inteligência não lhes é suficiente para mostrar que uma nota de cem mil réis vale cem vezes uma nota de um mil réis (BIGG- WITHER, 1872-1875, p. 171).

Ao todo, os viajantes estrangeiros tiveram pouco contato com o nativo e sempre tiveram uma visão eurocêntrica. Ele é entendido como um papel em branco, que pode ser esculpido de diferentes formas, além de apresentar limitações. O índio é entendido apenas como nativo, independente de fatores culturais e do contato ou não com o homem branco<sup>104</sup>, ou seja, quando Bigg-Wither relata sobre as probabilidades de tornar o índio trabalhador, talvez não tivesse a conhecimento que este não era um procedimento tão simples. Seus relatos evidenciavam que sempre que faz menção aos trabalhadores fazendeiros buscava compará-los com os nativos, com objetivo de enaltecer suas semelhanças.

Bigg Wither se encontra pela primeira vez com os índios da família Tupi popularmente conhecidos como “botocudos”. O autor descreve-os de maneira espantosa esse primeiro encontro:

Imagine um ser de cinco pés e quatro polegadas de altura, arqueado, nu e indescritivelmente sujo. Da cabeça lhe caíam até abaixo dos ombros cachos de cabelos imundos embaraçados de cada lado da cabeça, presos ao cabelo com cera virgem, penas e peles de diversos peitos de tucano. Só sobre a testa o cabelo era cortado curto, à moda tão em voga na Inglaterra entre as crianças alguns anos atrás, fazendo concessões ao uso de um par de olhos remelosos, sem sobrancelha nem pestanas, a exemplo dos seres humanos em incomuns, com todos os pêlos arrancados. Mais abominável e repulsiva ainda era a parte inferior do rosto. Enorme pingente, do tamanho e forma de um cone de abeto, feito de madeira dura e polida, pendia-lhe do beijo inferior, que dobrava para baixo sob o peso do ornamento (?) até certa altura do queixo, deixando à mostra a gengiva da mandíbula inferior desdentada – desdentada no que toca os incisivos da frente – flanqueada de brancos, enormes e anormais dentes caninos. A saliva escorria-lhe da boca assim horrendamente deformada (...). Era este o retrato geral do ser que estava diante de nós. Luco já tinha dito que a sua tribo era a dos botocudos, os mais selvagens de todos os índios sul-americanos, e agora a sua

---

<sup>104</sup> Segundo Lucio Motta (2000), o Paraná, no século XIX, foi palco de diversos conflitos indígenas e brancos. Sabemos que durante esse período houve muitos esforços para civilizar e catequizar os índios, estando presente também o interesse por suas terras. Podemos considerar que o primeiro empreendimento de armada colonizadora foi o de catequização dos nativos. Por meio de várias reduções, estabeleceram-se aproximações, geriram-se resistências e legitimou-se a possibilidade de guerra contra diferentes povos indígenas, principalmente na região de Guarapuava.

opinião estava confirmada. Estávamos, afinal, frente a frente com o botocudo selvagem do Brasil (BIGG WITHER, 1872-1875, p. 318-319).

Um fato interessante é o descontentamento de Bigg-Wither em relação às aparências dos nativos. Conforme o típico comportamento civilizador europeu, buscaram ensinar a usar vestimentas, materializando a ideia de civilizar o “selvagem”. Apenas pensam nesse nativo enquanto alguém para ser civilizado<sup>105</sup>, domesticado e do ponto de vista econômico, como uma força de trabalho.

Bigg-Wither também buscou fazer descrições a respeito dos habitantes da Colônia Thereza Christina, que segundo o engenheiro contribuem para a caracterização da população brasileira, que ali habitava em grande número. Relatando especificamente a respeito de dois colonos brasileiros, filhos da “Maruca Velha”, apelidada pelo viajante de “mãe da colônia” por estar ligada, por casamento, a todas as famílias da Colônia, ele julgou que “como trabalhadores não valiam absolutamente nada, mas na casa de sua mãe, como anfitriões, eram magníficos.” (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 177).

De acordo com Bigg-Wither, eles eram muito preguiçosos e “possuíam em tamanha intensidade o orgulho brasileiro contra a classe mais desprezível, isto é, considerando todo trabalho real como derogatório do nascimento livre” (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 177). E as características de “preguiça”, da falta de iniciativa e aversão ao trabalho, não considerado digno para quem era livre, não eram exclusivas dos filhos da “Maruca Velha”, mas, de acordo com o inglês, eram “o grande mal do povo da colônia, e isso era visível de todos os lados” (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 178).

Bigg-Wither destacou ainda o fato de que o solo do núcleo era muito fértil e o clima propício ao cultivo de frutas e legumes, mas os colonos não tentavam plantar coisa alguma. Mostrou-se impressionado pelo fato de que, mesmo não tendo nada com o que se ocupar durante a maior parte do ano, não se via uma horta cultivada: “os colonos tinham o hábito de plantar só o suficiente para suprir os seus gastos durante o ano, não deixando nada de reserva” (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 175). Concluiu que “seus habitantes existiam, mas não viviam” (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 178), e afirmou que essa forma de organização encontrada na Colônia Thereza era “típica de muitas outras povoações sertanejas encontradas nesta parte do Brasil” (BIGG-WITHER, 1872-1875, p. 166).

---

<sup>105</sup> Começaram ensinar a língua para duas crianças, pois era mais fácil ensinar para criança que para o adulto (BIGG-WITHER, 1872-1875).

Podemos compreender que esses registros evidenciam que a população pobre local a quem, em geral, chamavam de “nacionais”, não diferia da de outras regiões do país. Segundo Bigg-Wither (1872-1875), característica de uma população miscigenada, predominando de portugueses e indígenas, dedicava-se ao trabalho agrícola para sustento próprio, sem uma inclusão significativa no mercado. Por essas características, poderia ser considerada inadequada aos projetos colonizadores, que buscavam, entre outras coisas, incrementar a produção e inseri-la no mercado.

Portanto, o estudo sobre esses viajantes no Brasil, especialmente no século XIX, são relevantes e reveladores para o entendimento sobre as representações que foram produzidas sobre esse vasto território e sua gente. Bigg-Wither seguiu seu caminho pela Província do Paraná, até retornar a Londres e ser mais um viajante a publicar relatos importantíssimos das terras brasileiras. Foram mais de 700 páginas somando os dois volumes. A partir dessas informações, podemos observar que a tentativa de aldeamento indígena estava relacionada à política de apropriação das terras indígenas e de sua força de trabalho. Referente aos comportamentos dos “nacionais” são os mesmos pensamentos que predominaram entre as autoridades de Guarapuava, quando cogitavam na conveniência ou na inadequação de contemplar os “nacionais” nos projetos de colonização, a pouca dedicação ao trabalho, a “preguiça” que era considerada sua principal característica. Ao contrário do pensamento de Bigg-Wither e das autoridades de Guarapuava, demonstrar que a população local poderia sim fornecer as necessidades de mão de obra e serem potenciais colonos, almejando incluir esses indivíduos não somente na colonização da Colônia Thereza Christina, mas também, nos projetos colonizatórios de outras colônias, pois foram agentes responsáveis no desenvolvimento de vários núcleos coloniais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de colonização do século XIX, e articulações para a atração dos imigrantes, tinham como objetivo principal atender à necessidade do país de substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre. Também pretendiam aumentar a população laboriosa do país e ocupar os espaços tidos como “vazios”. Para isso, houve a necessidade de uma política coordenada e de ação conjunta de autoridades centrais, provinciais e de particulares. Esse processo foi decorrente da formação da Lei de Terras (1850), que significou uma imposição das oligarquias agrárias, sem qualquer discussão com os outros segmentos sociais, muito menos com os pequenos agricultores, camponeses que não tinham acesso a terra, pequenos posseiros, homens pobres e livres.

As expectativas políticas do Governo Imperial e da Colônia Thereza Christina, caminhavam lado a lado, pois a formação da Colônia não ocorreu de forma isolada e representava um processo de colonização que estava ocorrendo em todo país naquele período. O propósito das políticas de colonização resultou na formação de núcleos coloniais em várias regiões diferentes do país<sup>106</sup>, estes núcleos eram administrados por diretores<sup>107</sup>, indicados pelo governo Imperial ou Provincial.

A partir desta análise, compreendemos que estes núcleos necessitavam de colonos para trabalhar na produção agrícola e compreendia-se que a mão de obra do imigrante era a mais preparada para realizar esta atividade. Essa visão assim se consolidava e o governo imperial investiu em políticas imigratórias, enviando diretores de núcleos coloniais para a Europa com objetivo de convencer os imigrantes europeus a participarem deste projeto de colonização.

Diante deste projeto de colonização, por meio de panfletos escritos por Jean-Maurice Faivre, os imigrantes eram convidados a se tornarem logo proprietários de terras. Este modelo de colonização foi o mais procurado pelo europeu naquele período, porque lhe dava a oportunidade de se tornar proprietário, realizando assim o sonho de se tornar dono da terra, já que em sua pátria isso não era possível.

---

106 A formação da Colônia Thereza Christina não aconteceu de forma isolada, como defendem alguns estudos sobre este tema. Nos próprios relatórios escritos por Faivre em 1844-1846, ele citou a Colônia Sahy. Esta colônia foi formada pelo médico francês Benoit Jules Mure na Província de Santa Catarina no ano de 1842, que também possuiu mão de obra assalariada, ou seja, esse modelo de colonização foi implantado em diversas regiões do país.

107 A função do diretor na Colônia era manter a ordem do local, expulsando os indivíduos que perturbavam a tranquilidade do próximo, podendo também despedir os colonos que não cumprissem com seus deveres. Era sua responsabilidade distribuir os serviços públicos de acordo com que os colonos pudessem dedicar algum tempo a sua lavoura e apresentar, anualmente, um relatório das condições em seus mínimos detalhes sobre a Colônia ao Presidente da Província.

Como ressaltamos no primeiro capítulo, com estas políticas de colonização, o governo tinha como objetivo: 1) explorar os sertões; 2) assegurar a ocupação efetiva das terras brasileiras; 3) aumentar a população laboriosa; 4) defender as fronteiras; 5) aumentar a produção de gêneros de primeira necessidade; 6) conservar estradas e implantações de novas; 7) investigar as navegações dos rios.

Diante destes objetivos, podemos inferir que o século XIX foi muito importante para a província do Paraná definir suas fronteiras, estabelecer seu território diante do país e das outras províncias. A conquista do sertão e a preocupação em definir as fronteiras do Brasil era necessidade do Estado. Mais do que aumentar fronteiras, seria preciso conhecer um sertão desconhecido, uma vez que essas ações estavam entrelaçadas com a ideia de povoar e civilizar os lugares mais distantes no interior brasileiro. Assim, o projeto de colonização obteve êxito em relação à exploração do sertão paranaense e expansão de fronteiras tanto internas quanto externas.

Dessa forma, discordamos da teoria do historiador Wilson Martins sobre o vazio demográfico existente na região do Vale do Rio Ivaí-PR. Percebemos, a partir dos relatórios dos Presidentes da Província, que o processo de colonização se inicia no século XIX com a chegada de imigrantes franceses e não somente no século XX como afirma Martins. A Colônia Thereza Christina passou a ser vila central para o avanço dos sertões desconhecidos, o que antes era o início do sertão desconhecido passou a ser o centro para outros lugares, mesmo no século XIX.

Além de a Colônia Thereza Christina servir como ponto de apoio para exploração do sertão desconhecido, a Colônia também se destacou na produção de alimentos, pois toda sua produção excedente era comercializada com as vilas mais próximas. Com essa alta produção agrícola, houve um alto investimento do governo provincial na manutenção das estradas que ligavam a Colônia com as vilas de Guarapuava, Ponta Grossa e Castro entre os anos de 1850 a 1860.

Observamos que os Campos Gerais, durante o século XIX, não somente possuía grandes propriedades relacionadas ao tropeirismo como retrata a historiografia paranaense. A Colônia Thereza Christina foi formada por pequenos sitiantes que comercializavam produtos agrícolas com toda região, porém esses caboclos não são lembrados. A própria definição dos viajantes empregada pelos relatórios serve como ponto de partida, referências como “siantes, pobres, indigentes”, “roceiros, roça para onde se tira apenas para o sustento” (BIGG-WITHER, 1872-1875).

Com a publicação da Lei de Terras (1850), em benefício aos grandes latifundiários, os pequenos sítiantes encontravam-se mais isolados, pois o momento de reestruturação fundiária, sem escrituras de propriedade, os sítios tenderam a desaparecer, no período em que se acirraram as disputas pela terra como é o caso da população da Colônia Thereza Christina. Mas, não foi sempre assim, enquanto a Colônia possuiu uma administração politicamente influente, não foi encontrado nenhum relatório que questionasse a regularidade de suas terras.

Quando a Colônia perde sua força política, inicia uma na fase de acirramento das disputas pela terra, os pequenos sítiantes tornaram-se empecilhos ao estabelecimento das grandes estâncias e passaram a ser considerados, cada vez mais, “atrasados”.

Destarte, no segundo capítulo, contextualizamos o período da formação da Província do Paraná (1853) e, podemos afirmar, que desde o início desta Província a política imigratória esteve presente. O Paraná, embora não apresentasse uma infraestrutura adequada para receber os imigrantes, já que auxílios prestados pelo governo provincial não se constituíram em elementos de “atração” para o imigrante, como na vizinha província de São Paulo, apresentou uma forma de fixação que agradou e muito os estrangeiros, a facilidade de aquisição de uma pequena propriedade através do financiamento a longo prazo.

Dessa forma, a única “atração” que a Província do Paraná ofertava aos imigrantes era a que eles mais desejavam, o acesso à propriedade privada. A localização de lotes previamente divididos e demarcados em núcleos coloniais constituiu-se como fator central para a vinda do imigrante.

A Colônia Thereza Christina, com certeza, representou uma oportunidade para vários “nacionais” tornarem-se proprietários com algum apoio do poder público. Apresentamos informações suficientes de que a formação desta Colônia foi fundada pelos governantes com a clara intenção de ser povoado por imigrantes europeus, pois segundo as autoridades somente eles poderiam induzir a modernidade naqueles confins. Nos planos iniciais da fundação da Colônia, Faivre não figurou os “nacionais” em seus discursos. Porém, como vimos, esses sujeitos se apresentaram bastante ativos, contrariando toda aquela ideia de “preguiça” ligada ao caráter do povo brasileiro.

É importante ressaltar que Thereza Christina pode servir como um exemplo aos escritos de Sergio Buarque de Holanda (1980), quando retrata a crise de produtos alimentícios agravada pela falta de mão de obra cativa no período. Compreendemos que os ideais antiescravidão, presentes na Colônia, somados a vinda de imigrantes franceses, colocaram-na em posição de

destaque no que se refere à produção alimentícia e que, portanto, não apresentou crise na produção de alimentos.

Ao apresentarmos um panorama sobre os aspectos econômicos, políticos culturais, geográficos da Colônia Thereza Christina, compreendemos que um dos objetivos da formação da Colônia Thereza Christina foi a produção agrícola para abastecimento de toda região dos campos gerais. Já a sua construção às margens do Rio Ivaí, justifica-se por estabelecer um ponto de ligação com a Província do Mato Grosso, pois se acreditava que o Rio Ivaí fosse navegável, e assim sendo, serviria como via de escoar a mercadoria produzida. Houve um equívoco em achar que este rio poderia ligar a província a outros estados.

A história da Colônia Thereza Christina, analisada a partir dos escritos de documentos oficiais do governo imperial, apresentou-se muito instável do ponto de vista político-econômico. Em um primeiro momento, ela contava com uma ampla intervenção governamental, despertava atenção até mesmo do Imperador D. Pedro II, que se mostrava animado com tal projeto, situação demonstrada ao longo desta pesquisa, a partir de uma carta enviada ao Presidente da Província de São Paulo: “V. Exa. recomende a todos as autoridades daquele lugar toda a proteção a tão interessante estabelecimento, e do qual podem resultar grandes vantagens para o Império” (RIO DE JANEIRO, 1847, p. 2)<sup>108</sup>.

De fato, estas vantagens não se concretizaram e, em 1872, aconteceu mais uma tentativa de desenvolver da Colônia, dessa vez o engenheiro Thomas Plantagenet Bigg-Wither foi contratado para realização da “Paraná and Mato Grosso Survey Expedition”, com a finalidade da construção de uma ferrovia que se interliga a Província do Mato Grosso com a do Paraná. A expedição iniciou-se em 1872 e durou até 1875, a construção da ferrovia nem chegou a ser iniciada e, pela segunda, vez o governo não obteve sucesso.

Destacamos como ponto central estas duas tentativas de construção da via naval e ferroviária como pontos chave para o declínio da Colônia, não havendo mais interesse do governo. A partir disso, a Colônia Thereza Christina foi deixando de receber investimentos do governo imperial, os últimos relatórios com ênfase foram descritos pelo viajante Bigg-Wither (1872-1875), pois a partir daí não tivemos mais registro da Colônia durante o século XIX, não foi encontrado mais nada, nem mesmo nos relatórios dos presidentes da província.

---

108 RIO DE JANEIRO. *Jornal do Commercio*. Typographi imperial e constitucional de J. Villeneuve. N. 25. 1847, p. 2.

Mesmo a Colônia recebendo as primeiras levas de imigrantes da província do Paraná, incentivados por uma forte política de colonização, ela não apresentou elementos suficientes para fortalecimento de seu desenvolvimento econômico.

Portanto, a discussão referente à história do Paraná, em especial sobre a Colônia Thereza Christina, não se esgota com esta pesquisa, Todas as colônias que se mantiveram na Província do Paraná, se não em estado de relativo progresso, mas em condições de “sobrevivência”, produziram ao menos o suficiente para o consumo de seus habitantes. As que não produziam o mínimo do consumo interno, aos poucos, foram desaparecendo. Em alguns casos mais tarde, foram repovoados, não só por brasileiros, mas também por estrangeiros, que somados a novos incentivos e abertura de novas vias de comunicação chegaram a se refazer e produzir escala suficiente para recompensar os esforços empenhados, como no caso da Colônia Thereza Christina.

## FONTES

ANNAES DE MEDICINA BRASILIENSE. JORNAL DA ACADEMIA IMPERIAL DE MEDICINA. **Sessão Primeira de reunião preparatória**. Rio de Janeiro: AIM, 1829.

BIGG-WITHER. Thomas Plantagenet. **Novo Caminho no Brasil Meridional**: a província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos 1872/1875. Rio de Janeiro: J. Olympio, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Colonização**. Curitiba, n. 10, 1847.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Notícia sobre a comarca de Guarapuava**. Curitiba, v.II, n.1094, Tipografia de. C. M. LOPEZ, 07 de maio de 1870.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. **Economia**. Curitiba: v. I n. 960, Tipografia LOPEZ, C. M, 07 de maio de 1870.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Leilões**. Rio de Janeiro, v. I, n. 125, Tipografia do diário, 1845.

FAIVRE, Jean-Maurice. **Princípios para um modo de colonização para o Brasil**. Paris, Biblioteca Nacional da França Px:86, 1844-1846.

FAIVRE, Jean-Maurice. **Relatório encaminhado ao Presidente da Província Francisco Liberato de Mattos**. 1854. Arquivo Público do Paraná.

FAIVRE, Jean-Maurice. **Relatório apresentado ao presidente da comarca de Guarapuava**. 1857, S/P. Arquivo Público do Paraná.

FAIVRE, Jean-Maurice. **Relatório encaminhado ao Presidente da Província Zacarias de Góes Vasconcellos**. 1858. Arquivo Público do Paraná.

GAZETA OFICIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. **Nova navegação da comarca de Curitiba para a Província de Mato-Grosso**. Rio de Janeiro, v. III, n. 105, 10 maio. 1848.

GUARAPAUAVA. **Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava**. Atas, Livro I. 1849.

GUARAPAUAVA. **Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava**. José Francisco Cordeiro. Livro de expedição I, 1859.

GUARAPAUAVA. **Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava**. Livro I, registro 37, 1861.

GUARAPAUAVA. **Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava**. Livro II, registro 433, 1870.

GUARAPAUAVA. **Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava**. Informações ao Ministério da Agricultura. Guarapuava. Livro I, registro 46, 1862.

GUARAPAUAVA. **Registro de Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava**. José Francisco Cordeiro. Pedido para ampliação do Prazo para Legitimação de Posse de Terra. Livro III, 1859.

GUARAPUAVA. **Relatório Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Província do Paraná.** Livro de expediente. Registro 84, 1874.

GUARAPUAVA. **Relatório do Vigário da Catedral de Nossa Senhora do Belém.** Vigário Antônio Braga D' Araújo. Livro de Óbito nº 1-b.

GUARAPUAVA. **Sessão extraordinária da Câmara Municipal de Guarapuava.** José de Carvalho Lima, 22 de janeiro de 1855. Livro 1.

JORNAL DO COMMERCIO. **A colônia societária.** Rio de Janeiro, v. I n. 92, Tipografia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 1841.

JORNAL DO COMMERCIO. **Colonização.** Rio de Janeiro, v. I n. 332, Tipografia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 1841.

JORNAL DO COMMERCIO. **Porto de Paranaguá.** Rio de Janeiro, v. I n. 950, Tipografia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 1847.

OLINDA, Sr. Marques de. **Ministério do Império.** Rio de Janeiro: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1832 a 1888.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Zacarias de Góes Vasconcellos na Assembleia provincial em 15 de fevereiro de 1854. Curitiba: Tipografia, 1854.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Zacarias de Góes Vasconcellos na Assembleia provincial em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Tipografia, 1855.

PARANÁ. **Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná.** Vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembleia provincial em 19 de março de 1856. Curitiba: Tipografia, 1856.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente Pires da Motta na Assembleia provincial em 23 de setembro de 1856. Curitiba: Tipografia, 1856.

PARANÁ. **Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná.** Vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes na Assembleia provincial em 7 de janeiro de 1857. Curitiba: Tipografia, 1857.

PARANÁ. **Relatório do Vice-Presidente da Província do Paraná.** Vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes na Assembleia provincial S/D, V.2, Curitiba: Tipografia, 1857.

PARANÁ. **Registro ao Presidente da Província do Paraná.** Vigário Antônio Braga d' Araújo. Vigário em 4 de abril de 1857, V.4.

PARANÁ. **Registro ao Presidente da Província do Paraná.** Vigário Antônio Braga d' Araújo. Vigário em 4 de abril de 1857, V.1 - AP 0038.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Francisco Liberato Mattos na Assembleia provincial em 7 de janeiro de 1858. Curitiba: Tipografia, 1858.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente José Francisco Cardoso. na Assembleia legislativa provincial em 1 de março de 1860. Curitiba: Tipografia, 1860.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente José Francisco Cardoso na Assembleia provincial em 18 de março de 1861. Curitiba: Tipografia, 1861.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembleia legislativa provincial em 15 de fevereiro de 1862. Curitiba: Tipografia, 1862.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembleia legislativa provincial em 15 de fevereiro de 1863. Curitiba: Tipografia, 1863.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente André Augusto Padua Fleury na Assembleia provincial em 21 de março de 1865. Curitiba: Tipografia, 1865.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente André Augusto Padua Fleury na Assembleia provincial em 15 de fevereiro de 1866. Curitiba: Tipografia, 1866.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Polidora Cezar Burlamaque na Assembleia provincial em 15 de março de 1867. Curitiba: Tipografia, 1867.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná.** Presidente José Feliciano Araujo na Assembléia provincial em 15 de fevereiro de 1868. Curitiba: Tipografia, 1868.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Antonio Augusto da Fonseca na Assembleia provincial em 01 de setembro de 1869. Curitiba: Tipografia, 1869.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembleia provincial em 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Tipografia, 1870.

PARANÁ. **Relatório do Vice-presidente da Província do Paraná.** Vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembleia provincial em 24 de dezembro de 1870. Curitiba: Tipografia, 1870.

PARANÁ. **Relatório do Presidente da Província do Paraná.** Presidente Venancio José de Oliveira Lisboa na Assembleia provincial em 19 de março de 1872. Curitiba: Tipografia, 1872.

PARANÁ. **Relatório de Presidente de Província do Paraná.** Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembleia provincial em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: Tipografia, 1876.

RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio.** Rio de Janeiro, v. I, n. 25, Tipografia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 1847.

RUMBELSPERGER, Gustavo. **Carta encaminhada ao Presidente da Província.** Curitiba, doc. 49.72, 24 de julho de 1860.



## REFERÊNCIAS

- ALVIM, Zuleika. A vida privada dos pobres do campo. In: SEVECENKO, N. (Org). **História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque a era do rádio**. vol.3. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão**: Etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). São Paulo: Ed. USP, 1998.
- ANTONELLI, Diego. **Uma utopia socialista à beira do Ivaí**. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-utopia-socialista-a-beira-do-ivai0aubiagxjvu6f1iqa5ns7b4ni/?fbclid=IwAR09lgJHSDhQxZE7VnPY9rqrFvPEjwO9d11zdXop7V3Xi7KzQ-peyqIxBA>. Acesso em 2018.
- AVELLA, Aniello Angelo. **Tereza Cristina de Bourbon**: uma imperatriz napolitana nos trópicos 1843-1889. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Formação da população paranaense. In: WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). **Um Mazzolino de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002.
- BARROS, José D'Assunção. A revisão bibliográfica: uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. **Instrumento**. Juiz de Fora, v. 11, n. 2, 2009.
- BRITO, Fausto. **As migrações e a Transição para o Trabalho Assalariado no Brasil**. Minas Gerais: UFMG, 2002.
- CARNEIRO, David. **Galeria de ontem**. Curitiba: Vanguarda. 1963.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **O Múltiplo Imaginário das Viagens Modernas**: Ciência, Literatura e Turismo. In: História: Questões e Debates, Curitiba: UFPR, 2001.
- CORPS, Grégory. A imigração contratada: o caso da colônia Benevides. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **Franceses no Brasil**: séculos XIX-XX. 1. São Paulo: UNESP, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala a Colonização**. São Paulo: UNESP, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. O Escravo na Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira II - O Brasil monárquico**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1985.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2009.
- FALCON, Francisco José C. História e poder. In: CARDOSE, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da História**: ensaio da teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- FAUSTO, Boris. **Fazer a América** – A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança**: socialismo utópico a beira do Ivaí. Curitiba: Sesquecentenario, 2006.

FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança**: Trajetória de Jean-Maurice Faivre. Ponta Grossa: Planeta Ltda, 1996.

FRANCO, Ademir Antônio. **Colônia Thereza Christina: uma experiência socialista de Jean-Maurice Faivre no centro do Paraná**. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/acer/Downloads/COL%C3%94NIA-THEREZA-CHRISTINA-UMAEXPERI%C3%84NCIA-SOCIALISTA-DE-JEAN.pdf. Acesso em 2018.

FRANZINA, Emilio. O êxodo dos camponeses do Vêneto (1869-1901): tendências gerais e aspectos quantitativos. In: **A grande imigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: UNICAMP, 2006.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braços Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Européia para o Novo Mundo**. (tese de doutorado) USP, 2008.

GNACCARINI, José Cesar. **Latifúndio e proletariado**: formação da empresa e relações detrabalho no Brasil rural. São Paulo: Polis, 1980.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parcerias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org). **História geral da civilização brasileira II - O Brasil monárquico**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org). **Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora**: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná 1867-1882. Dissertação de mestrado, 1994.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In: \_\_\_\_\_ **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1990.

LESSA, Mônica Leite; SUPPO, Hugo Rogélio. A emigração proibida: o caso França Brasil entre 1875 e 1908. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de (Org.). **Franceses no Brasil**: séculos XIX-XX. 1.ed. São Paulo: UNESP, 2009.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional – Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

MACHADO, Brasil Pinheiro, et al. **Campos Gerais** - estruturas agrárias. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: UFPR, 1968.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MADOENHO, Arlindo Aparecido. **O cooperativismo em suas raízes: a formação da colônia agrícola Tereza Cristina no Paraná do século XIX**. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/acer/Downloads/O-cooperativismo-em-suas-ra%C3%ADzes-Aforma%C3%A7%C3%A3o-da-Col%C3%B4nia-Agr%C3%ADcola-Tereza.pdf>. Acesso em 2018.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MANFREDINI, Luiz. **Socialismo utópico na selva paranaense**. 2015. Disponível em: [http://vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=6662&id\\_coluna66&fbclid=IwAR27VT](http://vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=6662&id_coluna66&fbclid=IwAR27VT). Acesso em 2018.

MONTEIRO, John M. Tupis. **Tupis, tapuias e historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo**. Campinas. Tese de doutorado Unicamp, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **O Paraná Provincial: 1853-1889**. In: História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. O uso de documentos e a construção do conhecimento histórico. In: **ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade**, 2006. Disponível em [http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_III/jairo\\_carvalho.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/jairo_carvalho.pdf). Acessado em: 06 fev. 2018.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiros em sua própria terra: representações do trabalhador nacional**. Dissertação Mestrado, São Paulo: UNICAMP, 1991.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy: Paraná, 1854 – 1874**. Dissertação Mestrado, São Paulo: USP, 2007.

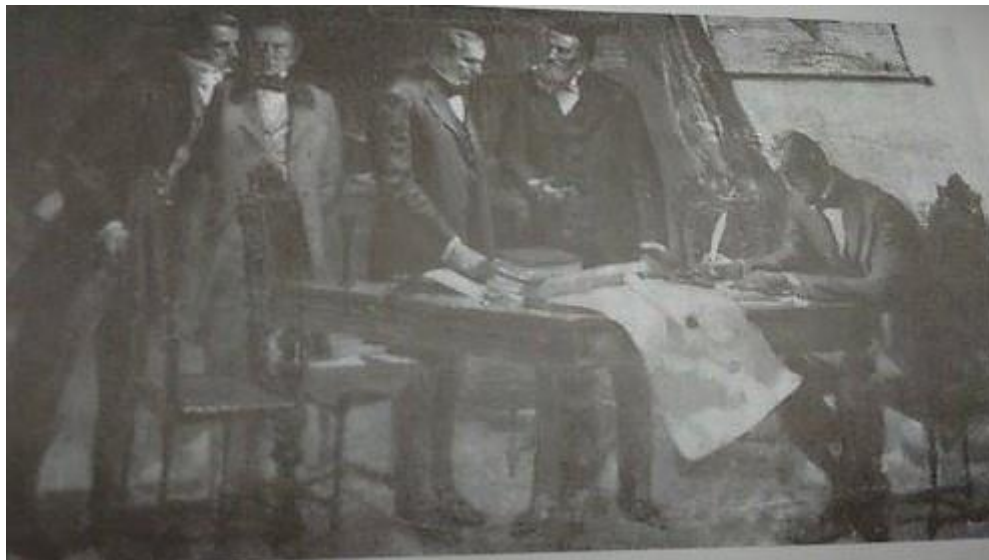
- OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: Uma História aberta. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: USP, 2000.
- PEREIRA, Altamirano Nunes. **Aspectos Meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio 1942.
- PETRONE, Teresa Schorer. Imigração assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico**. 5.ed. São Paulo: Difel, 1985.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Os Simples Comissários (Negociantes e Política no Brasil Império)**. (Tese de doutoramento), Niterói: UFF, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 45.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PRIORI, Angelo. **História do Paraná: Séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.
- REQUE, João Augusto. **Civilização e barbárie no território paranaense: (1820-1875)**. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/acer/Downloads/CIVILIZA%C3%87%C3%83O-EBARB%C3%81RIE-NO-TERRIT%C3%93RIO-PARANAENSE.pdf>. Acesso em 2018.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- SALIBA, Elias Thomé. **O historiador e suas fontes**. Rio de Janeiro: Contexto, 2009.
- SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 192 p.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SILVA, Silvío. MOTTA, Márcia (Org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. SANTOS, Barbara Moraes. LIMA, Maria das Graças. **Municipalismo libertário**. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/acer/Downloads/MUNICIPALISMO-LIBERT%C3%81RIO.pdf>. Acesso em 2018.
- TEIXEIRA, Murilo Walter. **Jean Maurice Favre e a Colônia Tereza Cristina**. N: 18, Guarapuava: Boletim, 2015.
- VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Populações rurais do Centro-Sul**. 7. edição. Rio de Janeiro: EDUFF, 1987.
- VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- WACHOWICZ, Ruy. **Imigração. História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

WEIBEIL, Leo. Princípios, da colonização européia no sul do Brasil, citado por Werner Aulich. In: **O Paraná e os alemães**. Curitiba, UFPR, 1953.

WESTPHAL, Jayane. **Colônia Tereza Cristina: um sonho socialista a beira do Ivaí**. 2016. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/5619319?fbclid=IwAR1NZGJIrrshG90fHWx>. Acesso em 2018.

## ANEXOS

Imagem 1



**Fonte:** Josué Corrêa Fernandes. Registro da fundação da Academia Nacional de Medicina pelos doutores De-Simoni, Faivre, Meirilles, Sigaud e Jobim em 1829.

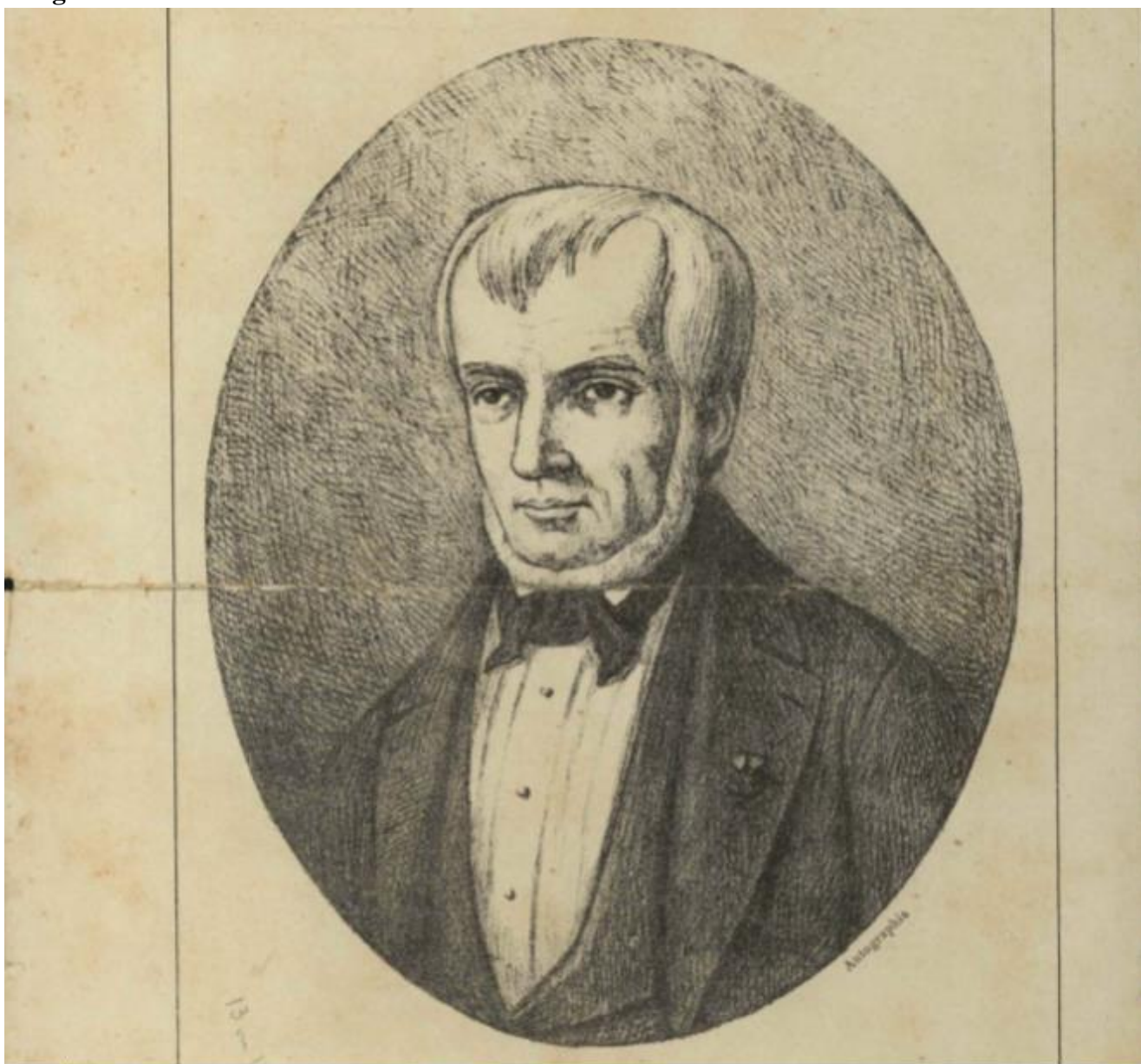
Mapa 1



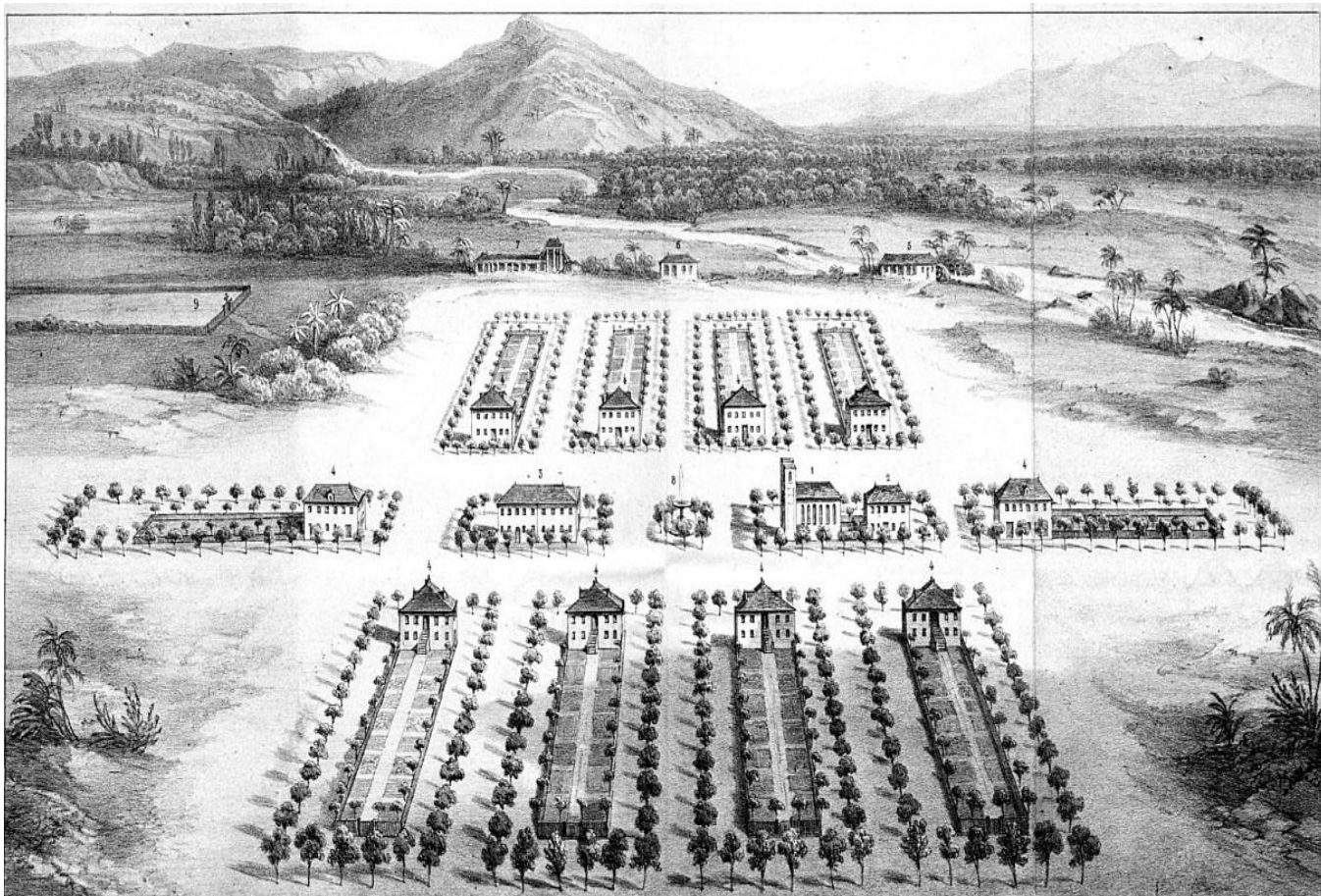
**Fonte:** Câmara Municipal de Guarapuava. O mapa mostra o tamanho do território de Guaracava em 1856.



Imagem 2



**Fonte:** Museu Paranaense. Jean-Maurice Faivre

**Croque 1**

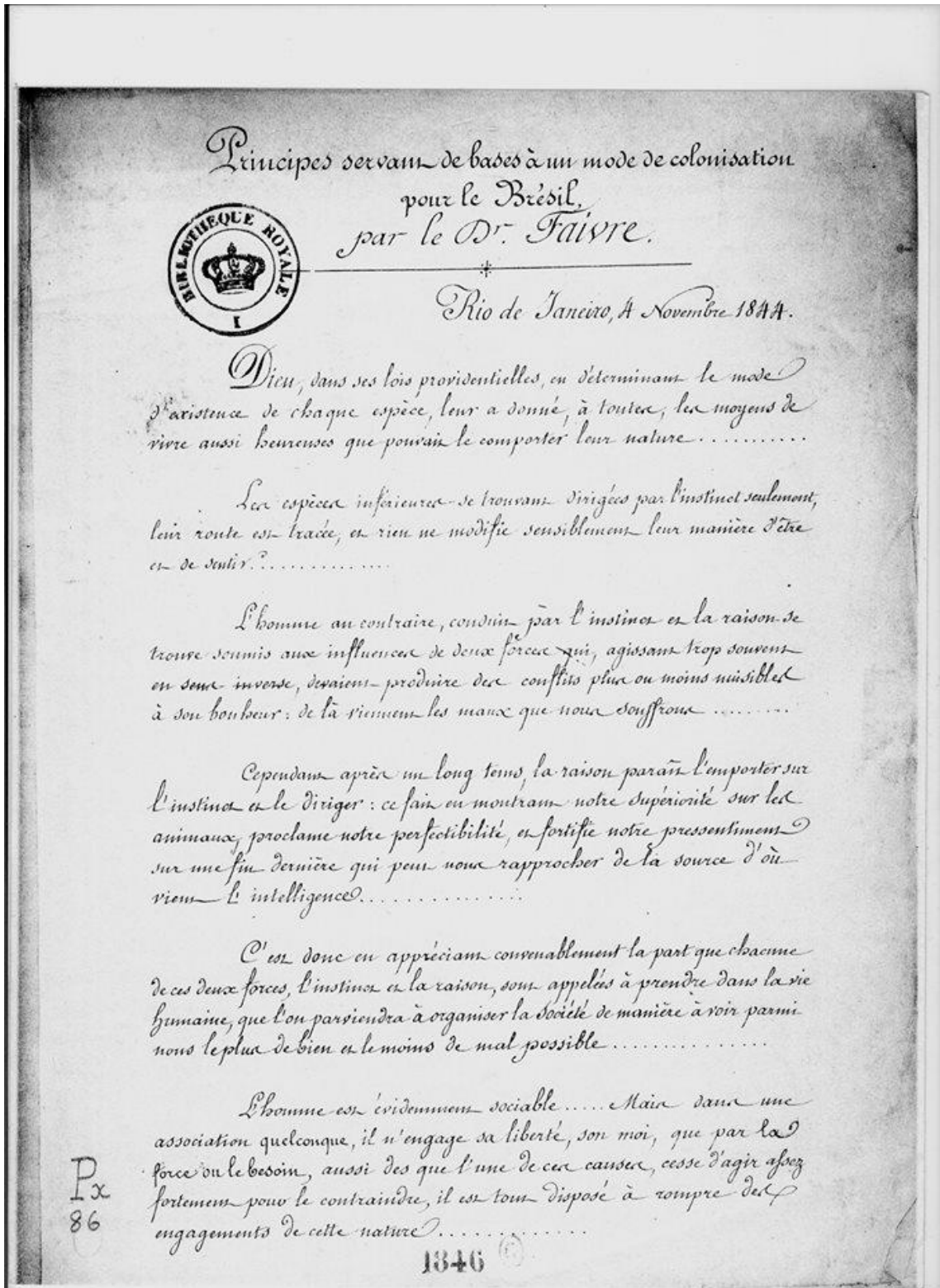
Fonte: Faivre (1844-1846). Icnografia Colônia Thereza Christina

**Imagem 3**

Fonte: Josué Corrêa Fernandes. Gustavo Rumbelsperger, diretor da Colina Thereza Christina entre os anos de 1858 a 1869.




Imagem 4



Fonte: Bibliotheca Royale, Paris. Princípios para um modo de colonização para o Brasil Faivre (1844-1846).

Imagem 5

Monsieur 12.94



O Dr. Faivre Director da Colônia Chereza vem expor a V.V.S.S. a necessidade de ficar esta pertencendo ao Município de Guarapuava para aonde tem mais relações. Consem isto aos seus interesses pelas razões, 1.º De ter ella com mais promptidão os recursos Eclesiasticos e Judiciarios, a estrada para Guarapuava he mais breve e se acham transitavel do que aquella para Ponta Grossa, 2.º que seus productos de exportação são quasi todos Dirigidos a Guarapuava, &c.

Agora portanto, o mesmo, a V.V.S.S. sirvãõ se levar o expellido a consideração da Assembleia Recor que deliberará a respeito como for de Justiça.

D. G. de a V.V.S.S.

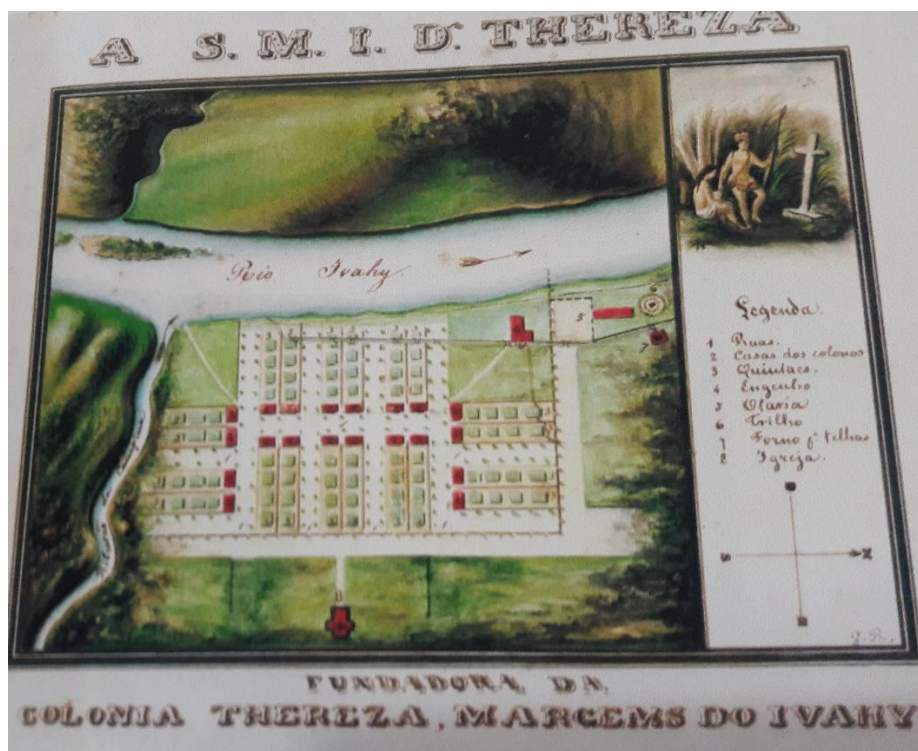
= Colonia Chereza 15 de Janeiro  
1855.

Mos V. V. S. Presidente e Ver. dores  
da Camara Municipal da  
Villa de Guarapuava.

Dr. Faivre

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Documento escrito por Jean-Maurice Faivre (1855) Pedido de anexação da Colônia a Guarapuava

## Croque 2



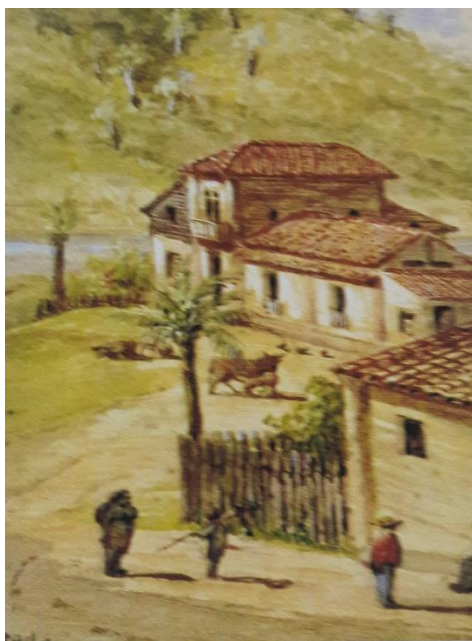
Fonte: Gustavo Rumbelsperger Casa da Memória de Curitiba Colônia Thereza Christina

## Imagem 6



Fonte: Josué Corrêa Fernandes. Casa Grande da Colônia Thereza Christina (vista de fora)



**Imagem 7**

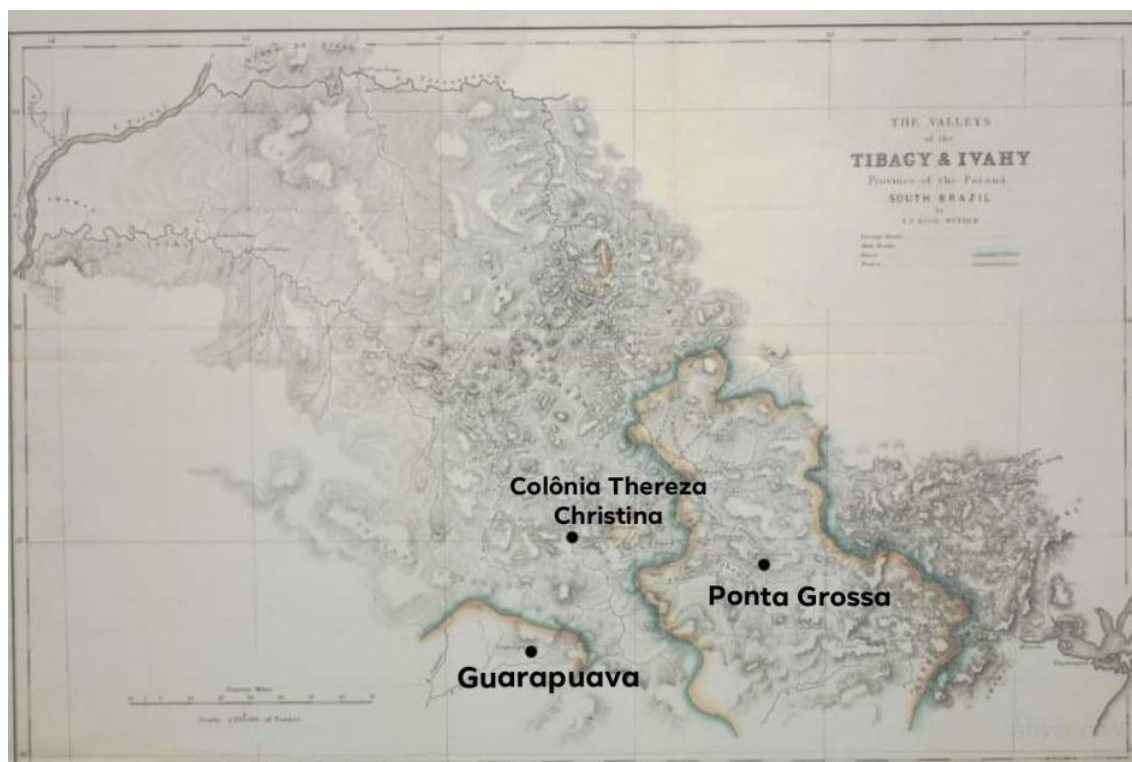
**Fonte:** Casa da Memória de Curitiba. Iconografia realizada pelos irmãos Keller em 1865 (Colônia Thereza Christina)

**Imagem 8**

**Fonte:** Casa da Memória de Curitiba Irmãos Keller, 1865 (vista interna)

**Imagem 9**

**Fonte:** BIGG- WITHER, 1872-1875. Tribo de índios coroados ao lado da Colônia Thereza Christina

**Mapa 2**

**Fonte:** Bigg-Wither (1872-1875) Mapa

**Imagem 10****Fonte:** Casa da Memória de Curitiba, Vista do alto da Colônia Thereza Christina. Irmãos Keller, 1865**Imagem 11****Fonte:** Acampamento as margens do Rio Ivaí Fonte: Casa da Memória, Keller, 1865



**Imagem 12**

**Fonte:** Casa da Memória de Curitiba, Keller 1865. Iconografia do baile em Thereza Christina

**Imagem 13**

**Fonte:** Museu Paranaense: A imagem registra momento do discurso de inauguração da placa em homenagem ao Jean-Maurício Faivre em Thereza Christina. S/D

**Imagem 14**

**Fonte:** Museu Paranaense. Vista geral do ato de inauguração da placa em homenagem ao Jean-Maurice Faivre S/D

**Imagem 15**

**Fonte:** Museu Paranaense. Placa em homenagem a Jean-Maurice Faivre S/D



**Imagem 16**

**Fonte:** Acervo pessoal. Placa em homenagem a Jean-Maurice Faivre, 2018.

**Imagem 17**

**Fonte:** Acervo pessoal. Thereza Christina, 2018



**Imagem 18**

**Fonte:** Acervo pessoal. Thereza Christina, 2018

**Imagem 19**

**Fonte:** Acervo pessoal. A praça em Thereza Christina se chama praça Faivre em homenagem ao seu fundador.